



ENSINO DE CONTEÚDOS GRAMATICAIIS A PARTIR DE PRODUÇÕES TEXTUAIS

Marcelo Alessandro Limeira dos Anjos

Marcelo Alessandro Limeira dos Anjos

ENSINO DE CONTEÚDOS GRAMATICAIS A PARTIR DE PRODUÇÕES TEXTUAIS



Marcelo Alessandro Limeira dos Anjos

ENSINO DE CONTEÚDOS GRAMATICAIS A PARTIR DE PRODUÇÕES TEXTUAIS

Teresina, 2026.
EDUFPI
Personal Librarian



Reitora

Nadir do Nascimento Nogueira

Vice-Reitor

Edmilson Miranda de Moura

Superintendente de Comunicação Social

Jacqueline Lima Dourado

Coordenadora da EDUFPI

Jasmine Soares Ribeiro Malta

EDUFPI - Conselho Editorial

Jacqueline Lima Dourado (presidente)

Jasmine Soares Ribeiro Malta (vice-presidente)

Carlos Herold Junior

Carolina de Aquino Gomes

César Ricardo Siqueira Bolaño

Fernanda Antônia da Fonseca Sobral

João Batista Lopes

Kássio Fernando da Silva Gomes

Maria do Socorro Rios Magalhães

Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz

Projeto Gráfico e Diagramação / Capa

Marcelo Cunha de Andrade / Jessica Andrade

Revisão

Prof. Dr. Marcelo Alessandro Limeira dos Anjos, Alice Taciana Alves Ferreira

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

A599e Anjos, Marcelo Alessandro Limeira dos.

Ensino de conteúdos gramaticais a partir de produções textuais / Marcelo Alessandro Limeira dos Anjos. – 2. ed. – Teresina : EDUFPI e Personal Librarian, 2026.

153 p. : il. ; 27 cm.

Bibliografia.

ISBN 978-65-5904-508-2 (Digital)

1. Gramática - Língua Portuguesa. 2. Produção de texto. 3. Português. I. Título

CDD-469.15

Índices para catálogo sistemático:

1. Gramática Língua : Portuguesa 469.15

Marcelo Cunha de Andrade – Bibliotecário CRB/3 1221



Editora da Universidade Federal do Piauí – EDUFPI
Campus Universitário Ministro Petrônio Portella CEP:
64049-550 - Bairro Ininga - Teresina - PI - Brasil



Para minha filha, Júlia dos Anjos, amor de toda a vida!
Para minha esposa, Alice Ferreira, amor para a vida toda!

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Percentuais relativos às pontuações das produções textuais no ENEM 2015.....	22
Gráfico 2 -	Percentuais relativos aos grupos de desvios de Crase.....	24
Gráfico 3 -	Percentuais relativos aos grupos de Colocação Pronominal em LV e TC nas produções textuais.....	133

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - A vírgula entre Suj. e Pred. em gramáticas e em um manual.....	70
Quadro 2 - A vírgula com conjunções adversativas em gramáticas e em um manual.....	82
Quadro 3 - A vírgula em Adjs. advs. em gramáticas e em um manual.....	90
Quadro 4 - Casos de ênclise facultativa e obrigatória.....	107
Quadro 5 - Ênclise em início de período.....	108
Quadro 6 - Ênclise com pronomes contraídos.....	109
Quadro 7 - Colocação pronominal em LV e em TC.....	123

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Adj. adv.	Adjunto adverbial
Art. def.	Artigo definido
Art. indef.	Artigo indefinido
Compl. nom.	Complemento nominal
DALP	Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa
DEHLP	Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa
Det.	Determinante
DPRN	Dicionário Prático de Regência Nominal
DPRV	Dicionário Prático de Regência Verbal
DUPB	Dicionário de Usos do Português do Brasil
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
Fem.	Feminino
Gên.	Gênero
GHLP	Gramática Houaiss da Língua Portuguesa
GNLP	Gramática Normativa da Língua Portuguesa
GPBE	Gramática do Português Brasileiro Escrito
Loc. prep.	Locução prepositiva
LV	Locução Verbal
Masc.	Masculino
MGP	Moderna Gramática Portuguesa
N.	Nome
Nadj.	Nome adjetivo
NGPC	Nova Gramática do Português Contemporâneo
Nsubst.	Nome substantivo
Obj. dir.	Objeto direto

Obj. ind.	Objeto indireto
OSAE	Oração Subordinada Adjetiva Explicativa
OSAR	Oração Subordinada Adjetiva Restritiva
OSSS	Oração Subordinada Substantiva Subjetiva
Pl.	Plural
Pred.	Predicado
Prep.	Preposição
Pron. demonstr.	Pronome demonstrativo
Pron. indef.	Pronome indefinido
Pron. poss.	Pronome possessivo
Prod. text.	Produção textual
S.	Sintagma
Sing.	Singular
SN.	Sintagma Nominal
SPrep.	Sintagma Preposicionado
Suj.	Sujeito
TC	Tempo Composto
UFPI	Universidade Federal do Piauí
Vflex.	Verbo flexionado
Vinf.	Verbo no infinitivo
VTD	Verbo Transitivo Direto
VTI	Verbo Transitivo Indireto

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	15
1. INTRODUÇÃO	17
2. CRASE	24
3. VÍRGULA.....	69
4. COLOCAÇÃO PRONOMINAL.....	104
5. CONCORDÂNCIA VERBAL E NOMINAL	138
REFERÊNCIAS.....	151

APRESENTAÇÃO

Ronaldo de Oliveira Batista

(Universidade Mackenzie; CNPq)

Por que refletir sobre modos e formas de aprender aspectos da língua portuguesa? De que maneira conciliar regras de uso padrão com a necessidade comunicativa da língua? Qual a relação entre gramática e texto?

Questões como essas vêm sendo propostas desde que, principalmente, os estudos linguísticos começaram a lançar luzes críticas sobre a prática de ensino de língua. Se as indagações são constantes, nem sempre as respostas foram claras e assertivas em traçar diretrizes para a sala de aula.

O livro *Ensino de conteúdos gramaticais a partir de produções textuais*, que seu autor, Marcelo Alessandro Limeira dos Anjos, oferece aos leitores propõe direcionamentos possíveis ao expor uma relação que seja eficiente (para professores e alunos) e significativa (para a transmissão de conhecimentos) entre a gramática, o texto e a prescrição linguística.

Tem sido consensual que a gramática – como conhecimento da estrutura de uma língua – e a transmissão de usos considerados como os de prestígio em um dado recorte temporal de uma sociedade devam andar em paralelo com a prática de produção e compreensão de textos orais e escritos.

Textos, norma-padrão e estruturas linguísticas deveriam, assim, ser compreendidos como elementos que atuam juntos para que os sentidos de uma língua sejam elaborados e transmitidos em situações de comunicação.

Desse modo, não haveria motivos para separar a gramática do texto. Não se poderia alcançar a proficiência no uso de regras de uma norma-padrão sem que os falantes pudessem de fato aplicá-las no uso efetivo da língua nos diferentes textos que elaboram quando se comunicam.

Ensino de conteúdos gramaticais a partir de produções textuais dialoga com essa perspectiva. E dialoga, sobretudo, com a concepção de linguagem que desde as décadas finais do século passado modificou a visão do que seria ensinar e aprender língua portuguesa. Nessa mudança de foco, a língua, sua estrutura, suas regras descritivas e prescritivas são compreendidas em confluência com os

sentidos que produzem. Sentidos que se realizam nos textos com os quais entramos em contato nas interações verbais.

Exatamente essa é a linha central que conduz o livro aqui apresentado. Nele, há direcionamentos que não só refletem modernas teorias linguísticas associadas a novas práticas educacionais, como também há, não se pode deixar de notar, a esperança em um ensino mais produtivo e eficiente diante do que as novas gerações de alunos e alunas esperam.

No trabalho de Marcelo agora entregue aos leitores, há a voz não apenas de um autor, mas sobretudo a de um *educador* e *professor* que percebeu ser a linguagem um fluxo contínuo de saberes, em que os alunos podem ser capazes de reconhecer sua língua como instrumento de acesso a meios de comunicação, a atividades culturais e ao amplo exercício da cidadania. Encerra-se, assim, como ideal, um complexo ciclo que deve ter como objetivo, mais que tudo, a formação de indivíduos que vejam o mundo como parte de sua própria constituição como ser humano e membro de uma sociedade.

1. INTRODUÇÃO

Este livro, que pretende ser, principalmente, uma conversa entre professores/professoras, traz para a discussão a incontornável necessidade de uma **pedagogia da norma de referência mais flexibilizada**. Os caminhos para tanto são diversos e com resultados igualmente variados. Uma proposta que parta, por exemplo, da precisa distinção técnica (e as consequências disso advindas) do que seja **norma-padrão** de um lado e **normas cultas** de outro trará, sem dúvidas, resultados mais definitivos a longo prazo. É por essa linha que Vieira e Lima (2019) decidem trilhar quando afirmam:

Para que a escola não estabeleça uma **norma-padrão que soe desatualizada e improdutiva no contexto escolar**, espera-se que as orientações normativas não sejam concebidas como mera divulgação da norma preconizada nas gramáticas tradicionais – cujo perfil assumidamente remete à escrita literária supostamente praticada no século XIX –, mas que se **alinhem minimamente às práticas cultas contemporâneas**. (Vieira e Lima, 2019, p. 9) (os destaques em negrito são nossos).

Esse alinhamento “às práticas cultas contemporâneas” pode conduzir, de modo mais definitivo, à diminuição do fosso hoje existente entre o padrão anacrônico apregoadado em muitos instrumentos normativos, mormente em gramáticas, e as práticas de escrita culta muito monitorada. A obra das autoras acima mencionadas é uma importante contribuição nesse sentido. Além desta obra, temos conhecimento de outro projeto, em cinco volumes, capitaneado por Vieira e Faraco: 1) **Escrever na universidade: fundamentos** (2019a); 2) **Escrever na universidade: texto e discurso** (2019b); 3) **Escrever na universidade: gramática do período e da coordenação** (2020); 4) **Escrever na universidade: gramática da subordinação** (2021) e 5) **Escrever na universidade: gramática da norma de referência** (2022) (todos da Coleção *Escrever na Universidade*, da Editora Parábola). O acúmulo de reflexões feitas ao longo do espaço de tempo de produção dos cinco volumes citados permitiu a publicação, no ano de 2023, da obra **Gramática do Português Brasileiro Escrito** (Vieira e Faraco, 2023), a qual traz importantes reflexões sobre a acomodação de usos cultos muito monitorados na gramática em tela e sobre a necessidade da tomada de consciência sintática por parte de quem escreve (a obra cumpre os requisitos para que essa reflexão estrutural seja, de

fato, alcançada). São, pois, iniciativas necessárias e oportunas, porquanto podem (e vão) contribuir para a gradativa resolução do nosso já caduco imbróglio normativo.

Outra possibilidade, com fins mais imediatos, diz respeito ao confronto dos nossos bons instrumentos normativos, sejam eles gramáticas, manuais ou dicionários. Nesse terreno, nós professores/professoras, por vezes, não estamos devidamente cômicos sobre quais obras escolher e quais descartar. A consequência disso é que corremos o risco de arbitrar sobre conteúdos gramaticais a partir de fontes específicas (algumas de qualidade duvidosa), nas quais podemos captar, dentre inúmeros aspectos, algumas decisões individuais com repercussões nem sempre positivas para quem consulta essas obras. Essas decisões devem ser, pelo menos, problematizadas (*vide*, neste livro, a posição de Bechara (2019) e de Luft (1998) sobre o uso da vírgula com **OSAR**).

Como não temos, de modo semelhante ao caso espanhol, uma “fonte normatizadora institucional”, como bem observa Faraco (2020), ao citar Lagares (2014), continuamos a lidar, no geral, com fontes monoautorais, as quais precisam passar pelo crivo crítico dos que se interessam por colocar em prática projetos sobre **norma de referência**.

Talvez pudéssemos começar essa urgente tarefa por uma análise crítica das contradições dos gramáticos normativos tradicionais. E elas são muitas. Como o Prof. Xoán Carlos Lagares (2014) argumenta com muita propriedade, o português, diferentemente do espanhol, não tem uma fonte normatizadora institucional. As gramáticas normativas do português são, desse modo, um produto de autores e não de uma instituição criada e amparada pelo poder político como a Real Academia Española (Faraco, 2020, p. 09).

O próprio Faraco argumenta a respeito das vantagens e desvantagens quando da análise crítica “das contradições dos gramáticos normativos tradicionais”. Nas exatas palavras dele:

Há vantagens nesse fato – permite olhar a complexa questão normativa a partir de diversos pontos de vista; é, digamos assim, um processo menos autocrático. No entanto, abre espaço para contradições nos julgamentos dos fatos, na legitimação do que

deve ser tornado padrão. E isso exige a crítica constante e uma busca contínua por um relativo consenso padronizador, sem o que a própria gramática normativa perde sua eficácia (Faraco, 2020, p. 09 e 10).

Olhar os fatos gramaticais a partir de diversos pontos de vista é também nosso objetivo neste livro, razão pela qual nossa proposta difere mais da de Vieira e Lima (2019) e menos da de Vieira e Faraco (2023), por exemplo. Para tanto, selecionamos gramáticas, manuais e dicionários que, segundo as razões oportunamente apresentadas, podem ser considerados de referência no mercado editorial brasileiro. Não ignoramos a advertência quanto às “contradições nos julgamentos dos fatos, na legitimação do que deve ser tornado padrão”. É realmente muito difícil não cair, em algum momento, nas mesmas armadilhas nas quais caíram alguns dos autores que compõem nosso *corpus* normativo. Uma solução para isso tem de passar por uma vigilância constante de nossa parte quando da tentativa de buscarmos algum consenso normativo na doutrina gramatical, assim como também não tomarmos a proposta aqui apresentada como definitiva e acabada e muito menos como a última palavra sobre o assunto. Esta proposta é, por óbvio, apenas uma entre tantas possíveis.

Feitas essas considerações iniciais sobre projetos de norma de referência, gostaríamos de discorrer rapidamente sobre o ensino de gramática no contexto brasileiro.

Sabemos que, principalmente a partir da década de 1980, o ensino de língua em geral e de gramática em particular passa a ser objeto de maior atenção de eminentes linguistas e pedagogos. Já se vão, pois, mais de quarenta anos de intensa reflexão e de larga produção bibliográfica a respeito do tema. Mesmo assim, continuamos com desafios sobre quais conteúdos gramaticais selecionar (e em quais sequências didáticas) e sobre como alcançar os melhores resultados com os nossos/as alunos/as quando abordamos conteúdos gramaticais. Um dentre muitos problemas está no apego à **abordagem classificatória/metalinguística**, especialmente no foco dado às análises mórfica e sintática descontextualizadas e sem nenhuma aplicação prática.

Na tentativa de enfrentar esses muitos desafios, várias frentes devem ser mobilizadas, de modo que elas possam comportar argumentações históricas, teóricas, pedagógicas etc. (buscamos, na medida do possível, neste livro, essa multiplicidade de contribuições). Pensando pontualmente na pertinência do

argumento histórico, recorremos, agora, a Faraco (2017), quando ele sumariza três postulações acerca do ensino de gramática que ainda ecoam, ao longo do tempo, na prática escolar brasileira. Em síntese, segundo ele:

Há quem defenda um **ensino sem gramática e voltado exclusivamente ao desenvolvimento das práticas de leitura**, de escrita e de oralidade. Talvez tenham sido os linguistas Geraldo Mattos e Eurico Back os mais radicais defensores dessa tese entre nós (cf. MATTOS E BACK, 1974). Há também quem pratique um **ensino centrado na gramática, embora não haja quem defenda abertamente essa centralidade**, salvo, talvez, a mídia e o senso comum. Por último, os documentos oficiais mais recentes se referem sempre à **gramática como um conhecimento complementar, auxiliar e articulado com a leitura e a produção de texto**, embora não se estendam sobre como operacionalizar esse princípio geral (Faraco, 2017, p. 15) (os destaques em negrito são nossos).

Neste material, seguimos mais de perto a terceira postulação (a dos documentos oficiais), que entende a gramática “como um conhecimento complementar, auxiliar e articulado com a leitura e a produção de texto”. Essa articulação com a leitura e produção de texto merece um comentário que deixe mais evidente o nosso modo de encaminhar a questão: não faremos uma abordagem de *gramática contextualizada* como nos moldes propostos, por exemplo, por Antunes (2014). Explicando melhor: não se trata propriamente, aqui, de *gramática contextualizada* porque os próprios fenômenos abordados, neste livro, não exigem, para os nossos propósitos, a dependência do texto como exige a abordagem do **uso de conectores** e do **uso de pronomes** etc. Nosso entendimento é, pois, o de que uma abordagem, como a aqui proposta, pode ter como alvo as produções textuais dos/as alunos/as, ou seja, podemos abordar tão somente os eventuais desvios formais que efetivamente ocorrem nas produções textuais e o resultado desse trabalho com desvios **pode se converter necessariamente em benefício ao/à aluno/a**, no sentido de que ele possa aprimorar, cada vez mais, suas práticas de escrita, especificamente, no que diz respeito aos aspectos formais do texto, nosso foco neste livro. Para este nosso trabalho com desvios, julgamos necessário lançar mão de alguma **metalinguagem**, aquela que, de fato, seja útil para fazer referência às partes analisadas nas ocorrências.

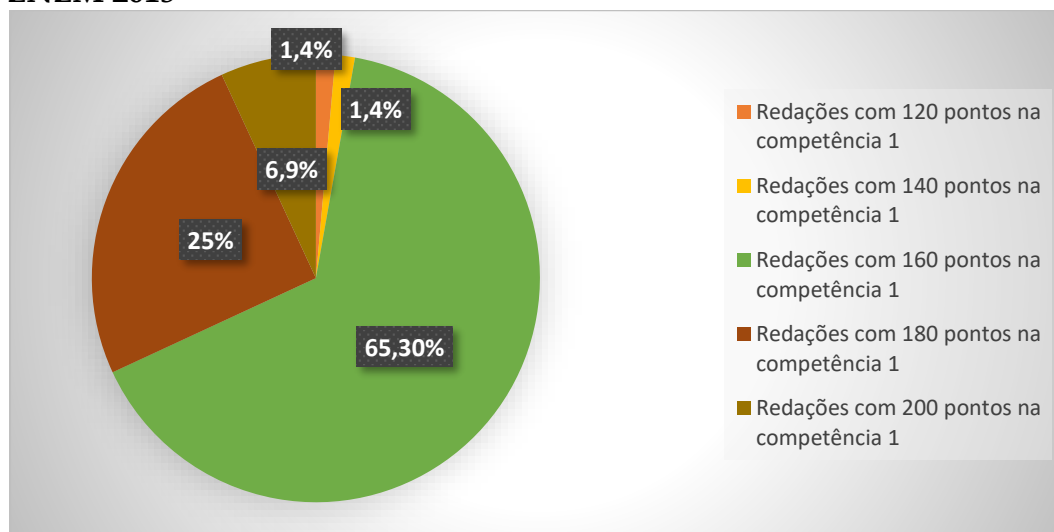
Nosso modo de operacionalização foi o seguinte: para os tópicos eleitos (**Crase; Vírgula; Colocação Pronominal e Concordância Verbal e Nominal**), selecionamos ocorrências textuais das produções dos/as alunos/as que se submeteram ao **ENEM**, no ano de 2015 (trabalhamos com *corpus* do ano de 2015, porque, à época de produção deste livro, foi o único caderno de textos a nós disponibilizado por uma instituição privada de ensino de Teresina-PI). Ainda que se trate de um *corpus* já um pouco distante no tempo, acreditamos que muitos dos desvios encontrados àquela época podem ser úteis na discussão e na explicação de desvios análogos que possam ocorrer em produções textuais mais recentes.

Cabe, ainda, um comentário sobre a relevância quantitativa desses conteúdos: há, entre eles, aqueles que são, de fato, mais relevantes quanto à quantidade de ocorrências (Crase) do que outros (Concordância Nominal). Esse fato não deve ser desprezado quando forem tomadas as decisões sobre quais ou tais conteúdos devem ou não ser objeto de reflexão em sala de aula ou sobre quais devem recair maior atenção.

Privilegiamos, então, neste livro, as ocorrências com desvios formais que ocorreram nas produções dos/as alunos/as e evitamos, assim, sobrecarregá-los/as com regras desnecessárias, porquanto, como já ensinava Quintiliano, no início de nossa era: “nada do que diz respeito à gramática fará mal, salvo o que é inútil” (Pereira, 2005, *apud* Faraco, 2017, p.13).

Trabalhamos com ocorrências encontradas no universo de **72** (setenta e duas) produções textuais analisadas para cada um dos conteúdos gramaticais. A respeito desse total, é importante mencionar que, quanto à **competência I** (nosso interesse neste livro), a qual trata do **domínio da norma da língua escrita**, o percentual de produções que obtiveram 120; 140; 160; 180 e 200 pontos foi, respectivamente:

Gráfico 1 - Percentuais relativos às pontuações das produções textuais no ENEM 2015



Fonte: Elaborado pelo autor.

As produções textuais com **160 e 180 pontos** compreendem **90,3%** do total das **72** produções textuais. Esse percentual mostra que uma fatia significativa das produções textuais já apresenta um resultado muito bom **na competência I**. Um trabalho, como o aqui proposto, pode ajudar no aprimoramento da escrita e, conseqüentemente, na elevação das notas de todos os grupos. Como este material tem o intuito de analisar vários conteúdos gramaticais, pode-se esperar que o **trabalho contínuo e sistemático** vá naturalmente resultar numa tomada de **consciência explícita** pelo/a aluno/a quanto ao reconhecimento (e conseqüente resolução) desses problemas formais. Temos de ter total clareza de que os resultados não são conquistados da noite para o dia, ou seja, devemos insistir em um trabalho cujo objetivo é dar um tratamento adequado aos desvios encontrados nas produções. A elevação das notas será, pois, uma conseqüência desse trabalho.

Ainda sobre operacionalização, cumpre mencionar que a primeira ocorrência, por exemplo, é aquela com um desvio gramatical específico no universo dos vários conteúdos gramaticais analisados. Na sequência, fazemos uma análise desse desvio, procurando explicá-lo a partir de estratégias didáticas variadas, a depender dos conteúdos abordados, para, em seguida, trazermos o trecho com a modificação quando ela se fez necessária, de forma a atender a um padrão de correção gramatical que buscou ser, em alguma medida, consensual, dadas as conhecidas divergências de doutrina normativa, e flexível. Além disso,

trouxemos, sempre que pertinente, algumas observações que podem ser importantes para o trabalho do/a professor/a com este material. As produções textuais dos/as alunos/as foram identificadas genericamente, como em: (**Prod. text.1, 2015**). Chamamos a atenção para o recurso de identificação de cada produção textual. Esse recurso permitiu, por exemplo, identificar quando **i)** o/a mesmo/a aluno/a comete desvios nos vários grupos de um mesmo tópico (e, às vezes, em grupos de outros tópicos gramaticais); agrupar **ii)** casos semelhantes de desvios na escrita de alunos/as diferentes, assim como saber, de modo particular, **iii)** qual desvio foi mais comum na escrita deste/desta ou daquele/daquela aluno/a (casos como estes, estão destacados assim: **Prod. text.X, onde Prod. text. significa Produção textual e X significa o número dela no universo de 72**. Este padrão de cor tem somente a função de destacar que uma produção textual assim assinalada merece um pouco mais da atenção por parte do/a professor/a).

Esperamos que este material sirva ao/à professor/a como uma ferramenta/meio (ou como uma possibilidade dentre tantas) para a abordagem dos tópicos gramaticais aqui selecionados.

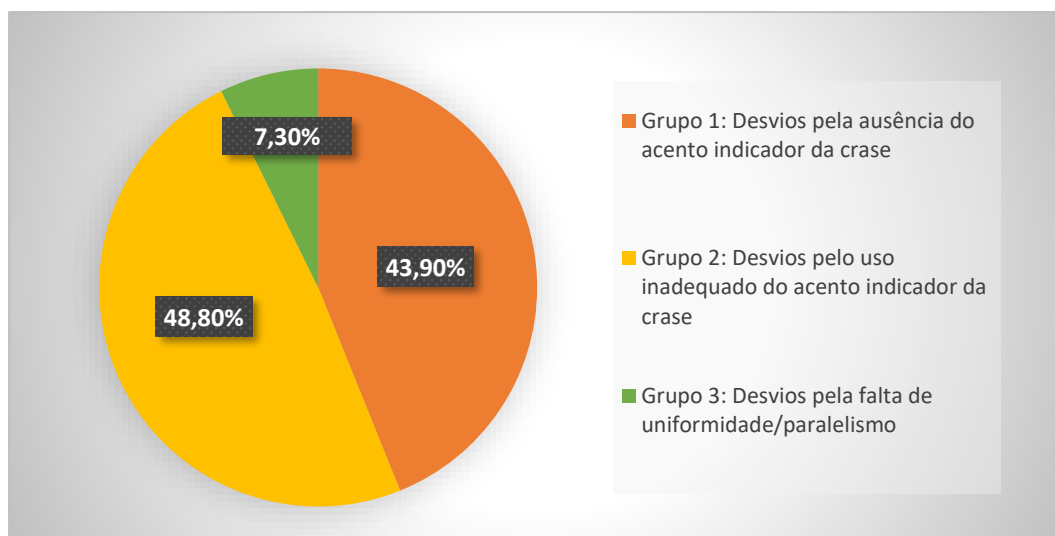
Somos gratos pelas interlocuções já estabelecidas antes da publicação deste livro em um *Curso de Extensão (Tópicos gramaticais: uma proposta de ensino)* por nós ministrado na UFPI no final do ano de 2019, e também por aquelas oriundas da testagem do material em turmas de graduação em Letras da UFPI em alguns períodos letivos. Temos a certeza de que outras contribuições virão e serão cruciais para o aprimoramento desta nossa proposta. As imperfeições que certamente existem nesta versão correm exclusivamente por nossa conta.

Uma última palavra aos/às professores/professoras antes de iniciar as análises: numa proposta como a nossa, está previsto o **trabalho em parceria entre professores/professoras de produção textual e de gramática**, principalmente. Aqueles no levantamento, seleção e organização dos dados (ocorrências) e estes, a partir disso, na escolha dos conteúdos e das regras que efetivamente precisam ser abordados e ensinados em sala. Um trabalho em conjunto, não temos dúvidas, surtirá melhores efeitos.

2. CRASE

Para as ocorrências referentes à Crase, fizemos 03 (três) agrupamentos a partir dos dados: 1) DESVIOS PELA AUSÊNCIA DO ACENTO INDICADOR DA CRASE; 2) DESVIOS PELO USO INADEQUADO DO ACENTO INDICADOR DA CRASE e 3) DESVIOS PELA FALTA DE UNIFORMIDADE/PARALELISMO. De um ponto de vista percentual, levando em conta o total de **41 ocorrências** analisadas para este tópico, esses 03 (três) grupos apresentaram os seguintes números:

Gráfico 2 - Percentuais relativos aos grupos de desvios de Crase



Fonte: Elaborado pelo autor.

Somando o percentual de desvios pela ausência do acento indicador da Crase (**grupo 1**) com os desvios pelo uso inadequado (**grupo 2**), temos um total de **92,7%**. Trata-se, pois, de um conteúdo que, pela natureza e pela quantidade das inadequações, **merece bastante nossa atenção em sala de aula**. Luft (2005), em um manual específico sobre o tema, corrobora nosso percentual quando afirma que: “Erra-se demais no acento grave. Por falta ou por excesso. Ausência de acento em **aa** que são duplos, acento descabido no **a** simples” (Luft, 2005, p. 11) (o destaque sublinhado é nosso). Para o gramático, o problema estaria no excesso de ensino da matéria. Vejamos com as próprias palavras dele:

Alguém poderia concluir por falta de ensino. E é o contrário: “ensino” demais. Alunos errando além do razoável me deixam sempre uma certeza: andaram lhes ensinando a Crase.

Sim, ao natural, erra-se aqui e ali, em casos menos claros. Agora, multiplicaram-se os equívocos até o absurdo – não é natural; isso, só muito ensino consegue... (*op. cit.*)

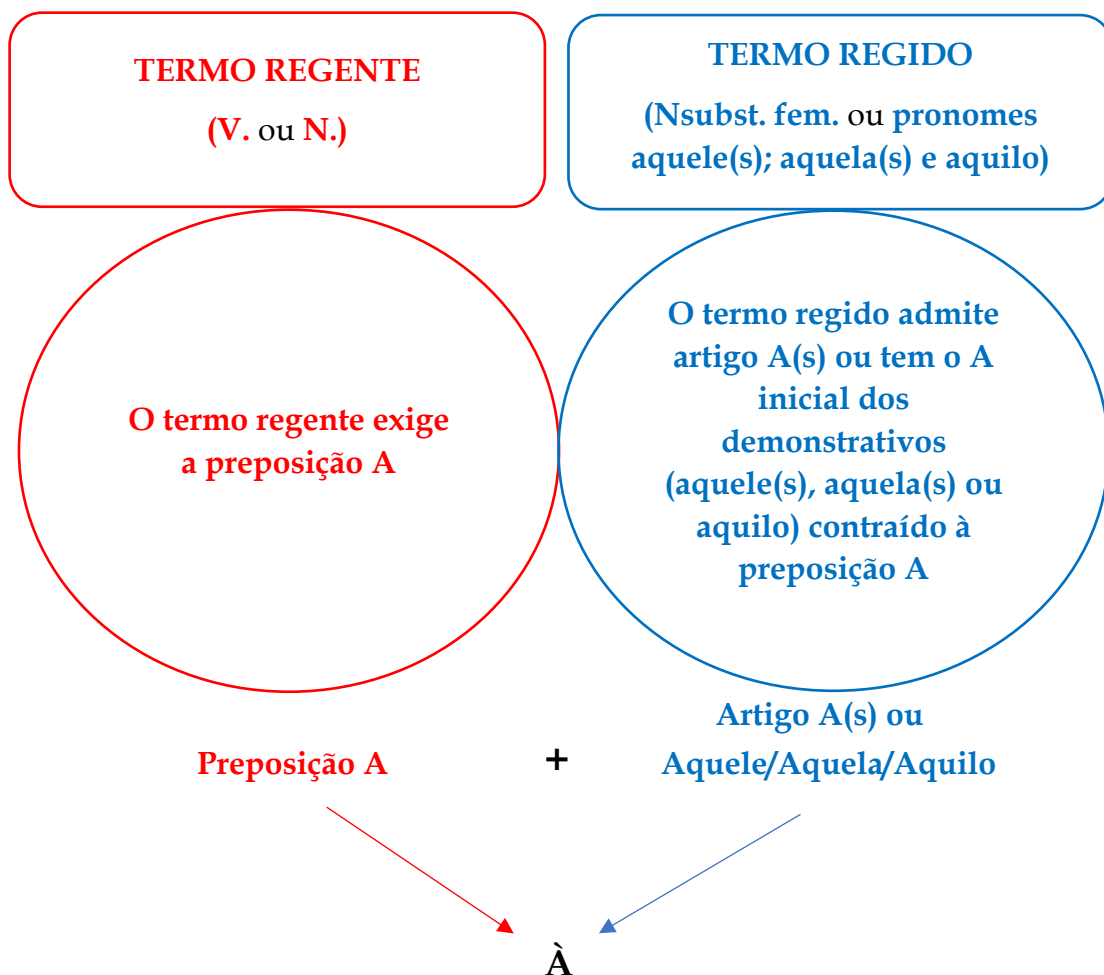
Talvez o mais adequado seja dizer que não é propriamente o excesso de ensino que ocasiona a multiplicação de equívocos e, sim, a metodologia empregada no ensino da Crase, que, quase sempre, está comprometida com uma infinidade de regras que não fazem muito sentido para os/as alunos/as, justamente porque não são utilizadas efetivamente nas produções textuais deles/delas.

A organização por grupos a que nos propusemos aqui, a qual comporta subtópicos, tem a vantagem de favorecer uma **operacionalização melhor dos dados**, pois permite uma reflexão pelos tipos (e subtipos) de desvios.

Dada a menor divergência doutrinária quanto ao conteúdo da Crase, comparativamente a outros tópicos gramaticais aqui abordados, não traremos, como para outros casos, quadros organizados a partir de gramáticas e de manuais que elegemos como *corpus* normativo. Nesta parte referente à Crase, vamos seguir de perto algumas contribuições de Luft (2005), por se tratar de manual específico sobre o tema e, além disso, lançaremos mão, em notas de rodapé, de informações adicionais sobre a regência de alguns verbos, nomes e locuções, pois é bem conhecida a dependência do conteúdo de Crase com relação ao conteúdo de regência.

Com o intuito de garantir maior confiabilidade à abordagem, utilizaremos alguns de nossos bons dicionários, quais sejam: 1) **DALP** (2010); 2) **DEHLP** (2009); 3) **DPRN** (2010a); 4) **DPRV** (2010b) e 5) **DUPB** (2002). A opção por obras lexicográficas se deve ao fato de que, no geral, elas apresentam uma maior quantidade de acepções/significados, e, como consequência, uma maior quantidade de informações sobre transitividade verbal e nominal se comparadas, por exemplo, com gramáticas.

Com o objetivo de facilitar a incorporação das regras que serão abordadas a partir das ocorrências, traremos um **esquema com a regra geral** para a identificação do fenômeno da Crase nos trechos analisados.



O esquema acima deixa claro que há **duas condições necessárias** para a ocorrência do fenômeno da Crase: 1) de um lado, o do termo regente, a **exigência** da **Prep. a**; 2) do outro, o do termo regido, a **aceitabilidade** de anteposição do **Art. def. sing. ou pl. a(s)** ou a presença dos pronomes demonstrativos **aquele(s); aquela(s) e aquilo**. De modo geral, **não** sendo satisfeitas essas duas condições ao mesmo tempo, **não** haverá a possibilidade de ocorrência do acento indicador da Crase. A maior parte dos problemas relativos à Crase podem ser sanados com a assimilação dessa regra, como demonstraremos a partir das ocorrências abaixo.

Começaremos, pois, nossa discussão pelo grupo que mais favorece a **assimilação da regra geral**, qual seja: DESVIOS PELA AUSÊNCIA DO ACENTO INDICADOR DA CRISE.

Há muitas ocorrências no *corpus* com estruturas muito semelhantes, o que nos permitiu organizar a explicação a partir de um único esquema e comentário.

Deve ficar claro que essa opção, apesar de mais simplificada, **requerá do/a professor/a alguma adequação que contemple as pequenas diferenças entre as ocorrências semelhantes** (*vide* ocorrências 2, 3 e 4 e outras análogas).

OCORRÊNCIAS

1) DESVIOS PELA AUSÊNCIA DO ACENTO INDICADOR DA CRASE

1.1) DESVIOS COM V. OU N. QUE EXIGEM A PREP. **A**

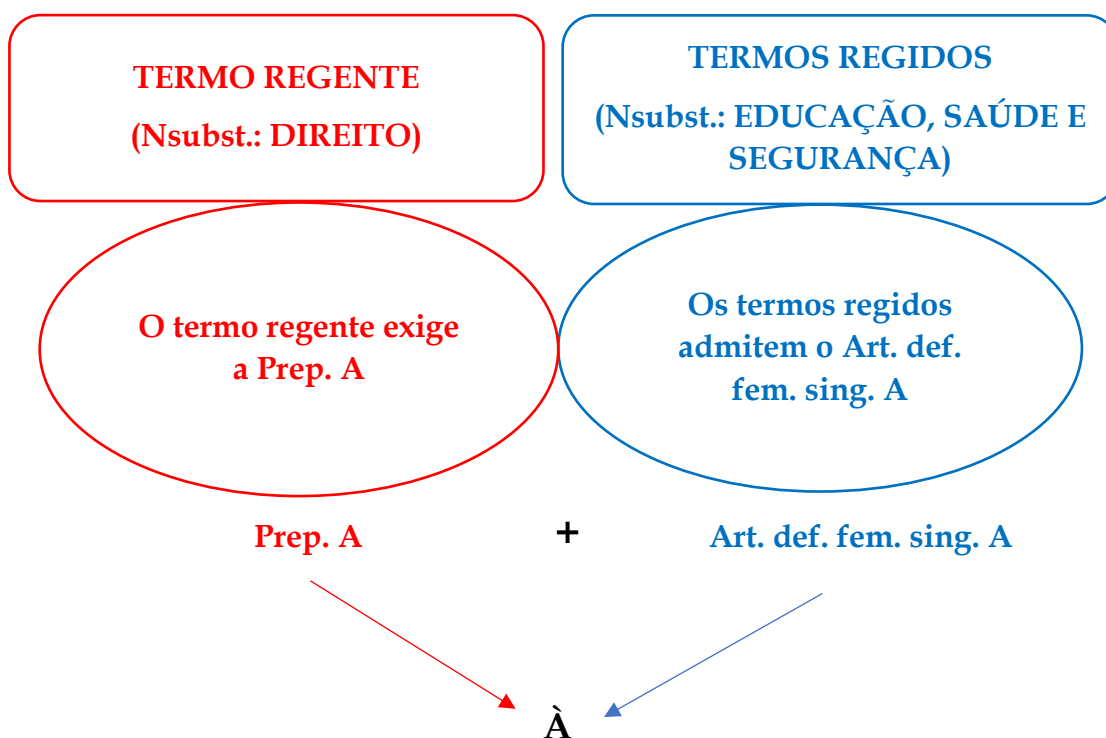
Desvio

1. “[...] todos os cidadãos tem¹, entre outras garantias, o **direito**² a **educação**, a **saúde**, a **segurança** [...]” (**Prod. text.22**, 2015).

¹ Em casos como este, em que ocorre desvio de um outro tópico gramatical previsto neste livro (aqui **Concordância Verbal**), deve-se dizer que cada desvio específico será corrigido em sua própria seção. Para os casos de conteúdos gramaticais não previstos para este livro, cf. nota 26.

² No **DPRN** (2010a, p. 176): “sm. **a**: o direito dos trabalhadores à greve”.

Ao esquema³ abaixo:



Em 1, temos o Nsubst. **direito**, que, no contexto, exige a Prep. **a**. Na sequência, temos três **nomes substantivos femininos coordenados** (**educação, saúde e segurança**), dispostos em SNs⁴ (SN: Det. + N.), os quais exercem a **mesma função sintática** (a de Compl. nom. do vocábulo **direito**) e admitem a anteposição do Art. def. fem. sing. **a**. Dito isso, o uso do acento indicador da Crase precisa ser utilizado.

³ Este tipo de esquema permite uma melhor visualização daquilo que Luft (2005) chama de 1) **expediente gramatical**, um recurso para tirar dúvidas quanto ao emprego da **Crase**. Outros **expedientes** citados por ele são: 2) expediente **da, na, pela**; 3) expediente **ao**; e 4) expediente **a uma (certa)**. A fim de reforçar a assimilação do conteúdo, utilizaremos, para algumas ocorrências, o **expediente ao** (Cf., por exemplo, a **ocorrência 05** abaixo e outras subsequentes).

⁴ Sintagmas são agrupamentos de palavras que exercem determinadas funções sintáticas na sentença (Cf. Kenedy e Othero, 2018, para aprofundar a discussão).

Acréscimo do acento indicador da crase

1.1) “[...] todos os cidadãos tem, entre outras garantias, o **direito** à **educação**, à **saúde**, à **segurança** [...]” (Prod. text.22, 2015).

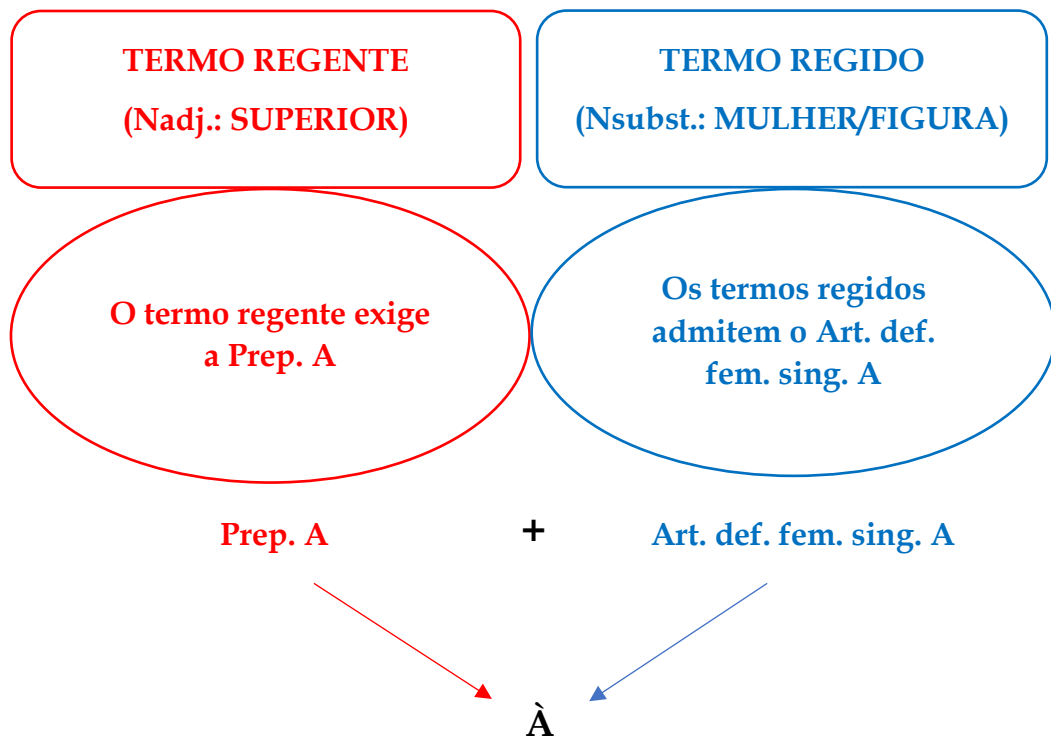
Desvios

2) “[...] o homem considera-se **superior**⁵ a **mulher** [...]” (Prod. text.29, 2015).

3) “[...] o pensamento do homem **superior a mulher** foi difundido até as gerações atuais [...]” (Prod. text.47, 2015).

4) “No Brasil, a organização social durante a colonização foi baseada no patriarcalismo, no qual, como o homem era provedor do lar, a sua figura era considerada **superior a da mulher**” (Prod. text.62, 2015).

Esquematizando os trechos para explicação dos desvios, temos:



⁵ No DPRN (2010a, p. 489): “a. a (...em); em: Ser superior a alguém”.

Nas ocorrências 2 e 3, temos o **Nadj. superior** exigindo a **Prep. a**. Em seguida, temos o **Nsubst. fem. sing. mulher**, que admite a anteposição do **Art. def. fem. sing. a**. Havendo, então, as duas condições satisfeitas, o uso do acento indicador da Crase é de regra. Na ocorrência 4, temos, mais uma vez, o **Nadj. superior**, que exige a **Prep. a**. Depois, temos o **SPrep. da mulher**, antes do qual está implícito o **Nsubst. fem. sing. figura**, que, por sua vez, aceita a anteposição do **Art. def. fem. sing. a**. Cumpridas essas duas condições, o acento indicador da Crase deve ser utilizado.

Acréscimo do acento indicador da crase

2.1) “[...] o homem considera-se **superior** à **mulher** [...]” (Prod. text.29, 2015).

3.1) “[...] o pensamento do homem **superior** à **mulher** foi difundido até as gerações atuais [...]” (Prod. text.47, 2015).

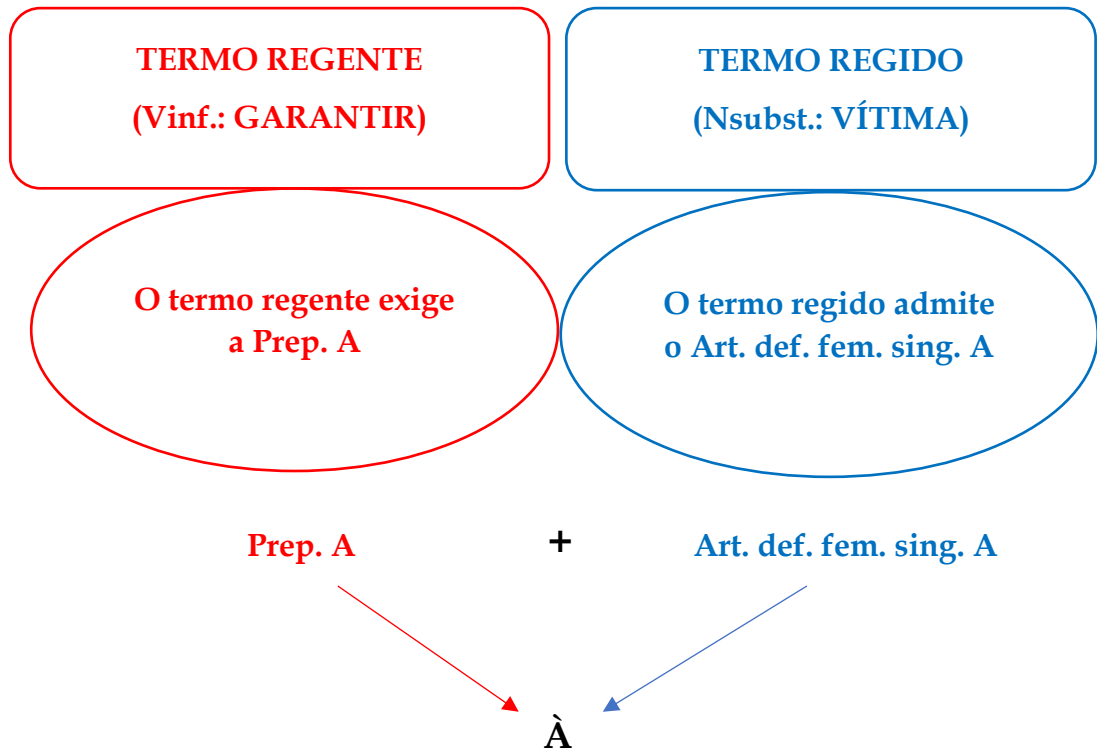
4.1) “No Brasil, a organização social durante a colonização foi baseada no patriarcalismo, no qual, como o homem era provedor do lar, a sua figura era considerada **superior** à da **mulher**” (Prod. text.62, 2015).

Desvio

5) “[...] a adoção desse mecanismo de proteção em todos os estados, além de **garantir**⁶ maior segurança a **vítima** incentiva a delação” (Prod. text.47, 2015).

⁶ No DPRV (2010b, p. 313): 2. TD(I): *garanti-lo (a...); garantir(-lhe) algo; garantir(-lhe) que...*”.

Ao trecho para explicação do desvio, temos:



Na ocorrência 5, temos o Vinf. **garantir**, que exige a Prep. **a** para o Obj. ind. Depois, temos o Nsubst. fem. sing. **vítima**, que admite a anteposição do Art. def. fem. sing. **a**. Com essas duas condições satisfeitas, o uso do acento indicador da Crase se impõe. Aqui, como anunciamos na nota 3, podemos usar também o expediente **ao** para tirar qualquer dúvida: **garantir** maior segurança (**o** ou **ao**?) **agressor**. Fica evidente que a opção é pela forma contraída **ao**. Isso significa, na prática, que o acento deve ser utilizado.

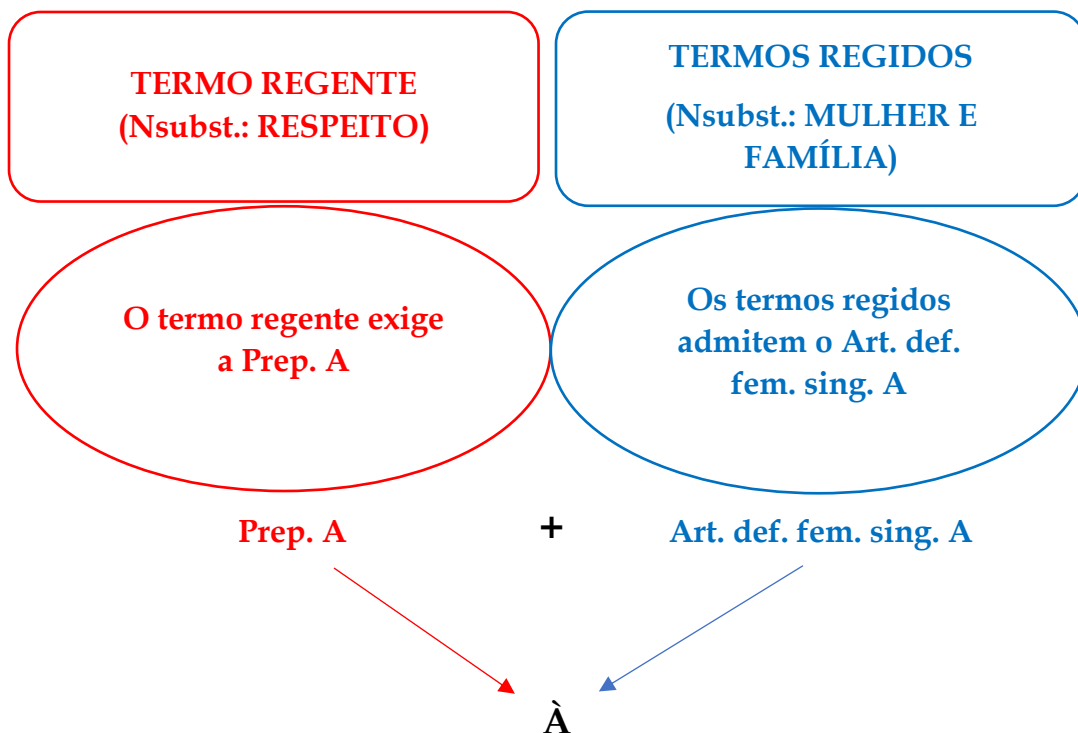
Acréscimo do acento indicador da crase

5.1) “[...] a adoção desse mecanismo de proteção em todos os estados, além de **garantir** maior segurança **à** **vítima** incentiva a delação” (Prod. text.47, 2015).

Desvio

6) “[...], valores de **respeito**⁷ a **mulher** e a **família**” (Prod. text.49, 2015).

À visualização do esquema abaixo:



Em 6, temos o **Nsubst. respeito**, que exige a **Prep. a**. Depois dele, temos dois **nomes substantivos** no **fem. sing.** (**mulher** e **família**), os quais admitem a anteposição do **Art. def. fem. sing. a**. Utilizando o **expediente ao**, temos: valores de **respeito** (o ou ao?) **homem e** (o ou ao?) **grupo familiar**. A opção é, obviamente, pela forma contraída **ao**. Estando as duas condições satisfeitas, deve-se usar o acento indicador da Crase.

Acréscimo do acento indicador da crase

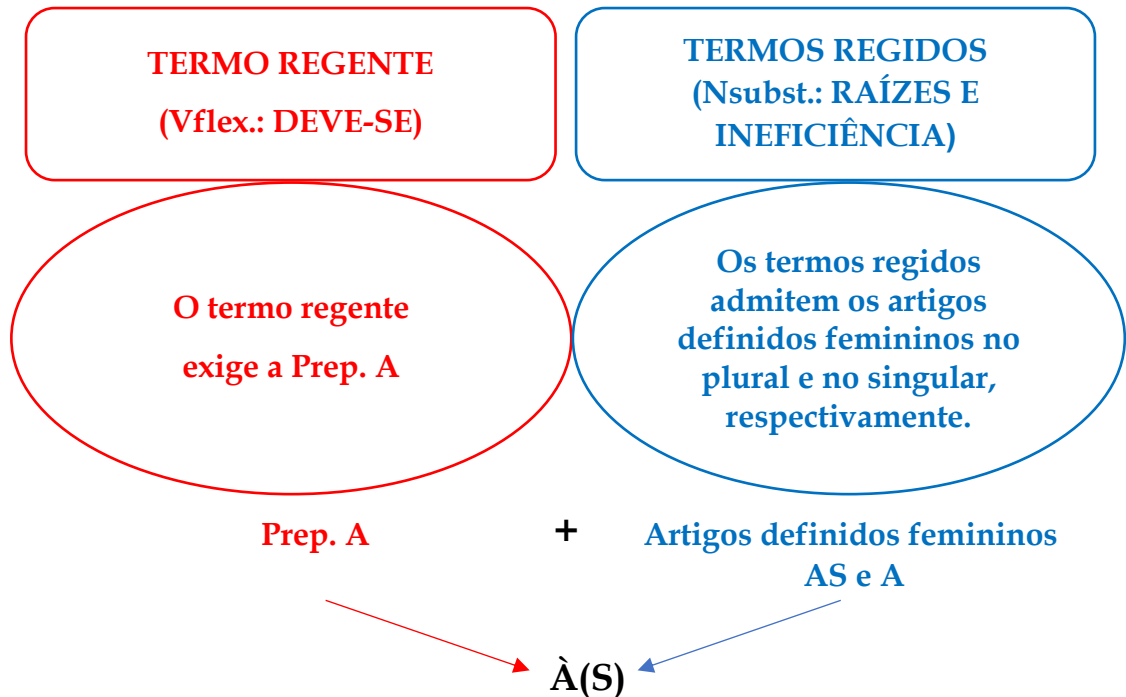
6.1) “[...], valores de **respeito** à **mulher** e à **família**” (Prod. text.49, 2015).

⁷ No DPRN (2010a, p. 453): “sm. a: (Não) dizer respeito [ter referência, relação] a algo ou alguém [...]”.

Desvio

7) “[...] grande parte disso **deve-se**⁸, principalmente, **as raízes** culturais brasileiras e **a ineficiência** do sistema judiciário” (**Prod. text.68**, 2015).

Ao trecho esquematizado, temos:



Na ocorrência 7, temos o **Vflex. pronominal** **deve-se**, que exige a **Prep. a**. Em seguida, temos dois **nomes substantivos femininos** (**raízes** e **ineficiência**), que admitem a anteposição do **Art. def. fem. pl. as** e do **Art. def. fem. sing. a**, respectivamente. Existindo, então, as duas condições, o uso do acento indicador da Crase é obrigatório.

⁸ O verbo **dever**, como pronominal e com a mesma acepção da ocorrência 7, foi encontrado no **DUPB** (2002, p. 503) e, para o que nos interessa aqui, temos: “[**Pronominal**] [**Compl: a + nome**] 5 ter como causa ou razão: *A sorte do cabo deveu-se aos entusiasmos do gaúcho pelos bailes (G)*”.

Acréscimo do acento indicador da crase

7.1) “[...] grande parte disso **deve-se**, principalmente, às **raízes** culturais brasileiras e à **ineficiência** do sistema judiciário” (**Prod. text.68**, 2015).

1.2) DESVIOS COM LOC. PREP. COMO EXPRESSÃO REGENTE

Desvios

8) “[...] evidencia-se na massiva preocupação da maioria das instituições de ensino **quanto a**⁹ **passagem** de conceitos puramente teóricos [...]” (**Prod. text.22**, 2015).

9) “Esse contexto se agrava ainda mais com a inoperância administrativa dos gestores públicos **quanto a punição** dos infratores” (**Prod. text.22**, 2015).

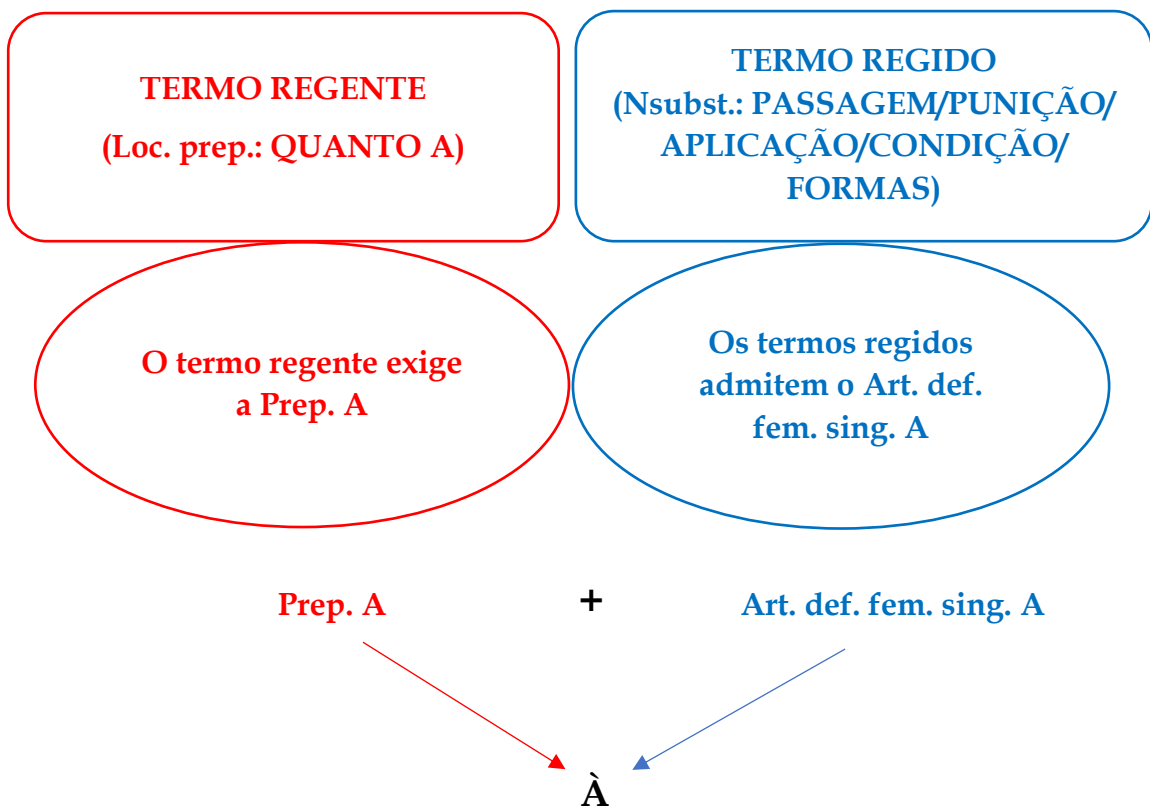
10) “Nesse contexto, evidencia-se uma discrepância **quanto a aplicação** da lei Maria da Penha” (**Prod. text.30**, 2015).

11) “Essa mentalidade é, portanto, solidificada [...] e passada desde cedo aos filhos, que se tornarão adultos equivocadamente orientados **quanto a condição** de superioridade masculina em detrimento da feminina” (**Prod. text.45**, 2015).

12) “[...], bem como da orientação às vítimas **quanto as formas** de denúncia [...]” (**Prod. text.45**, 2015).

⁹ Segundo o DALP (2010, p. 1747), é uma **Loc. prep.** que significa: “Relativamente a; a respeito de”.

Ao esquema para uma melhor visualização dos desvios, temos:



Em 8, 9, 10, 11 e 12, temos a **Loc. prep. quanto a**, em cuja estrutura aparece a **Prep. a**, primeira condição para que se utilize o acento indicador da Crase. Na sequência, temos **nomes substantivos no singular** (**passagem/punição/aplicação/condição**) e no **plural** (**formas**), que admitem a anteposição do **Art. def. fem. sing. a** e do **Art. def. fem. pl. as**. Com essas duas condições satisfeitas, deve ser utilizado o acento indicador da Crase.

Acréscimo do acento indicador da crase

8.1) “[...] evidencia-se na massiva preocupação da maioria das instituições de ensino **quanto à passagem** de conceitos puramente teóricos [...]” (**Prod. text.22, 2015**).

9.1) “Esse contexto se agrava ainda mais com a inoperância administrativa dos gestores públicos **quanto à punição** dos infratores” (**Prod. text.22, 2015**).

10.1) “Nesse contexto, evidencia-se uma discrepância **quanto** à **aplicação** da lei Maria da Penha” (**Prod. text.30, 2015**).

11.1) “Essa mentalidade é, portanto, solidificada [...] e passada desde cedo aos filhos, que se tornarão adultos equivocadamente orientados **quanto** à **condição** de superioridade masculina em detrimento da feminina” (**Prod. text.45, 2015**).

12.1) “[...], bem como da orientação às vítimas **quanto** às **formas** de denúncia [...]” (**Prod. text.45, 2015**).

OBS.: As ocorrências 8 e 9, acima, **que foram encontradas na Prod. text.22** (*vide* também a ocorrência 1, na qual este mesmo/a aluno/a comete um desvio quanto à regra geral), e as ocorrências 11 e 12, **que foram catalogadas na Prod. text.45**, são desvios específicos com o uso da **Loc. prep. quanto a**, assim como a ocorrência 10. Com o tipo de reflexão estrutural proposta aqui, é possível uma orientação mais pontual por parte do/a professor/a quanto ao mecanismo que regula o uso do acento indicador da Crase, de modo que, ao final, o/a aluno/a possa tomar consciência sintática das sentenças produzidas na escrita, a partir do esquema proposto e do respectivo comentário.

Desvios

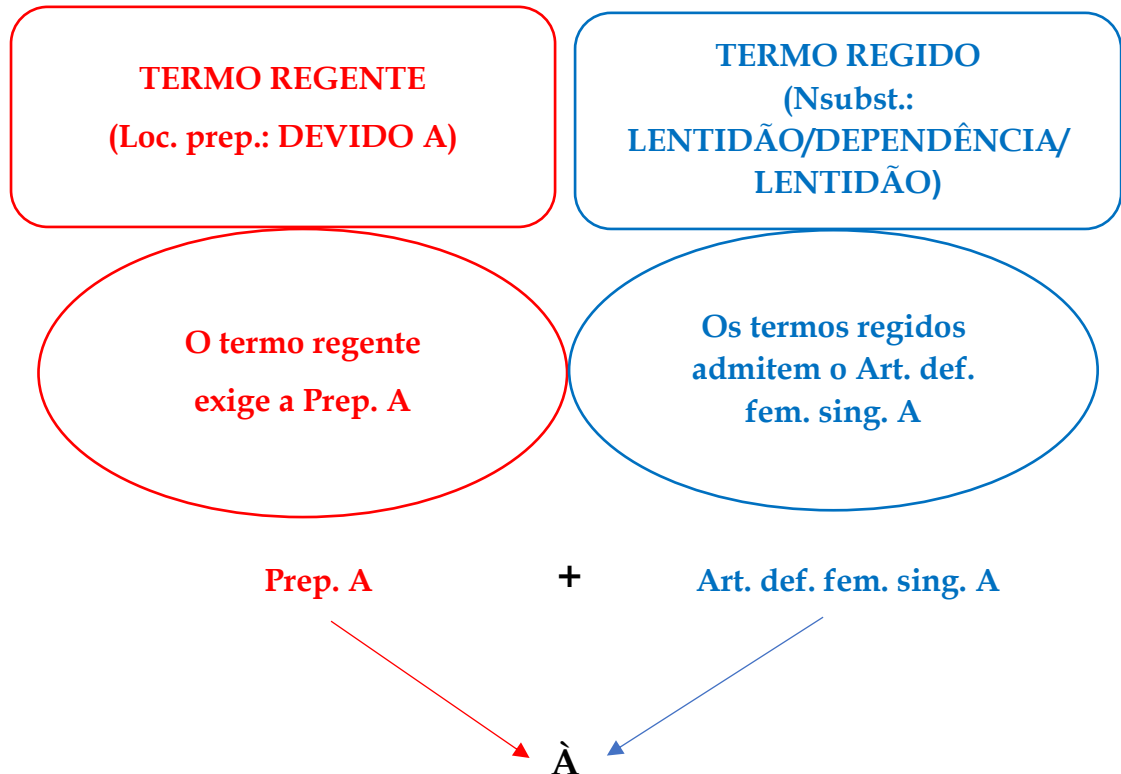
13) “Isso se dá **devido a**¹⁰ **lentidão** do sistema jurídico [...]” (**Prod. text.41, 2015**).

14) “[...] muitas mulheres agredidas possuem receio em contatar o ligue 180 **devido a dependência** financeira em relação ao marido ou companheiro [...]” (**Prod. text.50, 2015**).

15) “[.] visto que muitas mulheres deixam de denunciar **devido a lentidão** judiciária brasileira” (**Prod. text.56, 2015**).

¹⁰ Segundo o DALP (2010, p. 706), é uma **Loc. prep.** que pode significar: “Por causa de; em razão de; em virtude de”.

Esquematisando o trecho para uma melhor visualização dos desvios, temos:



Em 13, 14 e 15, temos a **Loc. prep. devido a**, na qual se encontra a **Prep. a**, primeira condição para que se use o acento indicador da Crase. Em seguida, temos **nomes substantivos no singular (lentidão/dependência/lentidão)**, que admitem a anteposição do **Art. def. fem. sing. a**. Ao **expediente ao** para tirar qualquer dúvida: **devido** (o ou ao?) **aceleramento** do sistema jurídico. A opção é, de novo, pela forma contraída **ao**. Havendo, pois, as duas condições satisfeitas, deve ser utilizado o acento indicador da Crase.

Acréscimo do acento indicador da crase

13.1) “Isso se dá **devido à lentidão** do sistema jurídico [...]” (Prod. text.41, 2015).

14.1) “[...] muitas mulheres agredidas possuem receio em contatar o ligue 180 **devido à dependência** financeira em relação ao marido ou companheiro [...]” (Prod. text.50, 2015).

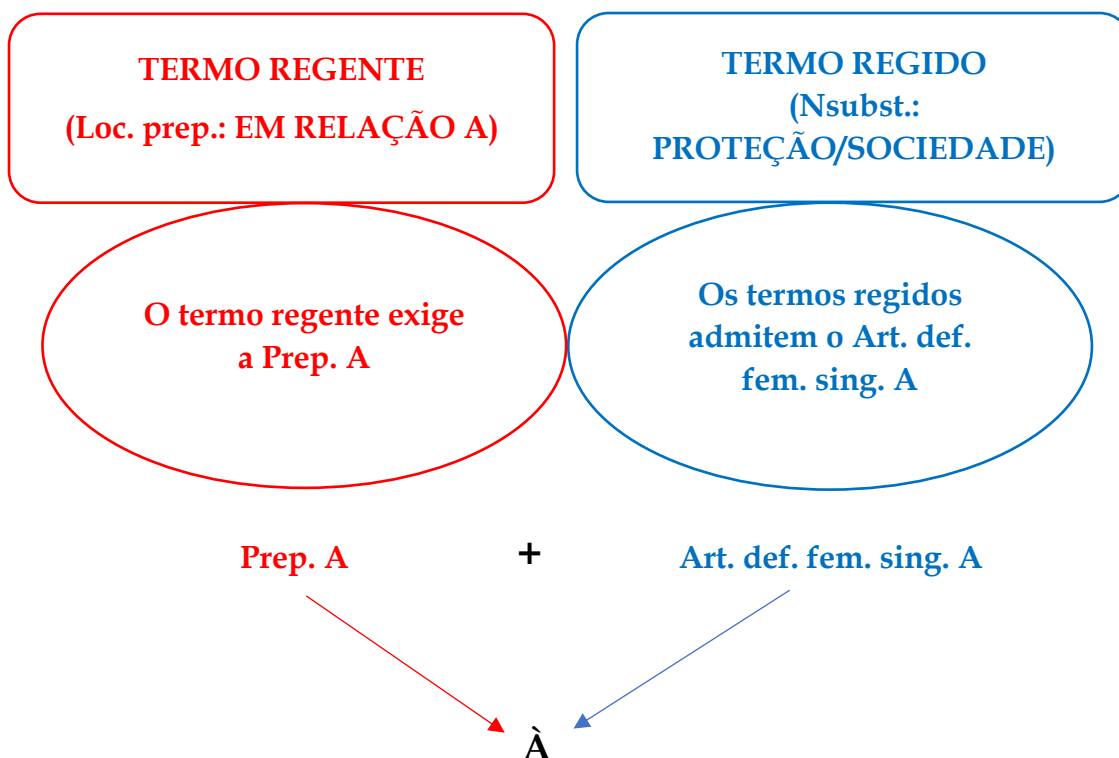
15.1) “[...] visto que muitas mulheres deixam de denunciar **devido** à **lentidão** judiciária brasileira” (Prod. text.56, 2015).

Desvios

16) “[...] o sistema burocrático brasileiro inviabiliza maiores avanços **em relação** a¹¹ **proteção** à mulher [...]” (Prod. text.52, 2015).

17) “Já **em relação** a **sociedade** brasileira, o Brasil é desde sua colonização uma sociedade patriarcalista, tratando o homem como superior **às** mulheres (Prod. text.57, 2015).

Ao esquema para explicação dos desvios, temos:



¹¹ No DPRN (2010a, p. 440): “sf. a: “Loc. com relação a, em relação a: Com (ou em) relação ao contrabando de gado nada apareceu na imprensa local”.

Em 16 e 17, temos a **Loc. prep. em relação a**, a contar com a **Prep. a** em sua estrutura. Posteriormente, temos o **Nsubst. fem. sing. proteção** e o **Nsubst. fem. sing. sociedade**, que admitem a anteposição do **Art. def. fem. sing. a**. Com essas duas condições satisfeitas, o uso do acento indicador da Crase é imprescindível.

Acréscimo do acento indicador da crase

16.1) “[...] o sistema burocrático brasileiro inviabiliza maiores avanços **em relação à proteção** à mulher [...]” (**Prod. text.52**, 2015).

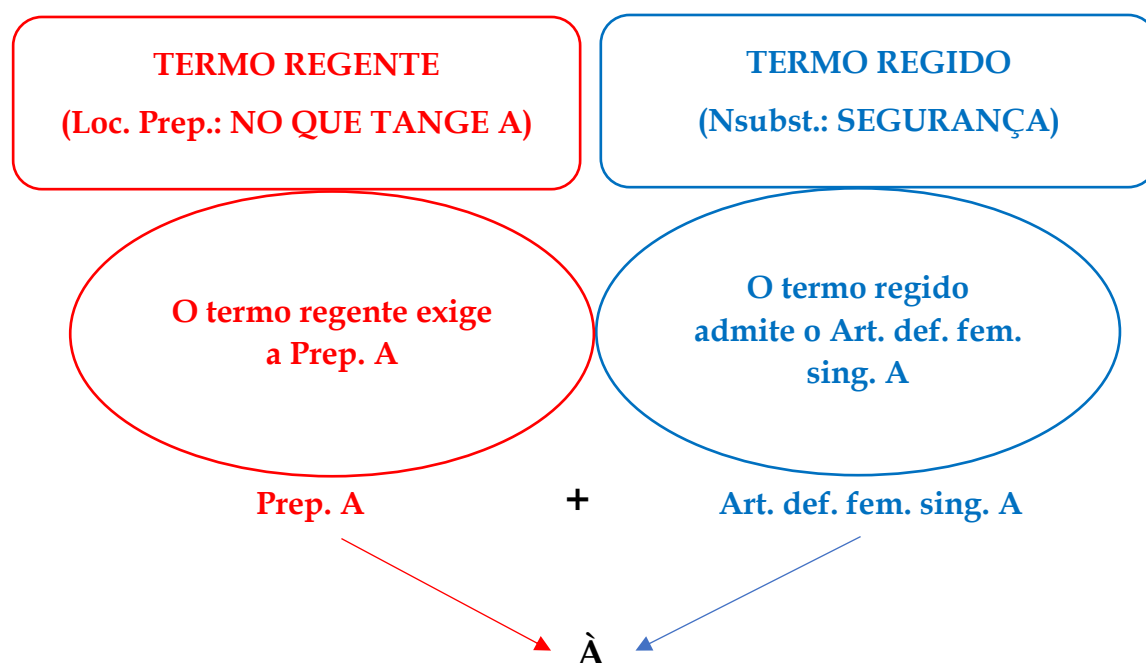
17.1) “Já **em relação à sociedade** brasileira, o Brasil é desde sua colonização uma sociedade patriarcalista, tratando o homem como superior às mulheres (**Prod. text.57**, 2015).

Desvio

18) “[..] o Brasil permanece na lanterna **no que tange a**¹² **segurança** tanto física quanto psicológica das mulheres” (**Prod. text.56**, 2015).

¹² No **DUPB** (2002, p. 1517), na subentrada do verbete para o verbo **tanger**, temos: “[...] ► **no que tange a** no que diz respeito a: *No que tange à comercialização operam-se profundas transformações no sistema (DS); grandes dificuldades do Brasil no que tange aos transportes marítimos de cabotagem (JK-O)*”.

Esquematizando o trecho para explicação do desvio, temos:



Em 18, temos a **Loc. prep. no que tange a**, que, com o significado em questão, comporta a **Prep. a**. Em seguida, temos o **Nsubst. fem. sing. segurança**, o qual admite a anteposição do **Art. def. fem. sing. a**. Não se pode, pois, dispensar o acento indicador da Crase.

Acréscimo do acento indicador da crase

18.1) “[..] o Brasil permanece na lanterna **no que tange à segurança** tanto física quanto psicológica das mulheres” (**Prod. text.56**, 2015).

OBS.: As ocorrências 15 e 18 **são de um/a mesmo/a aluno/a** e elas sugerem alguma dificuldade quanto ao mecanismo que regula o uso do acento indicador da Crase, sobretudo em locuções prepositivas. Aqui, como em outros casos já assinalados, cabe ao/à professor/a direcionar a atenção ao/à aluno/a em particular. A prática constante em sala de aula com levantamento, organização e análise de dados favorecerá a observação e a resolução de desvios análogos, sejam eles cometidos por um/a mesmo/a discente ou por discentes diferentes.

OBS.: A **Prod. text.57** apresenta **duas ocorrências de acento agudo no lugar do grave**, a encontrada aqui na ocorrência 17, e outra encontrada na ocorrência 28, mais à frente. Como se trata de 02 ocorrências de troca de acento, ainda que em 17 não seja um desvio de Crase e em 28 o seja, é importante chamar a atenção para esta pequena confusão cometida pelo/a discente.

2) DESVIOS PELO USO INADEQUADO DO ACENTO INDICADOR DA CRASE

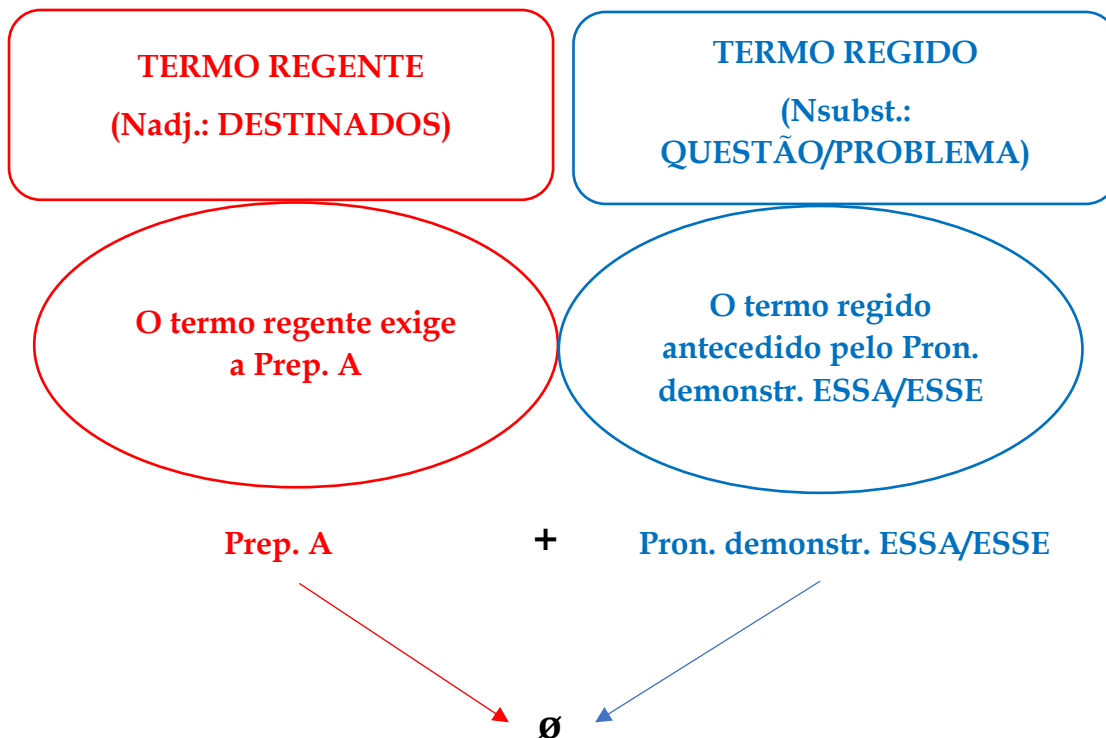
2.1) DESVIOS COM PRONOMES DIVERSOS

Desvios

19) “Os dados da violência contra a mulher no Brasil são alarmantes, haja vista que o Estado investe mal os recursos **destinados**¹³ à $\emptyset$ ¹⁴/essa questão” (Prod. text.4, 2015).

20) “Cabe ao Estado, a melhor gestão dos recursos **destinados** à $\emptyset$ /esse problema” (Prod. text.4, 2015).

Observemos o esquema abaixo:



¹³ No DPRN (2010a, p. 170): “a. a, para:/a: “O respeito que me inspira algo destinado a perpetuar-se” (Sabino, MV, 190)”.

¹⁴ Este símbolo em azul ($\emptyset$), quando ocorrer, significa, nesta seção, e, por razões diversas, que não é possível utilizar o Art. fem. no sing. ou no pl. A barra significa que os dois vocábulos (Pron. demonstr. e um virtual Art. def. fem. sing., por exemplo) só podem ocupar, no eixo paradigmático (eixo da seleção de vocábulos), a mesma posição um de cada vez, ou seja, não coocorrem.

Na ocorrência 19, temos o **Nadj. destinados** a exigir a **Prep. a**. Na sequência, temos o **Nsubst. fem. sing. questão** anteposto pelo **Pron. demonstr. essa**. Tal escolha na sentença (**uso do Pron. demonstr.**) implicou a não escolha do **Art. def. fem. sing. a** (**os dois não coocorrem no mesmo contexto sintático**), de modo que faltou, na ocorrência analisada, a segunda condição para o uso do acento indicador da Crase. Na ocorrência 20, observamos, como na ocorrência 19, o **Nadj. destinados** a exigir a **Prep. a**. Depois, temos o **Nsubst. masc. sing. problema** anteposto pelo **Pron. demonstr. esse**. Em 20, há dois pontos a serem considerados: 1) opta-se por um **Pron. demonstr.** como **Det.** e não pelo **Art. def. fem. sing.**; e 2) o **Nsubst.** com a possibilidade de anteposição de **Art.** é do **Gên. masc.** Pelo exposto, o uso do acento indicador da Crase **não** está adequado em nenhuma das duas ocorrências.

A alteração dos trechos fica assim:

Supressão do desvio

19.1) “Os dados da violência contra a mulher no Brasil são alarmantes, haja vista que o Estado investe mal os recursos **destinados a essa questão**” (**Prod. text.4, 2015**).

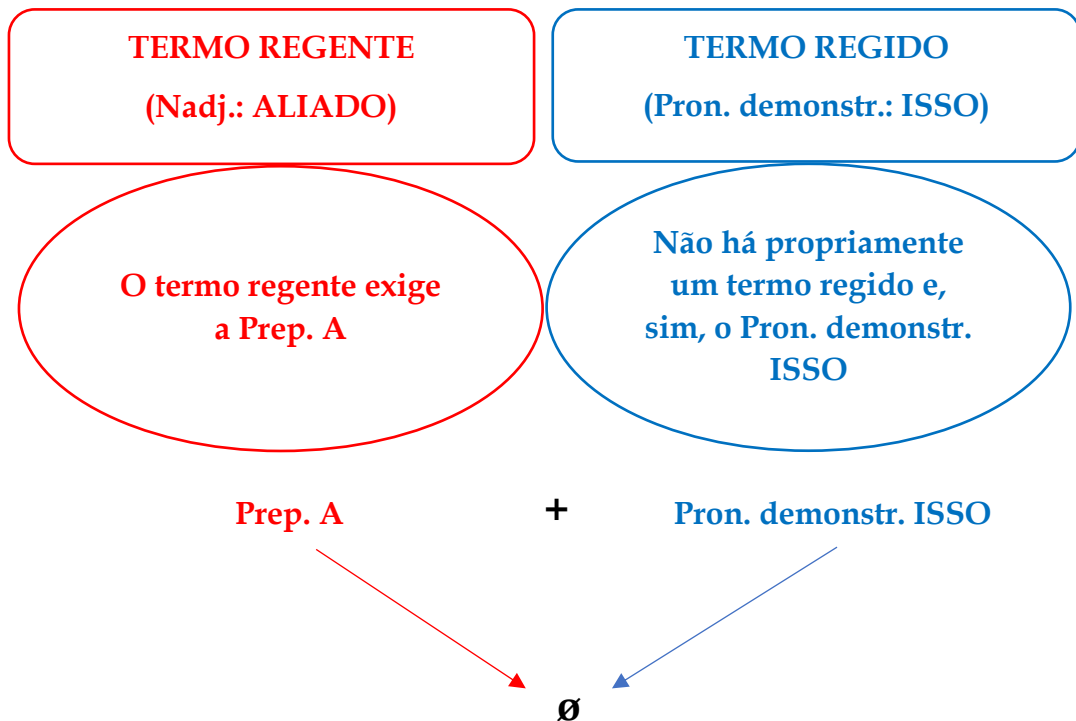
20.1) “Cabe ao Estado, a melhor gestão dos recursos **destinados a esse problema**” (**Prod. text.4, 2015**).

OBS.: As ocorrências 19 e 20 foram encontradas na **Prod. text.4**, ou seja, são ocorrências do/a mesmo/a aluno/a e permitem conjecturar que o escrevente parece ter uma **dificuldade pontual** com o uso do acento indicador da Crase no **contexto sintático em que ocorrem pronomes demonstrativos**. O/A professor/a, em casos como este, pode proceder a uma **intervenção pessoal**, no sentido de explicitar e explicar o desvio, com o objetivo de que o/a aluno/a possa ter **consciência explícita** da inadequação e, conseqüentemente, possa retirá-la de seu repertório de escrita.

Desvio

21) “**Aliado**¹⁵ à **Ø/isso**, o governo deve agir por meio da construção de um maior número de casos de proteção e de apoio às vítimas de violência doméstica [...]” (Prod. text.5, 2015).

Esquemmatizando o desvio, temos:



Em 21, temos o **Nadj. aliado**, o qual exige a **Prep. a**. Na sequência, nem sequer temos **Nsubst. fem. sing.** Temos, tão somente, o **Pron. demonstr. isso** em função anafórica. Assim sendo, falta a segunda condição: um **Nsubst. fem. no sing. ou pl.** Por esse motivo, o uso do acento indicador da Crase **não** está adequadamente empregado, devendo o trecho ser modificado para:

Supressão do desvio

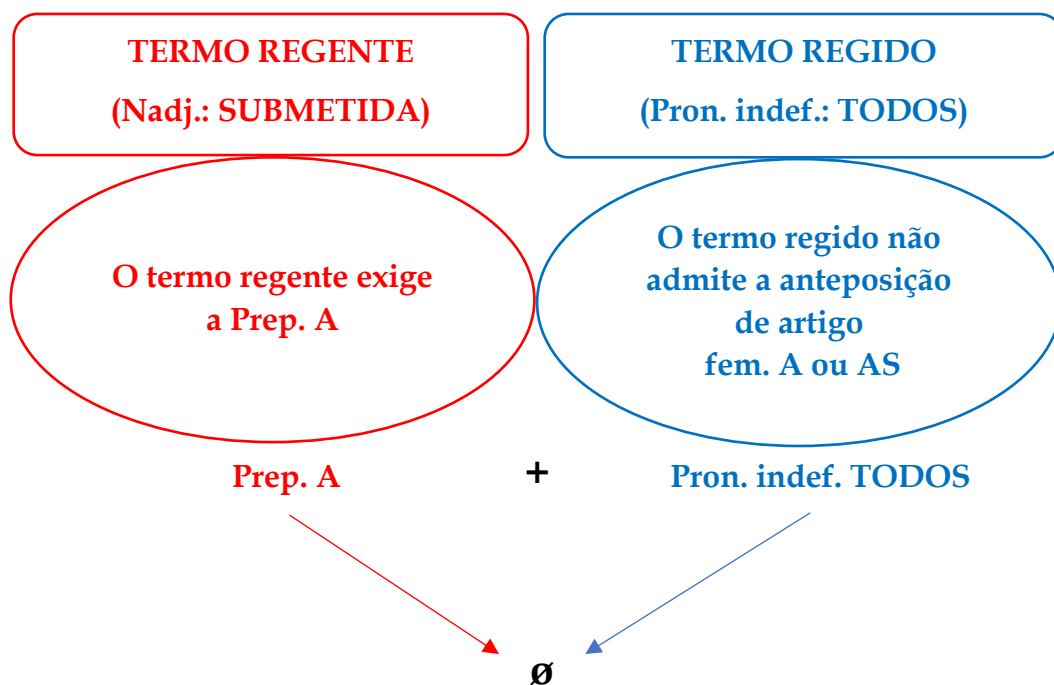
¹⁵ No DPRN (2010a, p. 44): “a., s.m. a, com, de, entre (...contra/ a favor de, em para, por: Um povo aliado a (ou com) outro [...]”).

21.1) “**Aliado a isso**, o governo deve agir por meio da construção de um maior número de casos de proteção e de apoio às vítimas de violência doméstica [...]” (Prod. text.5, 2015).

Desvio

22) “[...] a mulher está **submetida**¹⁶ à **ø/todos** os tipos de ordens que o seu parceiro ou superior lhe impõe” (Prod. text.20, 2015).

Ao esquema para explicação do desvio, temos:



Em 22, temos o **Nadj. submetida** exigindo a **Prep. a**. Neste caso, há um ponto a considerar para o não uso do acento grave: no contexto sintático, é utilizado um **Pron. indef. masc. no pl. (todos)**, que, semanticamente, pelo significado expresso de indefinição, retira qualquer possibilidade de determinação pelo uso de **Art. def. fem. sing. ou pl.** Assim sendo, falta a segunda condição: um **Nsubst. fem. no sing. ou no pl.** O uso do acento indicador da Crase **não** está, então, adequadamente utilizado. Eis a supressão do desvio:

¹⁶ No DPRN (2010a, p. 485): “a. a: Submetido a algo ou alguém”.

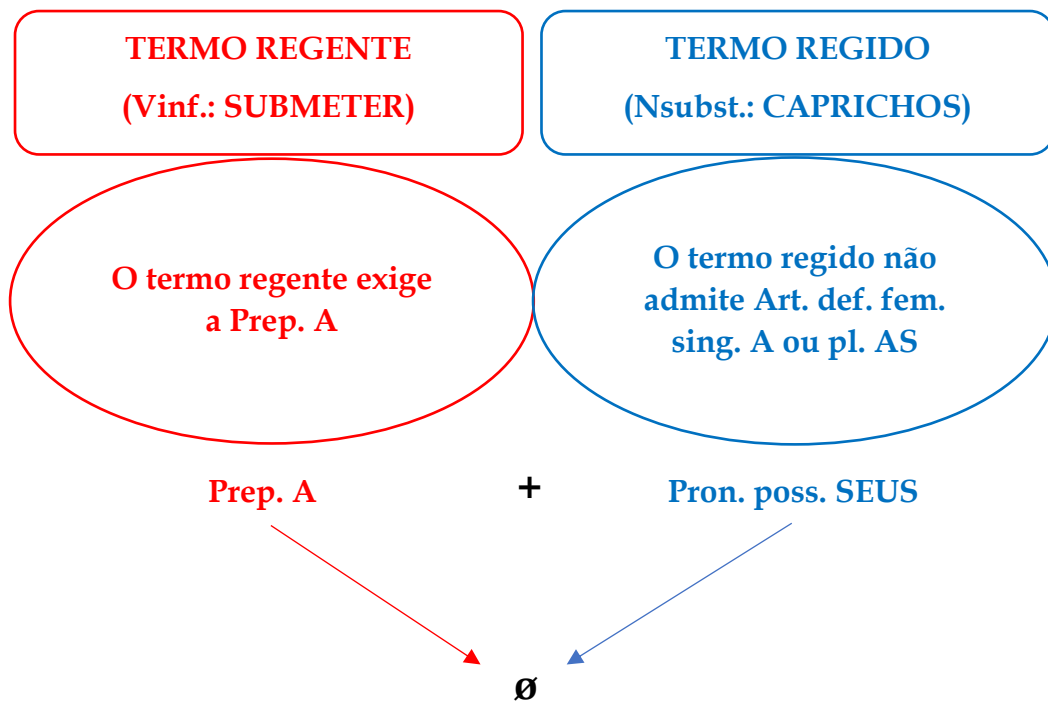
Supressão do desvio

22.1) “[...] a mulher está **submetida a todos** os tipos de ordens que o seu parceiro ou superior lhe impõe” (Prod. text.20, 2015).

Desvio

23) “[...] os homens passaram a sentir-se no direito de **submetê-las**¹⁷ à **seus caprichos** [...]” (Prod. text.33, 2015).

Esquemmatizando o desvio, temos:



Em 23, temos o **Vinf. submeter** acompanhado de pronome. No contexto, trata-se de um verbo transitivo direto e indireto (exige a **Prep. a**). Na sequência, temos o **Nsubst. caprichos** no **masc. pl.**, o qual vem antecedido pelo **Pron. poss. seus**. Veja-se que este **Pron.** poderia ter, antes dele, o **Art. masc. pl. os**, o que significa que eles coocorrem (a opção por não usar o **Art.** mencionado confere um

¹⁷ No DALP (2010, p. 1973): “**Verbo transitivo direto e indireto**. 3. Tornar objeto de; subordinar: *Submeti-o à minha orientação*” (os destaques em negrito são nossos e em sublinhado e itálico são do lexicógrafo).

sentido menos específico/determinado ao trecho). Dito isso, falta a segunda condição: um **Nsubst. fem. no sing.** ou no **pl.** Como consequência, o uso do acento indicador da Crase **não** está adequadamente empregado, devendo o desvio ser corrigido assim:

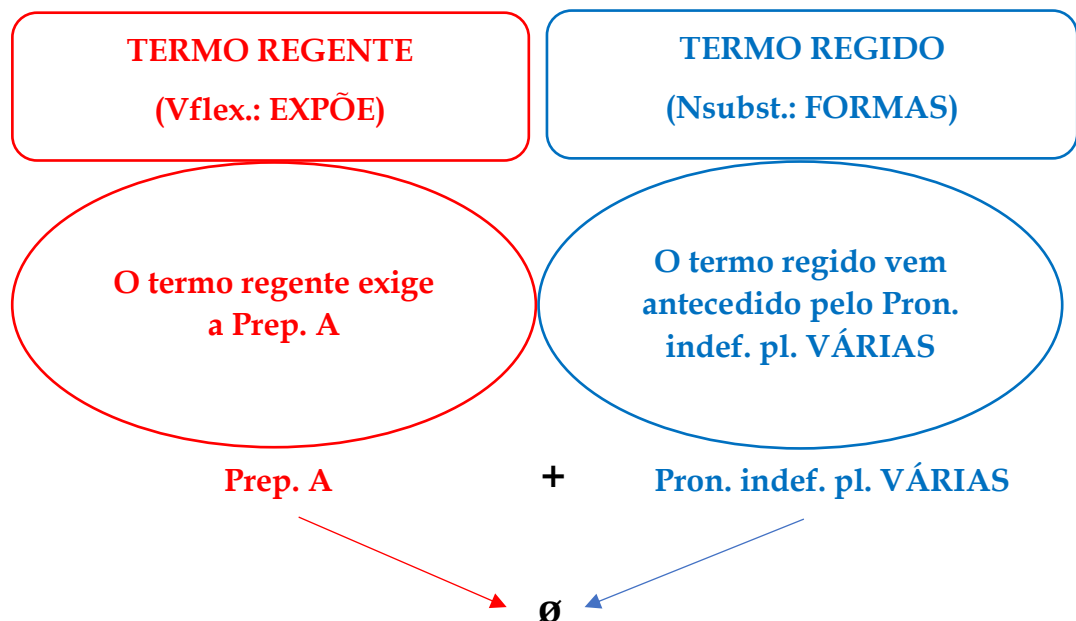
Supressão do desvio

23.1) “[...] os homens passaram a sentir-se no direito de **submetê-las** a **seus caprichos** [...]” (Prod. text.33, 2015).

Desvio

24) “A música “Mulheres de Atenas” de Chico Buarque de Holanda ilustra a histórica submissão feminina, a qual **expõe**¹⁸ a mulher à **várias formas** de violência” (Prod. text.37, 2015).

Visualizando o esquema, temos:



¹⁸ No DALP (2010, p. 902): “**Verbo transitivo direto e indireto.** 9. Pôr à vista; apresentar em exposição; mostrar, apresentar, exibir: *O industrial expôs um novo produto ao público*” (os destaques em negrito são nossos e em sublinhado e itálico são do lexicógrafo).

Na ocorrência 24, temos a **Vflex. expõe** exigindo, além do complemento direto, um indireto, com a **Prep. a**. Depois, temos o **Nsubst. no fem. pl. formas**, o qual vem antecedido pelo **Pron indef. pl. várias**. Acontece que, com o efeito de sentido pretendido, a estrutura **a várias formas**, de um **ponto de vista semântico**, é **generalista**, o que não favorece a anteposição do **Art. def. fem. no pl**. Isso, por sua vez, tirou uma das condições para a ocorrência do acento indicador da Crase: a anteposição do **Art. def. fem. pl.** ao **S. várias formas**.

À modificação:

Supressão do desvio

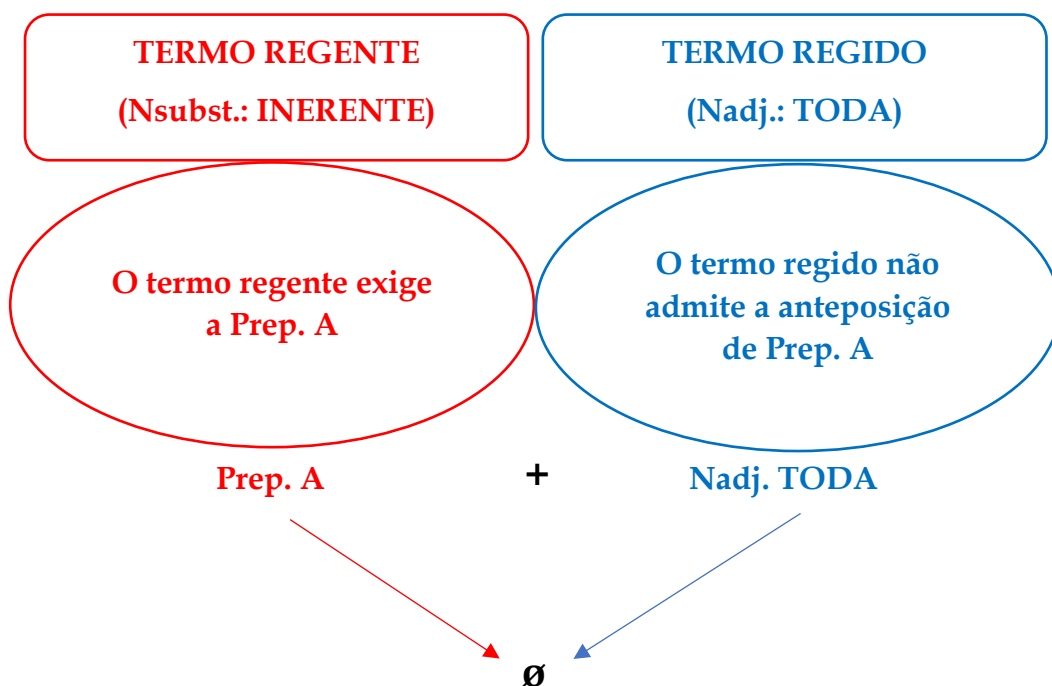
24.1) “A música “Mulheres de Atenas” de Chico Buarque de Holanda ilustra a histórica submissão feminina, a qual **expõe** a mulher **a várias formas** de violência” (**Prod. text.37**, 2015).

Desvio

25) “A violência contra a mulher é um padrão social **inerente**¹⁹ à quase **ø/toda a história** da sociedade brasileira” (**Prod. text.49**, 2015).

¹⁹ No **DPRN** (2010a, p. 289): “a. **a**, (menos us.) **em**: A propensão para a linguagem simbólica é inerente à espécie humana”.

Procedendo a um outro recorte do trecho para explicação do desvio, temos:



Em 25, temos o Nadj. **inerente** a exigir a Prep. **a**. Em seguida, temos o Nadj. **toda**²⁰, que prevê, sistematicamente, depois dele, um SN. (na nossa ocorrência: **a história**), mas, antes do Nadj. em questão, não se antepõe o Art. def. fem. sing. (seria agramatical algo como: *A toda a história da sociedade brasileira²¹). Não havendo este, **não** há, então, contexto para o uso do acento indicador da Crase.

Supressão do desvio

25.1) “A violência contra a mulher é um padrão social **inerente** a quase **toda a história** da sociedade brasileira” (Prod. text.49, 2015).

²⁰ No DALP (2010, p. 2051): “Adjetivo. 1. Completo, inteiro, total: *Esperai-o toda a semana*”.

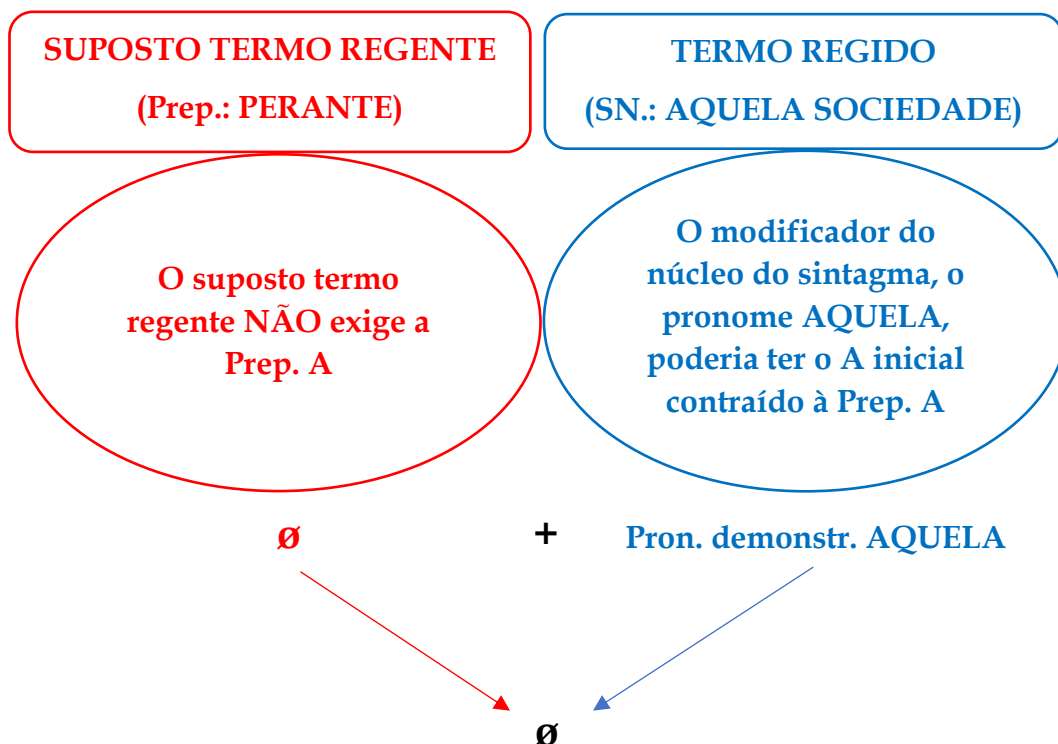
²¹ Em Linguística, o **asterisco** significa que dada forma ou dada estrutura não são possíveis numa língua específica.

2.2) DESVIOS COM PREPOSIÇÕES QUE SUPOSTAMENTE REGEM A PREP. **A**

Desvio

26) “[...] a mulher não era considerada um cidadão, por isso não tinha direitos **perante** $\emptyset$ ²² **àquela sociedade**” (Prod. text.9, 2015).

Ao desvio no esquema, temos:



Em 26, vemos a Prep. **perante**, a qual **não** rege uma outra Prep. Logo após, temos o Pron. demonstr. **aquela**, que poderia ter seu **a** inicial contraído à Prep. **a**, desde que o termo regente assim a exigisse. No caso em tela, já se selecionou, no eixo paradigmático, a Prep. **perante** e não a Prep. **a**, o que impossibilita a

²² Este símbolo em vermelho ($\emptyset$) significa que **não** há exigência de Prep. pelo suposto termo regente.

ocorrência do acento indicador da Crase. Por essa razão, o uso do acento **não** está adequadamente empregado. Eis a supressão do desvio:

Supressão do desvio

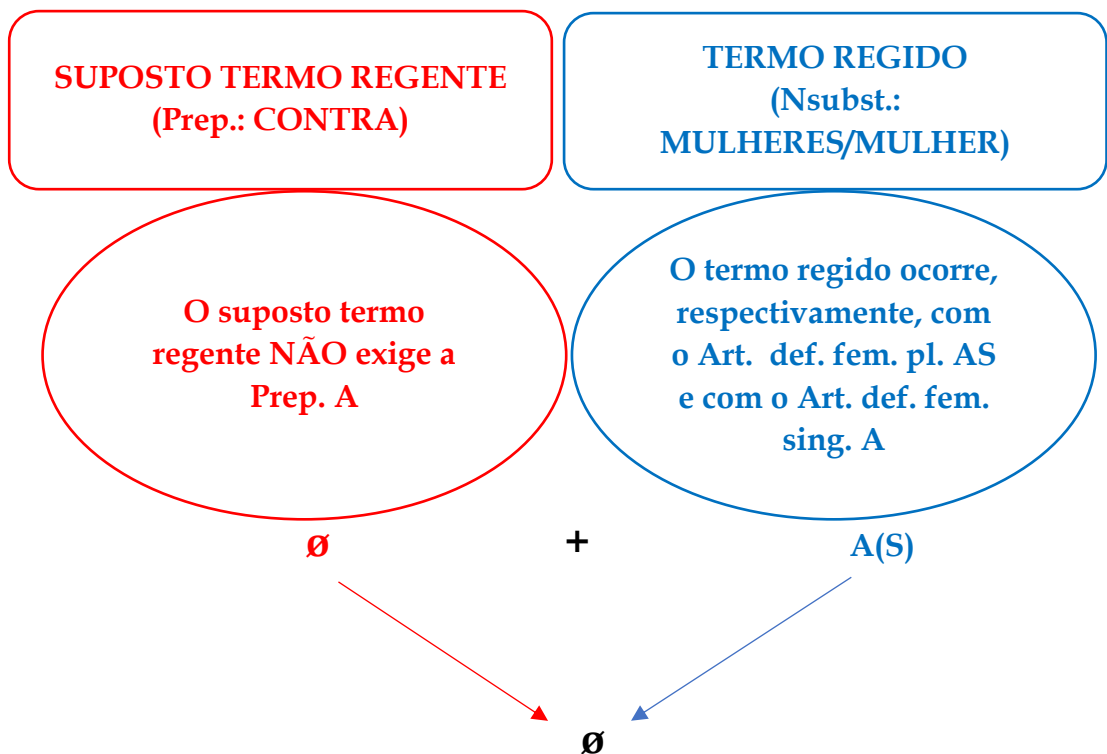
26.1) “[...] a mulher não era considerada um cidadão, por isso não tinha direitos **perante aquela sociedade**” (Prod. text.9, 2015).

Desvio

27) “Estupros, homicídios, violência física e psicológica são exemplos de atrocidades constatadas **contra** **às mulheres** brasileiras” (Prod. text.12, 2015).

28) “A sociedade brasileira apresenta grande acervo legislativo sobre violência, em especial, **contra** **à mulher**” (Prod. text.57, 2015).

À análise dos desvios, temos:



Nas ocorrências 27 e 28, encontramos a **Prep. contra**. Temos, na 27, o **Nsubst. fem. pl. mulheres** e, na 28, o **Nsubst. fem. sing. mulher**, os quais têm, respectivamente, como determinantes, o **Art. def. fem. pl. as** e o **Art. def. fem. sing. a**. No caso em questão, como no anterior, trata-se de seleção de uma **Prep. específica: contra**. Essa escolha retirou a possibilidade de ocorrência da **Prep. a**. Por esse motivo, o uso do acento indicador da Crase **não** está adequado nas duas ocorrências. Os trechos sem os desvios ficam assim:

Supressão do desvio

27.1) “Estupros, homicídios, violência física e psicológica são exemplos de atrocidades constatadas **contra as mulheres brasileiras**” (Prod. text.12, 2015).

28.1) “A sociedade brasileira apresenta grande acervo legislativo sobre violência, em especial, **contra a mulher**” (Prod. text.57, 2015).

OBS.: As ocorrências 26, 27 e 28, **que são de alunos/as diferentes**, sugerem que eles/elas ainda não assimilaram a regra geral em uma de suas partes, especificamente a parte em que um **V.** ou um **N.** exige a **Prep. a**. Nos três casos, eles supõem que outras preposições (**perante e contra**) é que estão a exigir a **Prep. a**. Aqui, cabe discorrer sobre a implicação paradigmática (eixo da seleção) da escolha de um item vocabular, sobretudo, quando a escolha de um implicar a não escolha de outro. Foi basicamente isso o que aconteceu nas 03 ocorrências aqui mencionadas.

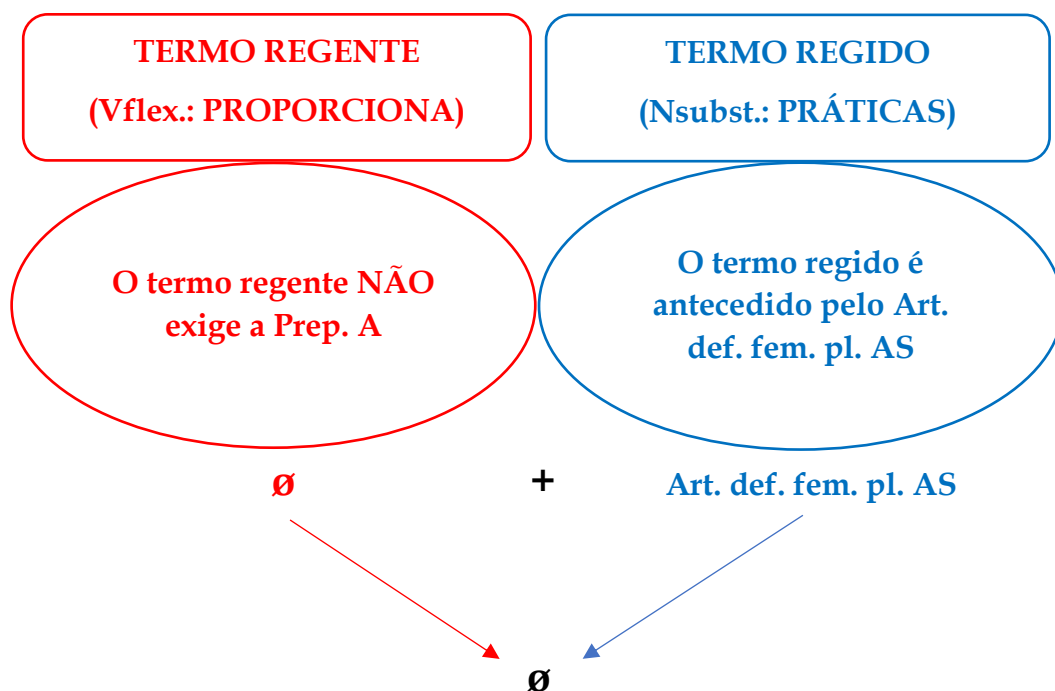
2.3) DESVIOS COM VERBOS (VTD) OU NOMES QUE NÃO EXIGEM A PREP.

A

Desvio

29) “A expressão mencionada **proporciona**²³ **ø** às **práticas** violentas, pois o patriarcalismo é a mulher submissa aos fatores patriarcais [...]” (Prod. text.20, 2015).

À esquematização do desvio, temos:



O Vflex. **proporciona** não exige Prep. alguma no contexto, o que, por si só, invalidaria o uso do acento indicador da Crase. Temos apenas a ocorrência de um Art. def. fem. pl. como det. do Nsubst. **práticas**, o qual pode ser substituído por um Nsubst. masc. pl., a fim de confirmar se o uso está adequado ou não. Vejamos: **proporciona** (os ou aos?) **comportamentos violentos**. A opção é claramente pelo Art. def. masc. pl. **os**. Nada de acento grave, então. À alteração:

²³ No DPRV (2010b, p. 423): “2. TD(I): *proporcioná-lo (a...); proporcionar(-lhe) algo*”.

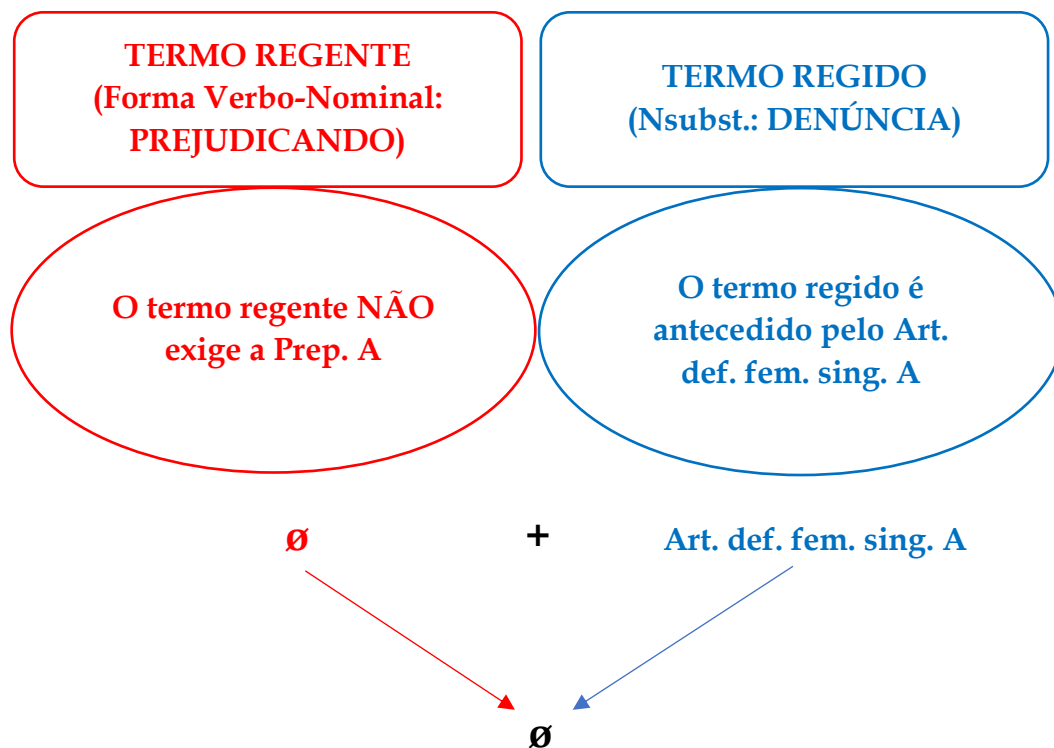
Supressão do desvio

29.1) “A expressão mencionada **proporciona** as **práticas** violentas, pois o patriarcalismo é a mulher submissa aos fatores patriarcais [...]” (Prod. text.20, 2015).

Desvio

30) “Esse fato está associado ao temor que elas possuem primeiros parceiros, assim **prejudicando**²⁴ **Ø** à **denúncia** contra eles [...]” (Prod. text.20, 2015).

Esquemáticamente, temos:



Em 30, vemos a **forma verbo-nominal prejudicando**, a qual **não** exige a **Prep. a**. Posteriormente, temos o **Nsubst. fem. sing. denúncia**. Assim sendo, falta a primeira condição: **N. ou V. que exija a Prep. a**, razão pela qual o uso do acento indicador da Crase **não** está adequado. Façamos uso do expediente **ao**:

²⁴ No DPRV (2010b, p. 414): “1. TD: *prejudicá-lo*”.

prejudicando (o ou ao?) **relato** contra eles. A opção é pelo **Art. def. masc. sing.** (na forma não contraída), o que corrobora a conclusão anterior de que não se deve usar o acento. O trecho, sem o desvio, fica assim:

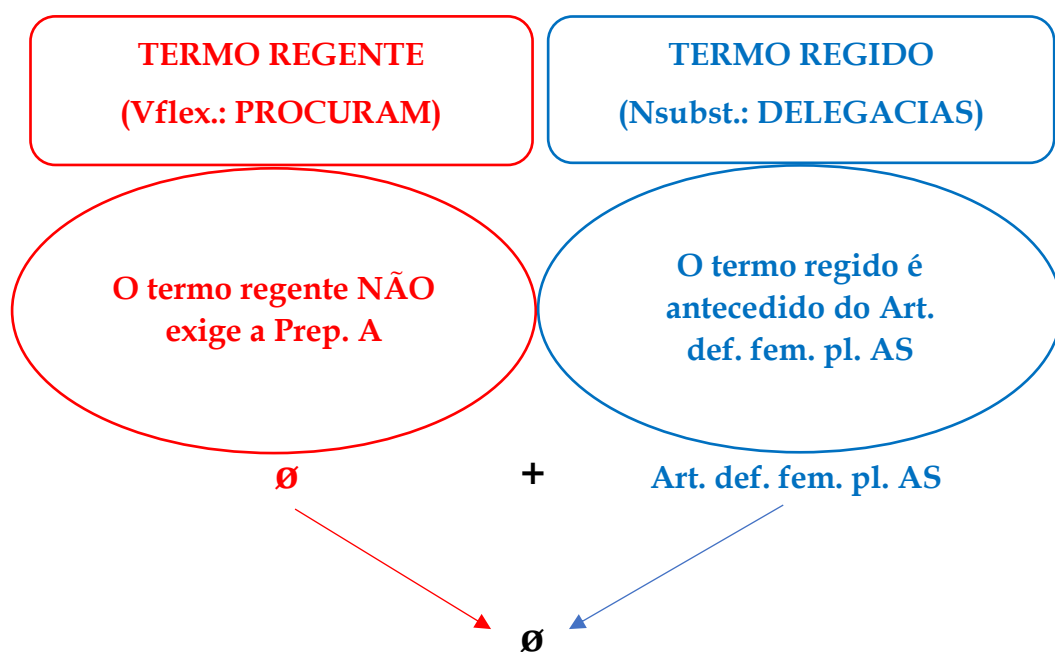
Supressão do desvio

30.1) “Esse fato está associado ao temor que elas possuem primeiros parceiros, assim **prejudicando a denúncia** contra eles [...]” (**Prod. text.20**, 2015).

Desvio

31) “[...] as mulheres ao sofrerem a violência, não **procuram**²⁵ **ø** às **delegacias** para denuncia-los²⁶” (**Prod. text.20**, 2015).

Ao esquema para explicação do desvio, temos:



Nesta ocorrência, temos o **Vflex. procuram**, que **não** exige **Prep. a**. Na sequência, temos o **Nsubst. fem. pl. delegacias**. Assim sendo, falta a primeira

²⁵ No **DPRV** (2010b, p. 419): “**1. TD: procurá-lo**”.

²⁶ A forma verbal **denuncia-los**, na ocorrência, veio sem o acento. Em casos como este, em que ocorre um desvio **não previsto como conteúdo gramatical deste livro**, faremos a correção na versão modificada.

condição: **N.** ou **V.** que exija **Prep. a.** Com o uso do expediente **ao**, temos: não **procuram** (os ou aos?) **quartéis** para denunciá-los. Mais uma vez, opta-se pelo artigo sem contração com a **Prep. a.** Com a retirada do desvio, o trecho fica assim:

Supressão do desvio

31.1) “[...] as mulheres ao sofrerem a violência, não **procuram** as **delegacias** para denunciá-los” (**Prod. text.20**, 2015).

2.4) DESVIOS COM LOC. PREP. COMO EXPRESSÃO REGIDA OU REGENTE

Desvio

32) “[...] o país apresentou **iniciativa** à **favor da**²⁷ **proteção desse grupo**” (**Prod. text.17**, 2015).

Esquematizando o trecho, temos:



²⁷ Segundo o **DALP** (2010, p. 924), é uma locução prepositiva que pode significar: “Em benefício ou em proveito de algo ou de alguém; com certa finalidade”.

A relação sintático-semântica parece se dar entre o **Nsubst. iniciativa**, que não exige **Prep.**, e a **Loc. prep. a favor de**, compreendida como **expressão regida**. É importante argumentar que **Loc. prep. a favor de** pode, em certos contextos sintáticos, vincular-se ora a verbos, como em: *Trabalhou a favor da aprovação da emenda* (Ferreira, 2010, p. 924), caso em que seria [**Núcleo de construção adverbial**]; ora a nomes, como em: *Curioso, meu filho foi a favor do tiro que levei, se posso dizer assim* (AM) (Borba, 2002, p. 695). Ainda com esta última fonte, temos a menção à seguinte estrutura para o significado expresso na *abonação*²⁸ citada: [**Núcleo de construção adjetiva**] [*a/em* + ~. *Compl: de + nome*]. A função nominal (adjetiva) expressa nesta proposta de estruturação, na frase em análise (*Curioso, meu filho foi a favor do tiro que levei, se posso dizer assim*), pode ser apreendida a partir da consideração de que há um verbo de ligação, com o qual se evidencia a função predicativo-adjetiva. No caso concreto, poderíamos pensar na ocorrência 32 do seguinte ponto de vista estrutural: a partir de “[...] o país apresentou iniciativa à favor da proteção desse grupo”, teríamos: “[...] o país apresentou iniciativa [**a iniciativa foi**] à favor da proteção desse grupo”. Esse raciocínio estrutural talvez seja suficiente para argumentar a favor do estatuto adjetival no trecho, logo, pode corroborar a vinculação sintático-semântica que aventamos inicialmente. Além disso, o **Nsubst. favor**, isoladamente, é do **Gên. masc.** Em suma, não há condições para a ocorrência do acento indicador da Crase.

Supressão do desvio

32.1) “[...] o país apresentou **iniciativa a favor da proteção desse grupo**” (Prod. text.17, 2015).

Desvio

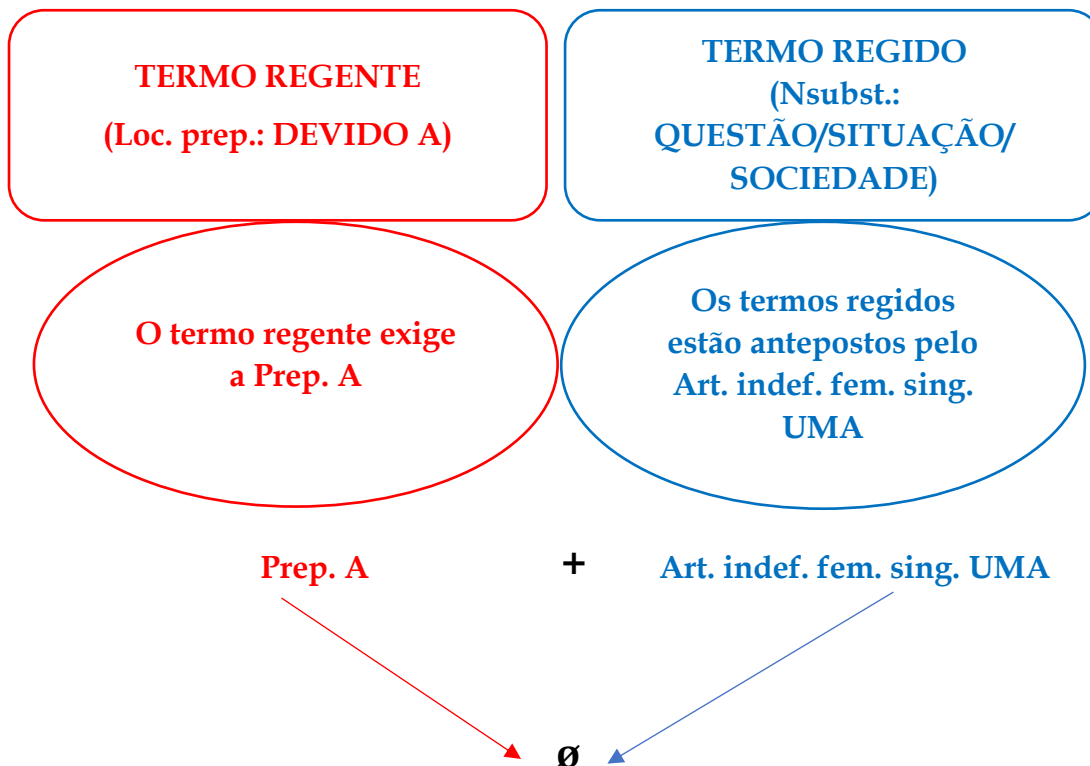
33) “[...] a persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira ocorre de **devido à ø/uma questão** cultural” (Prod. text.5, 2015).

34) “Isso ocorre, na maioria das vezes, **devido à ø/uma situação** de dependência[...]” (Prod. text.32, 2015).

²⁸ Entendemos por *abonação* o expediente de se utilizar excertos de obras diversas, sobretudo as literárias (Cf. Welker, 2004).

35) “[..] tal prática ainda mantêm-se presente no país **devido** à impunidade dos agressores e à **Ø** /**uma sociedade** de comportamento machista, em geral” (Prod. text.57, 2015).

Visualizando o desvio no esquema, temos:



Em 33, 34 e 35, temos a **Loc. prep. devido a**. Logo após, temos os **núcleos substantivos femininos questão/situação/sociedade**, os quais estão antecidos pelo **Art. indef. fem. sing. uma** e não pelo **Art. def. fem. sing. a**. O uso do acento indicador da Crase **não** está, pois, adequadamente empregado. O trecho sem o desvio fica assim:

Supressão do desvio

33.1) “[..] a persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira ocorre de **devido a uma questão** cultural” (Prod. text.5, 2015).

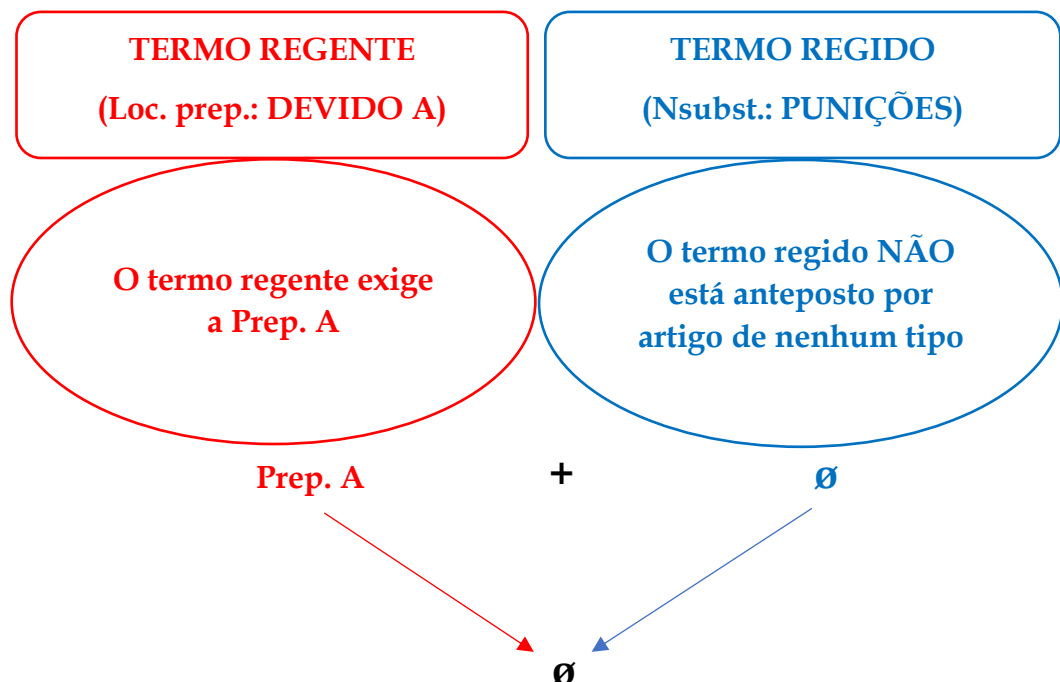
34.1) “Isso ocorre, na maioria das vezes, **devido a uma situação** de dependência [...]” (Prod. text.32, 2015).

35.1) “[..] tal prática ainda mantêm-se presente no país **devido à impunidade** dos agressores e **a uma sociedade** de comportamento machista, em geral” (Prod. text.57, 2015).

Desvio

36) “Isso ocorre pela falta de um número mais expressivo de varas e juizados especiais para esse tipo de caso e, também, **devido à fracassadas punições**” (Prod. text.68, 2015).

O desvio no esquema fica assim:



Nesta ocorrência, mais uma vez, aparece a **Loc. prep. devido a**, seguida de um **S.** cujo núcleo é o **Nsubst. fem. pl. punições**, o qual admite a anteposição do **Art. def. fem. pl. as**. No trecho, no entanto, a preferência é por não usar o **Art. def. fem. pl.**, pois a **intenção**, ao que tudo indica, foi falar de punições de modo

geral e não de punições específicas, já conhecidas. A opção pelo uso do **Art. def.** e, logo, pela ocorrência do acento indicador da Crase, **daria um outro efeito de sentido**: o de que se trataria de punições já mencionadas, por isso, determinadas. **As duas versões são possíveis**, a depender do efeito de sentido pretendido.

Supressão do desvio

36.1) Isso ocorre pela falta de um número mais expressivo de varas e juizados especiais para esse tipo de caso e, também, **devido a fracas punições**” (**Prod. text.68**, 2015).

OBS.: As ocorrências 33, 34 e 35, **que são de alunos/as diferentes**, sugerem que eles/elas identificam a presença de **Prep. a** na **Loc. prep. devido a**, tanto que usam o acento indicador da Crase. O que parece ter-lhes faltado é a compreensão de que, no que se refere ao termo regido, **não** se utilizou, antes dos substantivos, nas três ocorrências, **um Art. def. fem. (optou-se pelo Art. indef. fem.)**. A seleção deste e não daquele, no eixo paradigmático, inviabilizou a ocorrência do acento indicador da Crase. É interessante, pois, o/a professor/a fazer esse tipo de agrupamento a fim de sanar **problemas comuns** na escrita de alunos/as diferentes. A **Loc. prep. devido a** ocorre tanto no **grupo 1** (03 ocorrências), quanto no **grupo 2** (04 ocorrências). Neste *corpus*, **é uma estrutura recorrente** e que, por isso, **merece uma atenção especial** do/a professor/a em sala de aula.

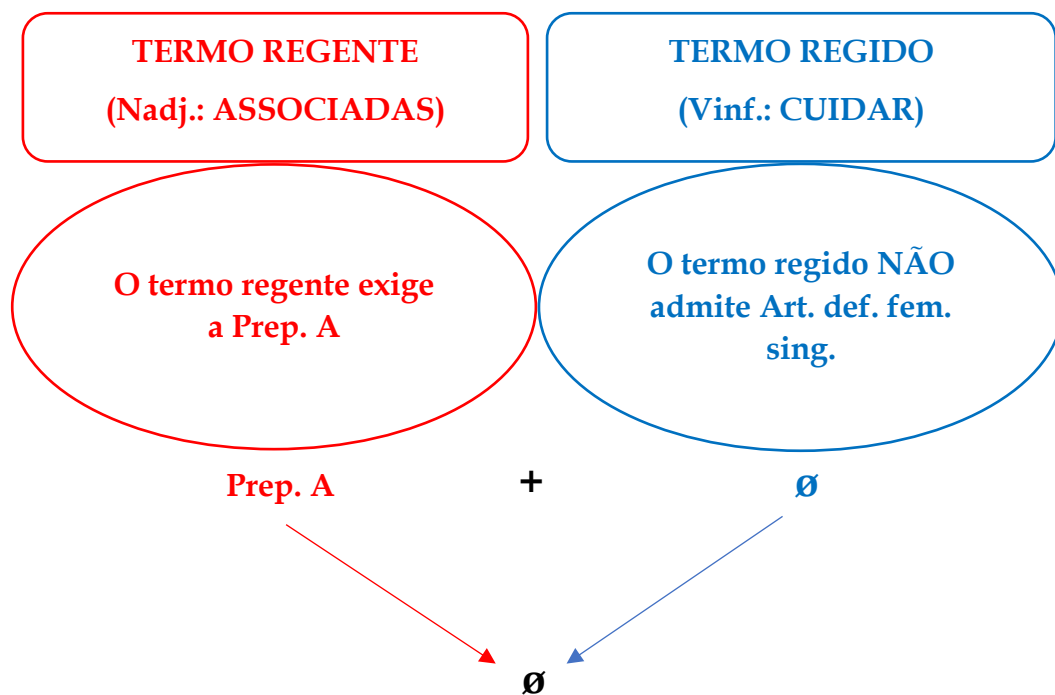
2.5) DESVIOS ANTES DE VERBOS NO INF.

Desvio

37) “As mulheres eram **associadas**²⁹ à **ø cuidar** da casa e à **ø cuidar** dos filhos [...]” (Prod. text.59, 2015).

Esquematizando o desvio, temos:

Nesta ocorrência, temos o **Nadj. associadas** regendo a **Prep. a**. Na sequência, temos o **Vinf. cuidar**, com duas ocorrências. A fim de se compreender na prática a razão pela qual não se usa acento grave antes de verbo no infinitivo, podemos usar o seguinte artifício: substantivar o **Vinf.**, o qual só poderá vir anteposto por **um Art. def. no masc.** e não no **fem.**



²⁹ No DPRN (2010a, p. 69): “a. **a, com (...em), em**: Uma pessoa associada a (ou com) outra num trabalho, numa empresa ou cargo, etc.”

O trecho sem o desvio fica assim:

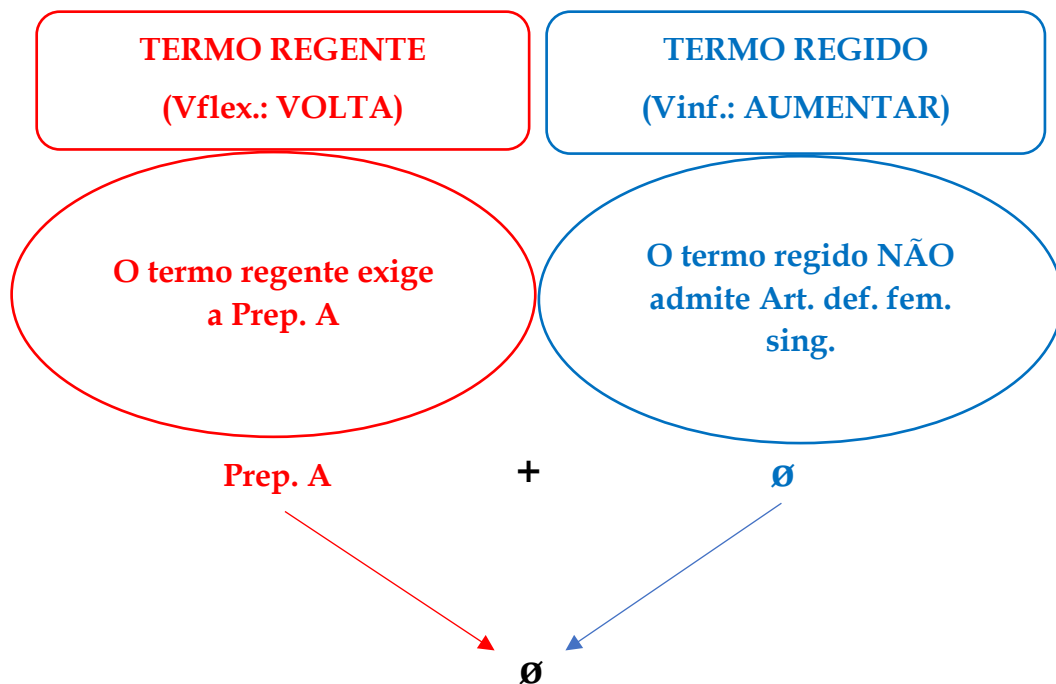
Supressão do desvio

“As mulheres eram **associadas** a **cuidar** da casa e a **cuidar** dos filhos [...]” (Prod. text.59, 2015).

Desvio

38) “O que resultou em uma diminuição, mas ao passar do tempo esta **volta**³⁰ à **aumentar** [...]” (Prod. text.59, 2015).

Ao esquema para explicação do desvio, temos:



³⁰ No DEHLP: (2009, s/p), na acepção 4, temos: “transitivo indireto retornar a (um estado anterior). Exs.: *depois da crise, voltou ao normal*; *voltei a mim com o remédio*”.

Em 38, o **Vflex. Volta** está a exigir a **Prep. a**. Logo após, temos o **Vinf. aumentar**. Pelo que explicamos na ocorrência anterior, não há contexto para a ocorrência do acento indicador da Crase antes de **Vinf**. O trecho sem o desvio fica assim corrigido:

Supressão do desvio

38.1) “O que resultou em uma diminuição, mas ao passar do tempo esta **volta a aumentar** [...]” (**Prod. text.59**, 2015).

OBS.: As duas ocorrências deste subtópico são do/a mesmo/a aluno/a (**Prod. text.59**) e elas podem sugerir que ele/ela a ainda não incorporou uma regra específica: o não uso do acento indicador da Crase **antes de formas verbais no infinitivo**. O/A professor/a pode, a depender do *corpus* com que trabalha, direcionar a atenção em sala de aula a fim de que o/a aluno/a assimile uma regra específica como esta.

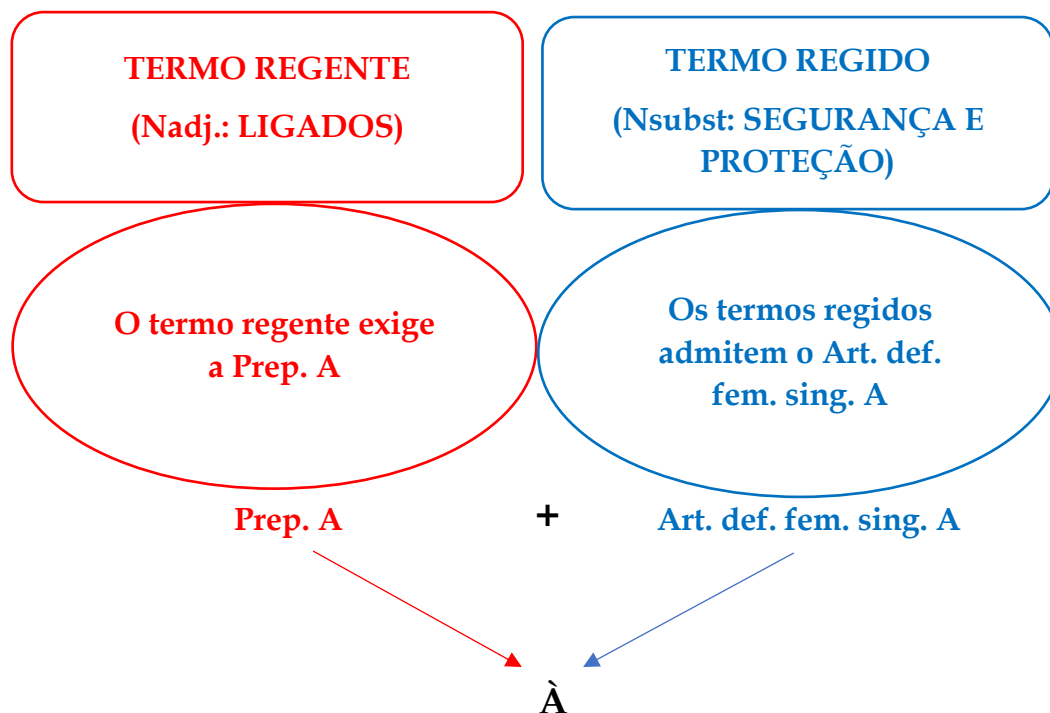
3) DESVIOS PELA FALTA DE UNIFORMIDADE/PARALELISMO

Desvio

39) “[...] cabe aos órgãos **ligados**³¹ à **segurança e a proteção** [...]” (**Prod. text.19**, 2015).

³¹ No **DPRN** (2010a, p. 325): “a. **a, com, entre**: Alguém ligado a (ou com) algo [...]”.

Esquemáticamente, temos:



O Nadj. **ligados**, como já vimos, exige a **Prep. a**, primeira condição para a ocorrência da Crase. Em seguida, temos o SN. **à segurança e a proteção**, cujos núcleos (**segurança e proteção**) são dois substantivos no **fem. sing.** O acento indicador da Crase, no entanto, **só foi utilizado no primeiro Nsubst.**, mas deveria ser usado no segundo também, já que os dois exercem a mesma função sintática no trecho. O que faltou, neste caso específico, foi uniformidade no uso do acento indicador da Crase, o que pode ter sido, ao que tudo indica, uma simples falta de atenção.

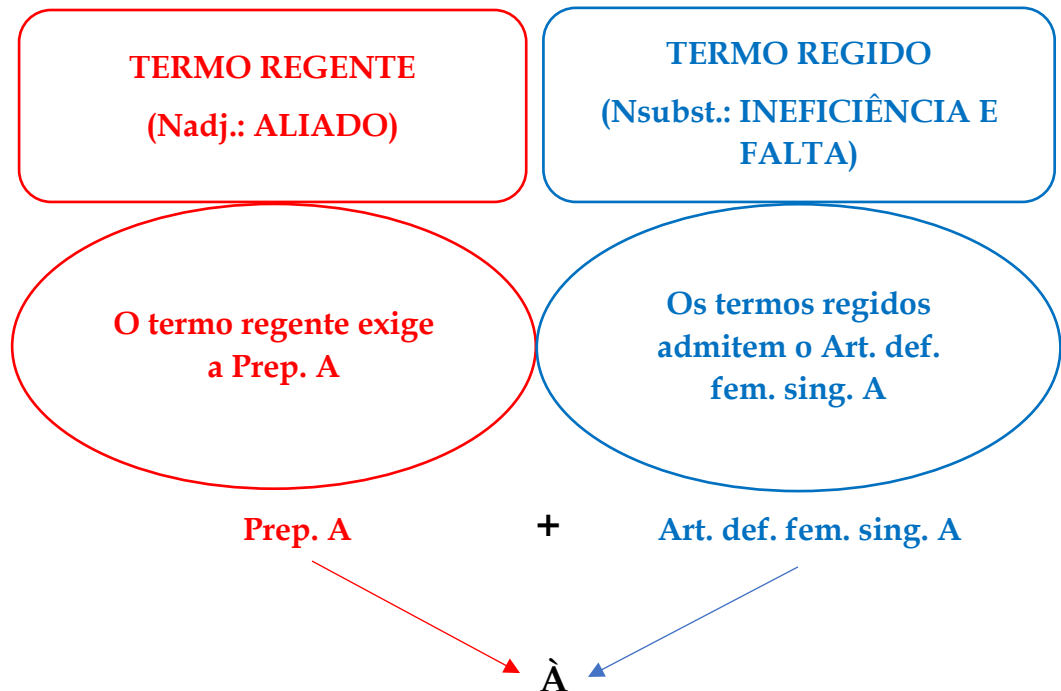
Acréscimo do acento indicador da crase em uma parte do SN.

39.1) “[...] cabe aos órgãos **ligados** **à segurança e à proteção** [...]” (Prod. text.19, 2015).

Desvio

40) “Esse problema é persistente devido questões culturais herdadas do período colonial **aliado** à **ineficiência** do poder público, e a **falta de denúncia** delas (Prod. text.20, 2015).

Com a esquematização, temos:



O Nadj. **aliado** exige a Prep. **a**. Temos, depois, o SN. **à ineficiência [...] e a falta de denúncia**, cujos núcleos (**ineficiência e falta**) são dois **substantivos no fem. sing.** O acento indicador da Crase, como na ocorrência 39, só foi utilizado no primeiro, quando deveria ser usado no segundo também, uma vez que os dois exercem a mesma função sintática no trecho. O que faltou, neste caso específico, foi uniformidade no uso da Crase, o que pode ter sido favorecido pela presença do S. (**do poder público**), o qual, talvez, tenha atrapalhado, em razão do maior distanciamento sintático, a percepção de que se tratava de núcleos de um S. com a mesma função sintática. Ainda nesta ocorrência 40, cumpre mencionar, a ausência do uso da Prep. **a** no trecho “[...] devido questões [...]”, quando deveria ter sido escrito assim: “[...] devido a questões [...]”.

Acréscimo do acento indicador da crase em uma parte do SN.

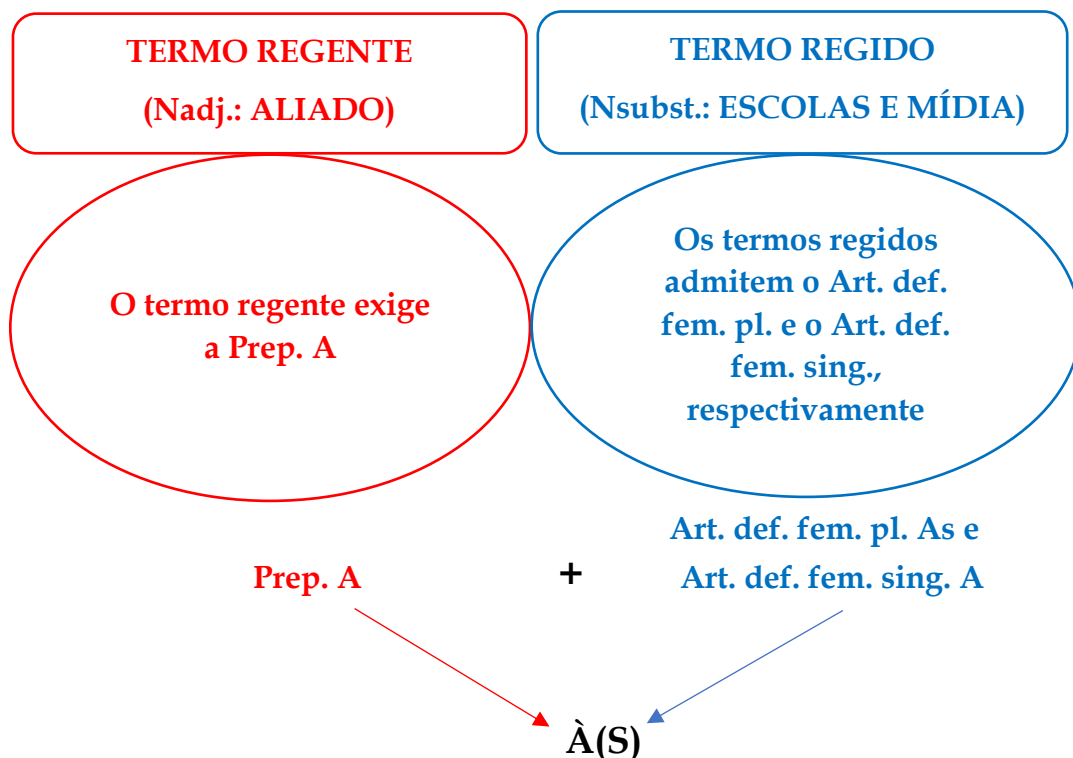
40.1) “Esse problema é persistente devido a questões culturais herdadas do período colonial **aliado** à **ineficiência** do poder público, e à **falta de denúncia delas** (Prod. text.20, 2015).

OBS.: Especificamente sobre a ocorrência 40 desta seção, é interessante, por exemplo, o/a professor/a levantar hipóteses explicativas para a falta de uniformidade dos/as alunos/as. Comparando 39 e 40, parece que, na primeira, houve tão somente um mero deslize e, na segunda, a presença do **S. do poder público** e a própria pausa no trecho podem ter, de algum modo, prejudicado a compreensão de que se tratava de termos com a mesma função sintática.

Desvio

41) “Portanto, o Estado deve, **aliado** às **escolas** e a **mídia**, investir na conscientização da sociedade acerca da importância da mulher [...] (Prod. text.53, 2015).

Ao esquema, temos:



O Nadj. **aliado** exige a Prep. **a**. Posteriormente, temos o S. (**às escolas e a mídia**), cujos núcleos (**escolas** e **mídia**) são dois substantivos no fem. pl. e sing., respectivamente. O acento indicador da Crase, todavia, só foi utilizado no primeiro, mas deveria ter sido utilizado no segundo também, já que os dois exercem a mesma função sintática no trecho.

Acréscimo do acento indicador da crase em uma parte do SN.

41.1) “Portanto, o Estado deve, **aliado** às **escolas** e à **mídia**, investir na conscientização da sociedade acerca da importância da mulher [...] (Prod. text.53, 2015).

Finalizados os comentários e as análises sobre as ocorrências do conteúdo gramatical CRASE, passaremos agora às ocorrências relativas ao conteúdo de **virgulação**. Nosso expediente, para este tópico, vai ser diferente do adotado para

o anterior. Traremos **noções básicas de análise sintática** e utilizaremos, sobretudo, um **teste de identificação** de sintagmas, que permite, por consequência, **reconhecer determinadas funções sintáticas**. O teste ao qual nos referimos é o **teste da interrogação**³², para o qual demos uma versão mais didática que atenda aos nossos objetivos. Essa versão vem materializada, neste livro, nos balões de **perguntas e respostas** mais abaixo. Além disso, nesta seção, optamos, diferentemente do que fizemos para CRASE, por trazer a doutrina normativa colhida em **gramáticas de referência e em um manual específico sobre virgulação**³³. Essa prática tem o intuito tanto de orientar melhor o/a professor/professora a respeito de determinada regra, quanto de lhe poupar o trabalho de compulsar essas diversas fontes no trabalho diário. A partir de agora e, diferentemente do que ocorreu para CRASE, teremos uma maior cautela quanto às nossas orientações normativas, ou dito de outro modo, seremos menos categóricos do que fomos para o tópico anterior, pois os que virão são mais difíceis de serem acomodados em uma doutrina uniforme e pacificada, como se verá.

³² “Esse teste é, na prática, um subtipo de pronominalização. No caso, identificaremos um sintagma caso uma palavra (ou uma sequência delas) puder ser substituída por um pronome interrogativo como *quem*, *o que*, *quando*, *onde* etc. No exemplo (11) anterior, o sintagma [Os amigos de Maria] foi pronominalizado pelo item *eles*. Se utilizarmos o teste da *interrogação*, esse mesmo sintagma será substituído pelo pronome *quem*: [[Quem] conhece João?]” (Kenedy e Othero, 2018, p. 21).

³³ Entendemos por obras de referência aquelas de autoria de gramáticos, lexicógrafos, filólogos e linguistas brasileiros com reconhecido mérito, em razão, principalmente, da importância de suas produções, seja essa importância reconhecida em âmbito mais geral ou no acadêmico. Nossa seleção levou em conta, principalmente, os estudos de Faraco e Vieira (2016) e Vieira (2018), nos quais encontramos análises importantes de algumas das obras por nós selecionadas. Cumpre mencionar que, em nossas próprias pesquisas, trabalhamos também com gramáticas tanto em uma perspectiva histórica quanto numa linha mais voltada para o ensino. Nossa atuação acadêmica nos autorizou a ratificar algumas decisões quanto à seleção das gramáticas aqui consultadas.

3. VÍRGULA

A partir das ocorrências analisadas no *corpus* das produções textuais, os casos mais comuns de desvios encontrados podem ser agrupados da seguinte forma: 3.1) SUJ. e PRED.; 3.2) VÍRGULA INTERNA A UMA **OSSS** EM RAZÃO DA PRESENÇA DE **Adj. adv.**; 3.3) VÍRGULA COM CONJUNÇÕES ADVERSATIVAS e 3.4) VÍRGULA COM **Adjs. advs.**

Começamos por apresentar alguns fundamentos teórico-práticos para o uso adequado da vírgula.

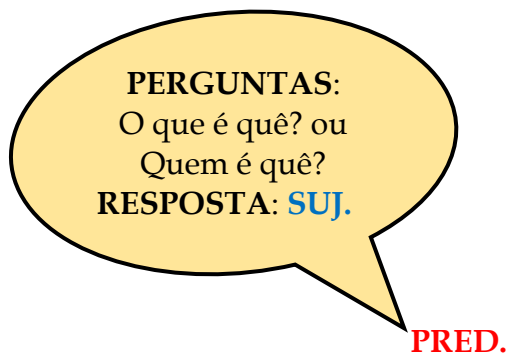
ELEMENTOS DE ANÁLISE SINTÁTICA PARA UM ADEQUADO USO DA VÍRGULA

Costuma-se falar em ordem canônica (direta) para a sintaxe portuguesa. De posse dela, será possível entender a sistemática básica das regras de virgulação. Em Português, admite-se, como ordem preferencial, a estrutura sintática básica abaixo:

SUJ. + PRED. + COMPLEMENTO + ADJs. ADVs.

Para um adequado uso da vírgula, o/a professor/a precisa fazer o/a aluno/a se apropriar de conhecimentos sintático-semânticos elementares de identificação de sintagmas e, conseqüentemente, de funções sintáticas, o que pode ser feito, como já adiantamos, a partir da utilização de um **sistema básico de perguntas e respostas**, como o proposto abaixo, o qual possibilitará identificar determinadas funções sintáticas, e, de posse delas, ter maior **consciência explícita** quanto ao emprego do sinal de pontuação em tela.

3.1) SUJ. e PRED.



Com esse par de perguntas, as quais devem ser feitas **antes do verbo**, é possível identificar sintaticamente o **S.** que funcionará como o **Suj.** de uma oração. Identificado o **Suj.** e, não havendo na sentença outros trechos que justifiquem o uso da vírgula, chega-se a uma **regra básica** da virgulação, que, não raro, é infringida: **não se separa o Suj. do Pred. com uma vírgula.**

Antes, no entanto, de iniciarmos a análise dos desvios, vejamos se nossas boas gramáticas e o manual consultados são uniformes (**ou não**) no tratamento desta regra:

Quadro 1 - A vírgula entre Suj. e Pred. em gramáticas e em um manual

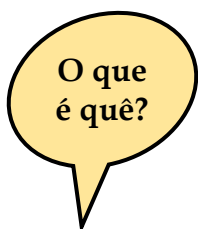
REGRA	GRAMÁTICAS/MANUAL
1) REGRA NÃO ENCONTRADA	GNLP
2) REGRA NÃO ENCONTRADA	MGP
4) “Os termos essenciais e integrantes da oração ligam-se uns com os outros sem pausa; não podem , assim, ser separados por vírgula ” (Cunha e Cintra, 2008, p. 664) (os destaques em negrito são nossos).	NGPC
5) REGRA NÃO ENCONTRADA	GHLP
6) “Vírgulas entre sujeito e verbo , entre verbo e sujeito? Só aos pares, marcando encaixes: explicativos (apostos), vocativos, intercalações” (Luft, 1998, p. 23) (os destaques em negrito são nossos).	A vírgula

Fonte: Organizado pelo autor deste livro a partir das fontes consultadas.

Sobre o **Quadro 1**, é importante observar que a **regra proibitiva** do uso da vírgula entre **Suj.** e **Pred.** **praticamente não ocorre nas gramáticas de referência**, com exceção da **NGPC**. A ocorrência no manual, de certo modo, era mais previsível, uma vez que ele trata especificamente da temática. A uniformidade, aqui, diz respeito, pois, à maior ausência da regra. O aparecimento dela em duas obras é suficiente para os propósitos deste livro. Pensando nas ocorrências encontradas, pode-se dizer que, no *corpus* analisado, ela é infringida com alguma frequência, como veremos a seguir:

OCORRÊNCIAS

Desvio



- 1) “**Cabe**³⁴ ao Estado, **a melhor gestão dos recursos** destinados à esse problema” (**Prod. text.4**, 2015).

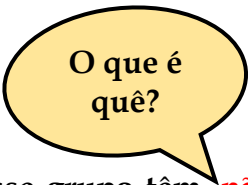
A pergunta feita antes do **Pred.**, **em vermelho**, traz, como resposta, todo o trecho **em azul**, que, sintaticamente, funciona como **Suj. posposto**, cujo núcleo é o vocábulo **gestão** (colocando a sentença na ordem direta, temos: **A melhor gestão dos recursos** destinados a esse problema **cabe** ao Estado). Fácil perceber, pois, que a **vírgula unitária** está separando o **Suj.** do **Pred.** Com a correção do desvio, o trecho fica assim:

Supressão de vírgula

- 1.1) “**Cabe** ao Estado **a melhor gestão dos recursos** destinados a esse problema” (**Prod. text.4**, 2015).

³⁴ No **DPRV** (2010b, p. 103): “**2. TI: Caber a alguém; caber-lhe.** Competir, pertencer, tocar: *Cabe-lhe tomar medidas. Cabem-lhe medidas.* “Não cabe ao professor julgar o mestre” (Castilho: Freire)” (os destaques em negrito e em itálico são do gramático e o sublinhado é nosso).

Desvio



O que é
quê?

2) “Todavia, **a garantia de direitos e da posição** que esse grupo têm, **não foi acompanhada pela desconstrução do machismo** [...]” (Prod. text.17, 2015).

A pergunta feita antes do **Pred.**, **em vermelho**, traz, como resposta, todo o trecho **em azul**, que, sintaticamente, funciona como **Suj.**, cujo núcleo é o vocábulo **garantia**. Fácil perceber, mais uma vez, que a **vírgula unitária** está separando, mais uma vez, o **Suj.** do **Pred.** Com a correção do desvio, o trecho fica assim:

Supressão de vírgula

2.1) “Todavia, **a garantia de direitos e da posição** que esse grupo têm³⁵ **não foi acompanhada pela desconstrução do machismo** [...]” (Prod. text.17, 2015).

Quanto ao desvio encontrado na ocorrência 2, é importante tecer mais alguns comentários, haja vista a presença da oração **que esse grupo têm**, comumente classificada como **OSAR**. Alguns autores, dentre eles Luft (1998) e Bechara (2019), admitem uma vírgula após essa oração.

Luft (1998), por exemplo, afirma: “Uma vírgula seqüestradora do sujeito, no entanto, é tradicional: aquela que encerra uma oração subordinada no núcleo do sujeito” (pp. 23 e 24). Os *exemplos*³⁶, da própria autoria do gramático, são:

“O homem **que comprou a casa**, é um engenheiro”.

e

“O fato **de que ele não compareceu à reunião**, desorientou os seus colegas” (os destaques em negrito são nossos).

³⁵ Cf. nota 1.

³⁶ *Exemplos* são criações da própria lavra de um autor (Cf. Welker, 2004).

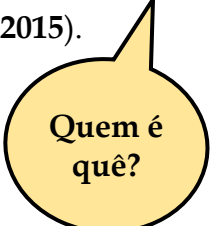
Como arremate, traz o gramático/dicionarista: “O mesmo vale para sujeitos muito extensos em geral. Em todo caso, **não é uma vírgula obrigatória**, mas apenas um **respiradouro**, um clareador de estrutura” (Luft, 1998, p. 24) (os destaques em negrito são nossos). Luft abre a discussão afirmando que é uma vírgula tradicional (?) e arremata dizendo que não é obrigatória.

Bechara (2019, p. 644), por sua vez, argumenta que **Suj.** e **Pred.** **podem ser separados**, quando houver a presença de uma **OSAR** de “certa extensão”, o que, diga-se de passagem, é bastante impreciso. Bechara trata, pois, tão somente do caso das restritivas de “certa extensão”; já Luft admite o uso até para sujeitos extensos. Luft, apesar de refutar a virgulação baseada na respiração, justifica a possibilidade de virgulação das restritivas com o argumento de que se trata de um “respiradouro”. A tradição, em Luft, nem sequer é referendada, uma vez que ele traz *exemplos* de própria autoria. Bechara abona os usos a partir de apenas dois autores (vai de Alexandre Herculano, cuja *abonação* com uso da vírgula é mais bem analisada como uma **expressão adverbial deslocada**, dentro da qual há orações adjetivas (eis a *abonação*: “No meio da confusão **que produzira por toda a parte este acontecimento inesperado e cujo motivo e circunstâncias inteiramente se ignoravam**, ninguém reparou nos dois cavaleiros...” [AH. 1, 210]) (o destaque em negrito é nosso); até um Marquês de Maricá, cuja *abonação* é: “Os que falam em matérias **que não entendem**, parecem fazer gala da sua própria ignorância” [MM] (o destaque em negrito é nosso).

Levando-se em conta os problemas apontados acima, tanto na argumentação de Luft (critérios imprecisos e vagos como a ideia de “respiradouro” e de extensão), quanto na de Bechara (critérios imprecisos e vagos como a ideia de extensão e a utilização de *abonações* com baixa frequência, porque só encontradas em dois autores), mas sem deixar de admitir a doutrina dos dois gramáticos como **uma possibilidade**, sugerimos, a partir de um argumento puramente sintático, a **não** virgulação em contextos como os mencionados pelos gramáticos, uma vez que o uso, nesses casos, implica, quase sempre, a separação do **Suj.** e do **Pred.**

Desvio

3) “Nesse cenário, o elevado índice reafirma que **as mulheres** **ao sofrerem a violência, não procuram às delegacias para denunciá-los** [...]” (Prod. text.20, 2015).



Quem é
quê?

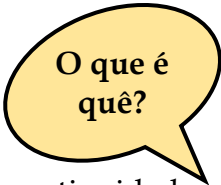
A pergunta feita antes do **Pred.**, **em vermelho**, traz, como resposta, o trecho **em azul**, que é o SN. **as mulheres**, o qual funciona sintaticamente como **Suj.** Aqui, a separação do **Suj.** e do **Pred.** foi uma consequência da **não** separação da expressão adverbial **ao sofrerem a violência**, a qual **poderia ter sido separada por duas e não apenas uma vírgula**. Fácil perceber, então, que a **vírgula unitária** está separando o **Suj.** do **Pred.** Com a inserção da vírgula, o trecho fica assim:

Inserção de vírgula

3.1) “Nesse cenário, o elevado índice reafirma que **as mulheres**, **ao sofrerem a violência, não procuram às delegacias para denunciá-los** [...]” (Prod. text.20, 2015).

OBS.: No trecho da **Prod. text.20**, há desvios de crase, vírgula e acentuação. Esta produção textual recebeu nota 160 na competência I. Importante observar que a **Prod. text.20** participa de **vários grupos de desvios**, o que sugere que o/a aluno/a em particular necessita de uma maior atenção quanto às questões formais aqui abordadas. Uma observação como esta mostra, claramente, a vantagem do trabalho com *corpus* de língua escrita culta.

Desvio



O que é
quê?

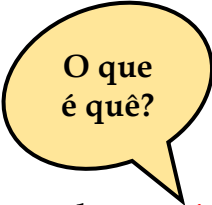
4) “Dentre as causas de sua continuidade **estão**, a **inaplicabilidade das leis criadas com o objetivo de diminuir esse tipo de agressão e os resquícios coloniais de uma sociedade patriarcal ainda presentes na sociedade**” (Prod. text.23, 2015).

A pergunta feita antes do núcleo do **Pred.**, **em vermelho**, traz, como resposta, todo o trecho **em azul**, do qual se destacam os sintagmas **a inaplicabilidade [...]** e **os resquícios [...]**, que funcionam como **Suj. composto posposto**. De um ponto de vista prosódico, fica fácil entender o uso da vírgula após o núcleo do **Pred. estão**, pois é ali que a pausa parece recair. Acontece que, apesar de justificável, a vírgula, assim colocada, fica a separar o núcleo do **Pred.** de seu **Suj. composto posposto**. Há, ainda, a possibilidade de uma vírgula para a expressão adverbial **Dentre as causas de sua continuidade**, mas deixaremos para tratar disso em seção específica. Retirando a vírgula, temos:

Supressão de vírgula

4.1) “Dentre as causas de sua continuidade **estão** a **inaplicabilidade das leis criadas com o objetivo de diminuir esse tipo de agressão e os resquícios coloniais de uma sociedade patriarcal ainda presentes na sociedade**” (Prod. text.23, 2015).

Desvio



O que
é quê?

5) “**Outro ponto** que se observa, **é** a dificuldade ao combate à violência contra a mulher” (Prod. text.38, 2015).

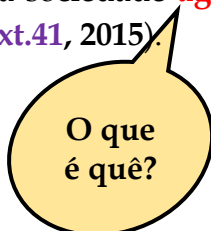
A pergunta feita antes do núcleo do **Pred., em vermelho**, traz, como resposta, todo o trecho **em azul**, que é o **S. Outro ponto**, o qual funciona, sintaticamente, como **Suj.** na sentença. Nesta ocorrência, temos, estruturalmente, algo semelhante ao encontrado na ocorrência 2: a presença de uma **OSAR**, que aqui é: **que se observa**. O mesmo comentário feito para a ocorrência 2, acima, pode ser aplicado aqui, sem mais problemas. Retirando a vírgula, temos:

Supressão de vírgula

5.1) “**Outro ponto que se observa é** a dificuldade ao combate à violência contra a mulher” (**Prod. text.38**, 2015).

Desvio

6) “**A existência de resquícios do patriarcalismo**, somado, principalmente, com a mentalidade machista existente na sociedade **agrava** de forma significativa a violência contra a mulher” (**Prod. text.41**, 2015).

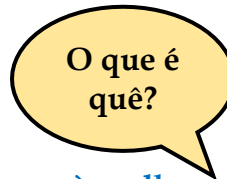


A pergunta feita antes do núcleo do **Pred., em vermelho**, traz, como resposta, todo o trecho **em azul**, do qual se destaca o **SN. A existência**, que funciona sintaticamente como **Suj.** na sentença. Na ocorrência em questão, temos a presença do trecho: **somado, principalmente, com a mentalidade machista existente na sociedade**, o qual exige duas vírgulas. O problema, aqui, é que só se utilizou uma vírgula após o vocábulo **patriarcalismo**, o que normalmente pode acarretar a separação entre **Suj.** e **Pred.** O desvio será resolvido com uma vírgula após o vocábulo **sociedade**:

Acréscimo de vírgula

6.1) “**A existência de resquícios do patriarcalismo**, somado, principalmente, com a mentalidade machista existente na sociedade, **agrava** de forma significativa a violência contra a mulher” (**Prod. text.41**, 2015).

Desvio



7) “**A relação de superioridade do homem à mulher**, **existe** desde a antiguidade, na Grécia (...)” (Prod. text.58, 2015).

A pergunta feita antes do núcleo do **Pred.**, **em vermelho**, traz, como resposta, todo o trecho **em azul**, do qual se destaca o SN. **A relação**, que funciona sintaticamente como **Suj.** Aqui, não há estruturas intercaladas ou outras quaisquer que exijam vírgula(s). Uma análise sintática básica permite resolver o desvio.

Supressão de vírgula

7.1) “**A relação de superioridade do homem à mulher** **existe** desde a antiguidade, na Grécia (...)” (Prod. text.58, 2015).

OBS.: Principalmente para as ocorrências 1, 2, 4, 5 e 7, podemos buscar alguma explicação que dê conta de justificar o uso da vírgula nas referidas ocorrências. Há interessantes alternativas para o tratamento de dados linguísticos em uma **perspectiva científica**. Especificamente sobre o uso de vírgula entre **Suj.** e **Pred.**, Oliveira e Quarezemin (2016) argumentam, recorrendo inclusive a um espectrograma da fala, que a presença da vírgula em uma sentença como “**Os meninos, saíram com o pai**” (o exemplo é das autoras e o negrito é nosso) se justifica pela possibilidade, segundo elas, de o Português Brasileiro ser uma língua de tópicos e “tópicos têm essa **curva prosódica** no sintagma e há, sim, uma **pequena pausa separando a sentença** (Oliveira e Quarezemin, 2016, p. 34) (os destaques em negrito são nossos). Essa perspectiva científica tem sido defendida por alguns/algumas linguistas brasileiros/as, como as duas citadas, assim como também por Borges Neto (2022) e por Perini (2016), e pode ser um caminho interessante para a reflexão linguística.

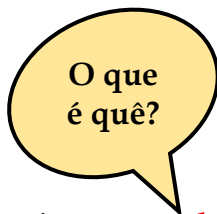
OBS.: Sobre essas ocorrências de virgulação entre **Suj.** e **Pred.**, é importante o/a professor/a chamar a atenção dos/das alunos/as para a presença daquelas **vírgulas unitárias** que são encontradas no **meio da sentença**, pois são elas que, normalmente, ferem a regra em questão. As **vírgulas unitárias** que, por sua vez, aparecerem no **começo** ou no **fim** de uma sentença podem muito bem separar **adjuntos adverbiais**. e, nestes casos, podem ser vírgulas empregadas adequadamente. Um outro cuidado que se deve ter é quanto à presença de estruturas encaixadas entre o **Suj.** e **Pred.**, pois é comum que o escrevente deixe de inserir uma das vírgulas que algumas dessas estruturas exigem, como na ocorrência 6.

3.2) VÍRGULA INTERNA A UMA OSSS EM RAZÃO DA PRESENÇA DE Adj. adv.

Neste subtópico, preferimos não trazer um quadro com as regras de virgulação encontradas nas gramáticas e no manual. Acreditamos que o mesmo tipo de raciocínio aplicado para o par **Suj.** e **Pred.** pode ser aproveitado aqui. Agindo assim, poupamos o/a leitor/a de uma sobrecarga de quadros.

OCORRÊNCIAS

Desvio



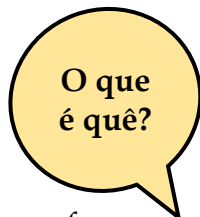
8) “Primeiramente, **deve-se destacar** **que** desde o Período Colonial, **o Brasil seguia um modelo de sociedade patriarcal e machista (...)**” (**Prod. text.36**, 2015).

A pergunta feita antes do **Pred. em vermelho** traz, como resposta, todo o trecho **em azul**, que, sintaticamente, funciona como **OSSS**. Um recurso útil de análise é substituir toda a **oração em azul** pelo pronome **isto**: **deve-se destacar isto**, que, na ordem direta, fica: **Isto se deve destacar**. A relação sintática de uma oração desta natureza é, pois, a mesma que ocorre entre **Suj.** e **Pred.** Na ocorrência em análise, a **vírgula unitária** separa o **Pred.** e sua respectiva **OSSS**. Esse desvio se deu em razão da presença da estrutura adverbial **desde o Período Colonial**, anteposta ao seu núcleo verbal **seguia**. Essa estrutura adverbial pelos critérios que vamos expor, no subtópico 3.4) a seguir, tende a vir separada por vírgulas. Em suma, a tendência é utilizar duas vírgulas, ou ainda, não utilizar nenhuma (a depender de uma série de fatores: deslocamento, ênfase, extensão da expressão etc.). A única saída inviável foi justamente a adotada, a da vírgula unitária.

Acréscimo de vírgula

8.1) “Primeiramente, **deve-se destacar que**, desde o Período Colonial, **o Brasil seguia um modelo de sociedade patriarcal e machista (...)**” (**Prod. text.36**, 2015).

Desvio



9) “Dessa forma, **constata-se que** junto à intensificação da punição aos criminosos, **urgem medidas preventivas para evitar a ocorrência desse crime (...)**” (**Prod. text.42**, 2015).

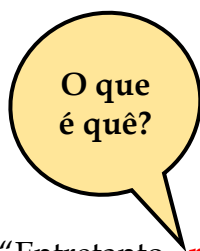
A pergunta feita antes do **Pred., em vermelho**, traz, como resposta, todo o trecho **em azul**, que, sintaticamente, funciona como **OSSS**. Utilizando o mesmo recurso da ocorrência anterior, temos: **constata-se isto**, que, na ordem direta, fica: **Isto se constata**. A relação sintática de uma oração desta natureza é, como já se disse, a mesma que ocorre entre **Suj.** e **Pred.** A **vírgula unitária**, após o vocábulo **criminosos**, aparta o **Pred.** e sua respectiva **OSSS**. Esse desvio se deu em razão, mais uma vez, da presença da estrutura adverbial **junto à intensificação da**

punição aos criminosos, anteposta ao seu núcleo verbal **urgem**. Essa estrutura adverbial **tende a vir separada por vírgulas**, como veremos.

Acréscimo de vírgula

9.1) “Dessa forma, **constata-se que**, junto à intensificação da punição aos criminosos, **urgem medidas preventivas para evitar a ocorrência desse crime (...)**” (Prod. text.42, 2015).

Desvio



10) “Entretanto, **percebe-se que** mesmo após a Lei Maria da Penha e a do Feminicídio, **os índices de violência ainda são crescentes** (Prod. text.49, 2015).

A pergunta feita antes do **Pred., em vermelho**, traz, como resposta, todo o trecho **em azul**, que, sintaticamente, funciona como **OSSS**. Ao recurso: **percebe-se isto**, que, na ordem direta, fica: **Isto se percebe**. A **vírgula unitária**, após o vocábulo Feminicídio, separa o **Pred.** de sua respectiva **OSSS**. Esse desvio se deu em razão, novamente, da presença da estrutura adverbial **mesmo após a Lei Maria da Penha e a do Feminicídio**, anteposta ao seu núcleo verbal **são**. Essa estrutura adverbial, se anteposta, como no caso em questão, **tende a vir separada por vírgulas**.

Acréscimo de vírgula

10.1) “Entretanto, **percebe-se que**, mesmo após a Lei Maria da Penha e a do Feminicídio, **os índices de violência ainda são crescentes** (Prod. text.49, 2015).

OBS.: As ocorrências 8, 9 e 10 têm uma estrutura semelhante: **VTD** na terceira pessoa do **sing.** + o pronome **se**³⁷. Segue-se a essa estrutura, nos três casos, uma **OSSS** e, encaixada nela uma estrutura adverbial, que é finalizada por apenas uma vírgula. O uso desta **vírgula unitária**, questionável sintaticamente, faz sentido de um ponto prosódico, pois é ela que parece marcar a pausa pensada por quem escreveu. Raciocinar, comparativamente, pode ser bastante útil para se buscar resolver desvios um pouco mais complexos estruturalmente.

OBS.: A metalinguagem empregada na análise das orações ou qualquer outra parte de uma sentença deve ser acionada quando tiver uma clara finalidade, como a que acreditamos ter aqui, qual seja: a de um meio a partir do qual o/a aluno/a possa ter mais segurança quanto ao emprego da vírgula, por exemplo. Temos um posicionamento contrário quanto à metalinguagem empregada como um fim em si mesma.

3.3) VÍRGULA COM CONJUNÇÕES ADVERSATIVAS

Antes de iniciarmos a análise dos desvios, vejamos, para fins de maior segurança no tratamento deste nosso subtópico, se esta regra é uniforme (ou não) em nossas boas gramáticas e no manual consultados. A partir deste **Quadro 2**, julgamos oportuno trazer, sempre que possível, os *exemplos* e as *abonações* encontrados nas próprias obras compulsadas (e em outras fontes), pois eles

³⁷ Bechara (2014, p. 135) apresenta três casos para as **orações substantivas subjetivas**. O primeiro deles é o que nos interessa aqui, a saber: “a) verbo na voz passiva: 1) *pronominal*: verbo com pronome *se*: Sabe-se que tudo vai bem”.

podem ser muito úteis para a tentativa de se chegar a um denominador comum quanto à doutrina normativa.

Quadro 2 - A vírgula com **conjunções adversativas** em gramáticas e em um manual

REGRA	GRAMÁTICAS/ MANUAL
1) “ Para isolar as conjunções adversativas <i>porém, todavia, entretanto, no entanto, contudo</i> [...]” “ Contudo , ao sair de lá, tive umas sombras de dúvida...” (MACHADO DE ASSIS)” (Rocha Lima, 2024, p. 556) (o destaque em negrito é nosso e os em itálico são do gramático)	GNLP
2) “ Para separar as conjunções e advérbios adversativos (<i>porém, todavia, contudo, entretanto</i>), principalmente quando pospostos ” “A proposta, <i>porém</i> , desdizia tanto das minhas sensações últimas...” (MA. 1, 87].” (Bechara, 2019, p. 610) (os destaques em negrito são nossos e em itálico são do gramático)	MGP
3) “Das CONJUNÇÕES ADVERSATIVAS, <i>mas</i> emprega-se sempre no começo da oração; <i>porém, todavia, contudo, entretanto e no entanto</i> , podem vir ora no início da oração, ora após um de seus termos. No primeiro caso, põe-se uma VÍRGULA antes da conjunção; no segundo, vem ela isolada por vírgulas” “Vá aonde quiser, mas fique morando conosco” (OC, I, 733) “Vá aonde quiser, porém fique morando conosco” “Vá aonde quiser, fique, porém , morando conosco” (Cunha e Cintra, 2008, p. 662). (os destaques em itálico e em negrito são do gramático)	NGPC
4) “uso de palavras e locuções que expressam conexões discursivas em geral (adição, explicação, contraste, compensação, retificação, encadeamento, conclusão, ratificação etc.)” “Vivemos num mundo curioso. Tudo o que nele ocorre é global, universal e uniforme e, <i>no entanto</i> , os eventos que mais chamam a atenção são os que têm um feitiço único, singular, especial.” [DA MATTA, Roberto. <i>O Globo</i> , 23/1/2008] (Azeredo, 2013, p. 522) (os destaques em itálico são do gramático)	GHLP
5) REGRA NÃO ENCONTRADA	A vírgula

Fonte: Organizado pelo autor deste livro a partir das fontes consultadas.

Pelo que se pôde perceber da análise do **Quadro 2**, trata-se de uma regra frequente, uma vez que foi encontrada em 04 (quatro) das 05 (cinco) fontes. Quanto ao comportamento sintático, vejamos algumas diferenças: 1) na **GNLP**, há tão somente uma lista das conjunções que devem ser **isoladas** por vírgulas, sem nenhuma menção à variabilidade posicional delas; 2) na **MGP**, além da lista, tem-se uma ênfase quanto ao uso da vírgula quando essas conjunções vêm **pospostas**; 3) na **NGPC**, há a lista e um detalhamento quanto à posição das conjunções adversativas: a **anteposição** da conjunção para início da oração leva ao uso de uma vírgula e a **intercalação** da conjunção, entre termos, leva ao isolamento dela por vírgulas e 4) na **GHLP**, há um agrupamento de palavras e expressões que expressam conexões discursivas, dentre elas, as que indicam *contraste*, mas sem nenhuma menção explícita a algum critério posicional.

Para chegarmos a um denominador mais ou menos comum, teremos de observar: i) os enunciados das regras em si; ii) o detalhamento delas (quando houver) e iii) o uso de *exemplos* e/ou *abonações* (muitas vezes, os *exemplos* e/ou *abonações* ajudam na tomada de decisões) encontrados tanto nas gramáticas e no manual selecionados quanto, no **DEHLP** e no **DALP**, a fim de reforçar algumas decisões, uma vez que estes dicionários oferecem, por serem dicionários gerais, muitos *exemplos* e/ou *abonações*.

Faremos isso em forma de síntese, a qual, é bom deixar claro, não tem a pretensão de ser uma orientação definitiva quanto à matéria, mas tão somente uma tentativa (nunca fácil) de acomodar essas diferenças doutrinárias, de modo que possamos, com um grau maior de confiabilidade, decidir quanto ao emprego de vírgula(s) quando forem utilizadas conjunções adversativas.

SÍNTESE DAS REGRAS SOBRE A CONJUNÇÃO MAS

Do exposto, podemos afirmar, em forma de síntese, que a referida conjunção inicia, principalmente, **oração**, situação na qual se deve usar uma vírgula antes dela, devendo a conjunção **mas** ser grafada com **inicial minúscula**. Não se pode ignorar que, na escrita contemporânea, essa conjunção abre também período, o que impõe a grafia da **inicial maiúscula** e, obviamente, **sem vírgula antes dela**. Na **NGPC**, ilustra-se o primeiro caso, que, ao que tudo indica, parece ser o mais prevalente. Há casos, como já adiantado, nos quais a conjunção **mas** é usada com **inicial maiúscula**, sobretudo, em diálogos (*vide* a acepção 1.5 do

DEHLP³⁸ e de algumas acepções do DALP³⁹). Sendo assim, o esquema mais comum nas fontes aqui consultadas parecer ser:

[oração 1], mas [oração 2]

E menos frequentemente nas fontes consultadas:

- Mas [...] (normalmente em diálogos)

Ou

. Mas [...] (abrindo período)

As outras conjunções adversativas, como já se disse, podem vir também no **início de oração**, momento em que se **usa apenas uma vírgula antes delas**. Como no caso da conjunção **mas**, estas outras, mesmo iniciando oração, podem vir seguidas de mais uma vírgula, a depender da estrutura sintática seguinte. Se, no entanto, qualquer conjunção desse outro grupo **aparecer intercalada** (na

³⁸ No DEHLP (2009, s/p), há 10 acepções para a conjunção **mas** e, dentre elas, 9 satisfazem o esquema: [oração 1], mas [oração 2]. Vejamos:

1 liga orações ou períodos com as mesmas propriedades sintáticas, introduzindo frase que denota basicamente oposição ou restrição ao que foi dito; porém, contudo, entretanto, todavia

1.1 após negativa, estabelece (ou restabelece) a verdade sobre determinado assunto

Ex.: *não o fez, m. gostaria de tê-lo feito*

1.2 contrasta uma interpretação

Ex.: *era negligente e perdulário, m. tinha um coração de ouro*

1.3 depois de *sim* ou *não*, acrescenta comentário para indicar que algo mais precisa ser dito

Exs.: *liberdade, sim, m. com limites*

obesa, não, m. um tanto gordinha

1.4 indica que se vai passar para outro assunto diferente

Ex.: *a alta do dólar é o tema do dia, m. vamos primeiro ao noticiário local*

1.5 introduz réplica feita a alguém, para indicar relutância, descrença, protesto

Ex.: – *Agradeço, m. não posso aceitar. – Mas como? Vai recusar minha oferta?*

1.6 depois de referência a coisas parecidas, menciona o que as torna diferentes uma da outra

Exs.: *são ambos esquerdistas, mas um por convicção e o outro por conveniência*

os dois tinham a mesma altura, m. o mais velho era mais gordo

1.7 após um pedido de desculpas pelo que se vai dizer, declara o que se julga necessário

Ex.: *desculpe a franqueza, m. suas perguntas são muito tolas*

1.8 enuncia opinião ou declaração que pode causar espanto, mas que é importante para o autor

Ex.: *pode ser uma aberração, m. quanto menos ela gosta de mim, mais eu gosto dela*

1.9 ante uma determinada situação, enfatiza surpresa, espanto ou admiração

Ex.: *entende-se que ela o deixe por outro, m., bolas, sem qualquer explicação!*

1.10 introduz a causa que explica uma ação anterior

Ex.: *não me cumprimentou, m. devia estar distraído*

³⁹ No DALP (2010, p. 1349), temos, na acepção 2, “No princípio da oração, indica relação com a ideia anterior: - *Mas, doutor, por que não a quer tratar?*”; na acepção 4, “Denota censura a palavras ou ações alheias: - *Mas como é que você fala mal do seu amigo?*”.

MGP: “A proposta, *porém*, desdizia tanto das minhas sensações últimas... (MA. 1, 87]” (Bechara, 2019, p. 610); no terceiro exemplo da **NGPC:** “Vá aonde quiser, fique, **porém**, morando conosco” (Cunha e Cintra, 2008, p. 662) e na *abonação* da **GHLP:** “Vivemos num mundo curioso. Tudo o que nele ocorre é global, universal e uniforme e, *no entanto*, os eventos que mais chamam a atenção são os que têm um feitio único, singular, especial” [DA MATTA, Roberto. *O Globo*, 23/1/2008] (Azeredo, 2013, p. 522)), serão necessárias duas vírgulas.

Sobre a possibilidade de a conjunção adversativa **porém** abrir período, vejamos a interessante observação colhida no **DALP**:

Corretíssimo é o emprego da conjunção *porém* em **começo de período**. É fato da língua, facilmente documentável desde a fase **arcaica** (p. ex., Joam Roiz de Castel Branco em *Cancioneiro Geral de Garcia de Resende*, III, p. 122; e Gomes Eanes de Azurara, *Crônica do Descobrimento e Conquista de Guiné*, pp. 3, 38, 70, 80) **até os nossos dias**. **Só em uma das obras do seiscentista Manuel Bernardes**, clássico dos maiores (*Nova Floresta*, 5 vols.), podem encontrar-se mais de **300 exemplos**; às vezes vêm dois exemplos, e, muito raro, três, numa mesma página. (os destaques em negrito são nossos) (Ferreira, 2010, p. 1679).

Ainda que o **DALP** admita o uso da conjunção **porém** no início de período, que a **GNLP** traga uma *abonação* de Machado de Assis com o uso da conjunção **contudo** em início de período e que empiricamente esses usos possam ser atestados, fica difícil decidir normativamente sobre o uso de vírgula nesses contextos. As fontes normativas, com seus *exemplos* e *abonações*, **parecem não ter acolhido devidamente**, para efeito de regramento, **o uso de conjunções em início de período**. Sendo assim e, a partir da análise das gramáticas e dos *exemplos* e *abonações* (**DEHLP** e **DALP**), vamos propor os seguintes esquemas:

[oração 1], porém [oração 2]

[oração 1], contudo [oração 2]

[oração 1], todavia [oração 2]

[oração 1], entretanto [oração 2]

Como vimos, é possível nos casos acima a intercalação. Para estes casos, propusemos alguns esquemas, que, frise-se, não são exaustivos:

[Estruturas sintáticas variadas], porém, [estruturas sintáticas variadas]

[Estruturas sintáticas variadas], contudo, [estruturas sintáticas variadas]

[Estruturas sintáticas variadas], todavia, [estruturas sintáticas variadas]

[Estruturas sintáticas variadas], entretanto, [estruturas sintáticas variadas]

Dito isso, podemos passar às ocorrências com desvios:

OCORRÊNCIAS

Desvio

11) “Nesse contexto, apesar de toda a mobilização para conter a violência contra a mulher, ainda nota-se altos índices desses casos, que deve ser visto pelas autoridades como falta de impunidade, considerando que os criminosos têm conhecimento da lei **mas** julgam-na como inoperante [...]” (Prod. text.11⁴⁰, 2015).

Na ocorrência 11, a conjunção está abrindo uma **oração** e, por isso, deve ter antes dela, como vimos na síntese da regra, **uma vírgula**.

Inserção de vírgula

11.1) “Nesse contexto, apesar de toda a mobilização para conter a violência contra a mulher, ainda nota-se altos índices desses casos, que deve ser visto pelas autoridades como falta de impunidade, considerando que os criminosos têm conhecimento da lei, **mas** julgam-na como inoperante [...]” (Prod. text.11, 2015).

⁴⁰ Este trecho apresenta, além do **desvio de vírgula** (omissão), um **desvio de concordância**, que será comentado em sua respectiva seção.

Desvio

12) “Apesar da criação de instrumentos jurídicos e policiais específicos, a exemplo da Lei Maria da Penha e da Delegacia da Mulher respectivamente, o que se observa hoje não é uma melhora nas estatísticas **mas** um aumento nos índices de violência” (Prod. text.16, 2015).A

A conjunção adversativa **mas**, pelo que expusemos, deve ser antecedida por uma vírgula, uma vez que está abrindo uma oração.

Inserção de vírgula

12.1) “Apesar da criação de instrumentos jurídicos e policiais específicos, a exemplo da Lei Maria da Penha e da Delegacia da Mulher respectivamente, o que se observa hoje não é uma melhora nas estatísticas, **mas** um aumento nos índices de violência” (Prod. text.16, 2015).

Ocorrência⁴¹

13) “**Entretanto** a real questão se encontra no nível de escolaridade dos cidadãos (...)” (Prod. text.25, 2015).

Em 13, A conjunção adversativa **entretanto** está abrindo período, assim como em 14, 15, 16 e 17. Por essa razão, vamos propor uma alteração do trecho para que se possa alinhar o uso à doutrina normativa vigente. Este procedimento será utilizado para casos análogos.

⁴¹ Estamos chamando de ocorrências tão somente e não de desvios, justamente porque não julgamos de fato que o sejam, mas, como não há uma doutrina que normatize claramente os usos de conjunções em início de período, preferimos, **provisoriamente**, seguir os esquemas propostos alhures, a fim de atender mais de perto àquilo que as fontes normativas consultadas nos parecem indicar. Essa saída não ignora os usos não acolhidos, os quais precisam ser devidamente descritos, *gramatizados/normatizados*.

Alteração do trecho

13.1) “A real questão se encontra, **entretanto**, no nível de escolaridade dos cidadãos (...)” (Prod. text.25, 2015).

Ocorrência

14) “**Porém** mesmo com essas conquistas, as agressões físicas, psicológicas, morais e sociais continuam em níveis alarmantes” (Prod. text.46, 2015).

Alteração do trecho

14.1) “Mesmo com essas conquistas, as agressões físicas, psicológicas, morais e sociais continuam, **porém**, em níveis alarmantes” (Prod. text.46, 2015).

Em 14.1, ainda que seja possível a alteração, é bom que se diga que o trecho fica mais bem construído sem a presença da conjunção adversativa. A esse respeito, é sempre aconselhável que o/a professor/a instigue o/a aluno/aluna a refletir sobre a necessidade ou não do uso de determinadas conjunções, uma vez que certos usos em textos podem ser dispensados sem prejuízo semântico.

Ocorrência

15) “**Porém** os casos de violência continuam bastante elevados” (Prod. text.54, 2015).

Alteração do trecho

15.1) “Os casos de violência continuam, **porém**, bastante elevados” (Prod. text.54, 2015).

Ocorrência

16) “**Porém** não se muda uma sociedade em 1 ou 2 gerações” (Prod. text.54, 2015).

Alteração do trecho

16.1) “Não se muda, **porém**, uma sociedade em 1 ou 2 gerações” (Prod. text.54, 2015).

Ocorrência

17) “**Todavia** pelo fato da⁴² colonização ter acontecido pelos portugueses, a estrutura social familiar brasileira é de cunho patriarcal” (Prod. text.68, 2015).

Alteração do trecho

17.1) “Pelo fato da colonização ter acontecido pelos portugueses, a estrutura social familiar brasileira é, **todavia**, de cunho patriarcal” (Prod. text.68, 2015).

Aqui em 17.1, como em 14.1, a conjunção também pode ser dispensada.

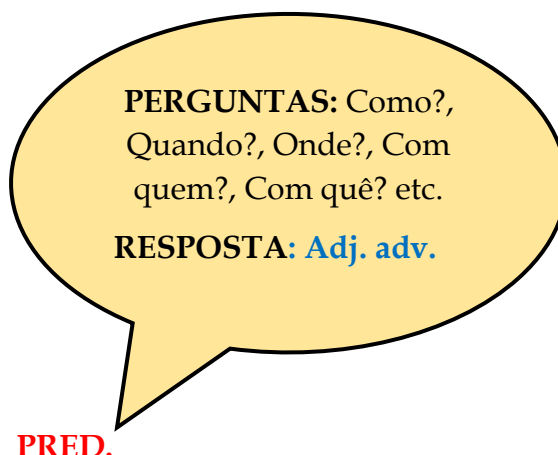
3.4) VÍRGULA COM Adjs. Advs.

A próxima função sintática, seja expressa por um **vocábulo simples**, por um **SPrep.**, ou mesmo por **uma oração**, é aquela com maior variedade quanto à doutrina normativa e, por consequência, a mais difícil de sistematizar. Os **adjs.**

⁴² Trata-se de estrutura de **Sujeito com verbo no Infinitivo**. Bechara (2019) traz a estrutura *É tempo DE ELE sair* ou *É tempo DELE sair*. Sobre ela, afirma o gramático: “Alguns gramáticos e ortógrafos não aceitam a combinação apontada sob o pretexto de que o sujeito “não pode vir regido de preposição”; *não se trata aqui, entretanto, de regência preposicional de sujeito, mas do contato de duas palavras que, por hábito e por eufonia, costumam ser incorporadas na pronúncia*. Se tais combinações parecem contrariar a lógica da gramática, cumpre observar que não repugnam a tradição do idioma com o testemunho de seus melhores escritores, antigos e modernos” (Bechara, 2019, p. 595). Além de Bechara, podemos encontrar argumentação semelhante em outro importante filólogo/gramático brasileiro: “Caso comuníssimo é o da combinação da preposição *de* com o artigo ou o pronome *o, a, os, as*: *do, da, dos, das*. Portanto, quando falamos, dizemos normalmente, p. ex., “Partiremos antes do sol nascer”. Todavia espíritos logicistas inventaram que construções tais padecem de erro, porque, sendo *o sol* sujeito do verbo *nascer*, não pode, segundo a regra a que aludimos no início, vir regido de preposição. Porque rege esta a oração infinitiva e não o substantivo, mandam redigir *antes de o sol nascer*. Na verdade, combinando-se ou não com o artigo, a preposição continua a reger toda a oração infinitiva e não o seu sujeito, fenômeno puramente fonossintático. A combinação com o artigo é fenômeno de ordem fonética, que se dá na superfície, por assim dizer, e em nada altera a relação sintática” (Elia, 1998, p. 07).

advs. têm a característica de grande **variabilidade posicional** e as regras de virgulação estão ligadas, principalmente, a essas **variações posicionais** e à **extensão** deles.

No que toca à posição canônica dos **adjs. advs.**, pode-se dizer que ela comumente se dá no final da sentença, mas, no caso de mudança de posição (para **o meio** ou **para o início**) e também da extensão dele, vai-se na direção de uma **tendência maior à obrigatoriedade do uso de vírgula(s)** a depender, às vezes, de outros fatores, para além dos dois mencionados. Vamos, antes, lembrar como identificar, esquematicamente, uma palavra ou expressão de natureza adverbial.



Sobre as regras dos adjuntos adverbiais, tornemos, mais uma vez, às gramáticas e ao manual, a fim de buscarmos alguma uniformidade quanto, principalmente, ao **critério da posição e da extensão do Adj. adv.** (e outros que se mostrarem relevantes).

Quadro 3 - A vírgula em **Adjs. advs.** em gramáticas e em um manual

REGRA	GRAMÁTICAS/ MANUAL
1) “Para assinalar a inversão dos adjuntos adverbiais”. “ Por impulso instantâneo , todo o ajuntamento se pôs de pé.” (REBELO DA SILVA) “Nota Aliás, sendo o adjunto adverbial de pouca longura, expresso, por exemplo, por um simples advérbio, pode dispensar-se a	GNLP

vírgula, ainda que venha deslocado” (Rocha Lima, 2024, p. 553) (os destaques em negrito são nossos).	
2) “Para separar, em geral, adjuntos adverbiais que precedem o verbo e as orações adverbiais que vêm antes ou no meio da sua principal ” “Eu mesmo, até então , tinha-vos em má conta...” [MA, 1, 185]. “mas, como as pestanas eram rótulas , o olhar continuava o seu ofício...” [MA, 1, 183] (Bechara, 2019, p. 610) (os destaques em negrito são nossos).	MGP
3) “Para isolar o adjunto adverbial antecipado ” “ Lá fora , a chuvada despenhou-se por fim.” (C. de Oliveira, AC, 17.) “ À noite, às vezes , fazia barulho.” (A. F. Schmidt, AP, 62.) “ Fora , a ave agitou-se medonhamente.” (Ó. Ribas, EMT, 86.) “Observação: Quando os adjuntos adverbiais são de pequeno corpo (um advérbio, por exemplo), costuma-se dispensar a vírgula. A VÍRGULA é, porém, de regra quando se pretende realçá-los ”. (Cunha e Cintra, 2008, p. 659 e 660) (os destaques em negrito são nossos).	NGPC
4) “Separação de adjunto adverbial anteposto . Opcional quando o adjunto é um advérbio ou um Sprep. estritamente circunstancial (de tempo, lugar ou modo), a vírgula se torna, porém, necessária se o adjunto tem função modalizadora ou é uma oração, desenvolvida ou reduzida: “ Três semanas depois , recebi um postal de Piracicaba.” [CONY, C. H. 1995: 157] “ Excetuando alguns problemas especiais , fazer fotografia é muito fácil e não exige conhecimentos profundos de nenhuma ciência.” [KUBRUSLY, 1984: 12] “ Se a loteria é imprevisível e a sorte difícil , o único jeito é trapacear.” [SEVCENKO, 1998: 554] “ Quando o cônsul se retirou , fiquei a fazer reflexões sobre a inesperada visita.” [VERISSIMO, E. 1974: 277] “Obs.: Pode-se separar ou isolar por vírgula o adjunto adverbial na sua ordem natural, quando se quer realçá-lo: “Uns, após outros , lavavam a cara, incomodamente , debaixo do fio de água que escorria da altura de uns cinco palmos.” [AZEVEDO, 1957: 42] (Azeredo, 2013, p. 521) (os destaques em negrito são nossos).	GHLP
5) “Uma estrutura de frase bastante comum é esta: Coordenador + Adverbial + Oração.	A vírgula

Coordenadores são as palavrinhas e, ou, mas, nem (= e não) e semelhantes. Adverbiais – tanto podem ser advérbios (agora, aqui, assim...) como locuções ou orações adverbiais (neste instante, naquela terra, dessa maneira, de algum modo, quando se deram conta, segundo estamos informados, por mais que se esforcem, embora seja inteligente...) Regra de pontuação: ou duas vírgulas para separar o adverbial, ou nenhuma. Alguns exemplos: “E, apesar de tudo, os resultados foram compensadores.” “Ou, se houver necessidade, serão feitas algumas alterações.” “Mas, segundo se comenta, não haverá festas”. (Luft, 1998, p. 31) (os destaques em negrito são do gramático).	
--	--

Fonte: Organizado pelo autor deste livro a partir das fontes consultadas.

Trata-se de uma regra encontrada em todas as fontes consultadas. Nossos comentários, como fizemos para o caso das conjunções adversativas, levarão em conta, principalmente, os enunciados das regras, os *exemplos* e/ou *abonações*.

Passando aos comentários específicos, temos:

Comentários ao Quadro 3

Na **GNLP**, levando-se em conta o enunciado da regra e a *abonação*, podemos dizer que o gramático trabalha com o **critério de deslocamento** (inversão) e **de extensão** (a partir da menção aos advérbios de “pouca longura”) dos **Adjs. advs.** Da análise, podemos concluir: i) os **Adjs. advs.** invertidos, desde que não sejam curtos, serão virgulados (a *abonação* apresenta **03** (três) vocábulos); ii) os **Adjs. advs.** curtos (“um simples advérbio”, na própria expressão do gramático), ainda que invertidos, podem ou não ser separados por vírgula (**caso facultativo**). Nada se diz sobre **ênfase** ou especificamente sobre **intercalação** no trecho analisado.

Na **MGP**, a partir do enunciado da regra e das *abonações*, temos que o gramático trabalha com o **critério do deslocamento** (para ele, **anteposição**). Dito isso, podemos concluir: i) os **Adjs. advs.** que antecedem o verbo são virgulados. Nada se diz, no trecho analisado, sobre a **extensão** dos **Adjs. advs.** (algo a dizer a esse respeito só pode ser feito indiretamente, por meio da quantidade de vocábulos nas *abonações*, pois uma tem **02** (dois) vocábulos e a outra tem **05** (cinco)

vocábulos. De qualquer modo, a extensão dessa função sintática não é um critério explícito na **MGP**; ii) as orações adverbiais antepostas ou intercaladas são separadas por vírgula(s) (nada se diz sobre extensão das orações adverbiais, mas, no geral, são estruturas mais complexas e, por isso mesmo, maiores). Por fim, o gramático nada diz sobre **casos facultativos** e **de ênfase**. As *abonações* permitem falar de **intercalação**, a qual está prevista também, como vimos, para o caso das orações adverbiais.

Na **NGPC**, o enunciado da regra e a *abonação* permitem afirmar que os gramáticos se valem dos **critérios de deslocamento** e **de extensão** (a partir da menção aos advérbios de “pequeno corpo”) dos **Adjs. advs.** Podemos concluir: i) os **Adjs. Adv.** antecipados são virgulados (as três *abonações* trazem, respectivamente: 1) **02** (dois) vocábulo; 2) **02** (dois) vocábulo (aqui, são dois adjuntos com a mesma quantidade de vocábulo) e 3) **01** (um) vocábulo). Interessante observar que o **critério da extensão** só é acionado explicitamente pelos gramáticos quando tratam dos **Adjs. advs.** de “pequeno corpo” (“um advérbio”). Neste contexto sintático, eles entendem se tratar de um **caso facultativo**, mas que se torna de regra se se quiser **realçar** o adjunto. Fala-se, pois, pela primeira vez neste nosso *corpus*, de um caso de **realce/ênfase**.

Na **GHLP**, o enunciado da regra e a *abonação* permitem afirmar que o gramático se vale dos **critérios de deslocamento** e **de extensão** (de um modo diferente com relação aos outros gramáticos). Podemos concluir: i) os **Adjs. advs.** antepostos são virgulados (as cinco *abonações* trazem, respectivamente: 1) **03** (três) vocábulo; 2) **04** (quatro) vocábulo; 3) **09** (nove) vocábulo; 4) **05** (cinco) vocábulo; e 5) **02** (dois) e **01** (um) vocábulo(s) (neste último caso, são duas ocorrências com **Adjs. advs.**). Este último caso, em que há apenas **01** (um) vocábulo, e o dos **SPrep.** estritamente circunstanciais (de tempo, lugar ou modo⁴³) são, para o gramático, **facultativos**. A **obrigatoriedade** está relacionada a **estruturas sintáticas mais complexas antepostas** (inclusive quanto à extensão, mas também quanto à função semântico-discursiva, uma novidade no *corpus*). São elas: **Adjs. advs.** em função modalizadora, oração desenvolvida ou reduzida. Por fim, no caso dos **adjs. advs.**, em sua ordem natural, o gramático admite a **possibilidade** de uso da vírgula, quando se quiser **realçá-los**. Temos, pois, casos

⁴³ O gramático não traz exemplos para esta estrutura sintagmática preposicionada. Acharmos por bem trazer pontualmente os nossos próprios a fim de aclarar a regra. Ei-los, respectivamente: *em julho, em casa, em paz*.

de **facultatividade** e de **realce**. A **GHLP** é a única gramática, dentre as analisadas, a correlacionar o uso da vírgula com a função modalizadora do adjunto adverbial.

Em **A vírgula**, o enunciado da regra e os *exemplos* permitem afirmar que o gramático se vale do **critério de deslocamento** (pelos *exemplos*, trata-se de **intercalação**). A estrutura sintática abordada por ele é **coordenador + adverbial + oração**. Neste tipo de estrutura, para a qual o gramático não faz qualquer menção explícita à extensão (nos três *exemplos* do autor, os **Adjs. advs.** são compostos por **03** (três) vocábulos), o **Adj. adv.**, por estar intercalado, pode vir separado por **duas vírgulas ou por nenhuma**. Trata-se, por óbvio, de um **caso facultativo**. O gramático **nada fala** sobre **ênfase** ou **realce**.

Inicialmente, em uma análise geral, fica evidente a falta de uniformidade quanto ao tratamento dispensando à virgulação dos **adjs. advs.**, o que, conseqüentemente, atrapalha muito o trabalho do/a professor/a. Com isso, abre-se a possibilidade de toda a sorte de intervenção (inclusive as arbitrárias) quando da correção dos desvios de virgulação nas produções textuais de nossos/as alunos/as. Para tentar atenuar um pouco essa dificuldade, vamos procurar enfatizar aquilo que há de comum entre as regras encontradas nas gramáticas e no manual. As diferenças podem ser facilmente captadas a partir dos comentários que fizemos acima sobre cada obra analisada e não vamos insistir nelas, pois o que nos interessa é buscar alguma uniformidade. Para tanto, captar as semelhanças é de fundamental importância.

Síntese das regras sobre Adj. adv.

A **anteposição** ou **inversão** (a **intercalação**, por sua vez, é muito mais perceptível nos *exemplos* de Luft e em algumas *abonações*) é o deslocamento sintático mais comum no *corpus normativo* analisado. A extensão mais propensa ao uso de vírgula(s) estaria, por sua vez, num limite de **02** a **09** vocábulos. Além disso, na **NGPC** e na **GHLP**, também de distinto modo, fala-se de **realce/ênfase**. Buscando, então, uma média a partir do exposto e, acrescentando uma dose de reflexão empírica de nossa parte, podemos sugerir que, com um **Adj. adv.**, cuja extensão seja igual ou maior que **02** (dois) vocábulos, a tendência é o uso de **01** (uma) vírgula (se anteposto ou invertido) ou de **02** (duas) (se intercalado), sobretudo se houver um claro intuito de **realce** ou **ênfase**, mormente quando da leitura do trecho (acreditamos que o papel da ênfase na leitura é um elemento fundamental para o emprego da vírgula), e/ou quando determinados *valores semânticos* ficarem mais evidentes (cf. **GHLP**). No caso dos advérbios simples,

fala-se mais claramente em casos de **facultatividade**, para os quais se deve considerar também o papel da ênfase/realce para se decidir por uma ou duas vírgulas, conforme a natureza do deslocamento (mesmo sem deslocamento, ou seja, mesmo na ordem preferencial, o **Adj. adv.**, pelo que se discutiu, pode vir separado por vírgula). Uma conclusão mais definitiva sobre o caso dos **Adjs. advs.** precisará levar em conta uma análise detalhada de *corpus* de língua escrita culta contemporânea. Acreditamos, no entanto, que nossa proposta é razoável, uma vez que busca um diálogo entre boas fontes normativas.

Alguns esquemas que podem orientar o uso de vírgula(s) com **Adjs. advs.** são os seguintes:

1 VOCÁBULO

1) **Adj. adv. (1 vocábulo), VERBO [...]** (+ ênfase)

(Invertido/1ª posição)

Ø

(- ênfase)

2) [...], **Adj. adv. (1 vocábulo), VERBO, Adj. adv. (1 vocábulo), [...]** (+ ênfase)

(deslocado/≠1ª posição)

(intercalado)

Ø

Ø

(- ênfase)

Ø

Ø

(- ênfase)

3) [...], **VERBO, Adj. adv. (1 ou mais vocábulo(s))** (+ ênfase)

(ordem preferencial)

Ø

(- ênfase)

2 OU MAIS VOCÁBULOS

4) Adj. adv. (2 ou + vocábulos), VERBO [...] (+ obrigatoriedade)
(Invertido/1ª posição)

5) [...], Adj. adv. (2 ou + vocábulos), VERBO (+ obrigatoriedade)
(deslocado/≠ 1ª posição)

Ou

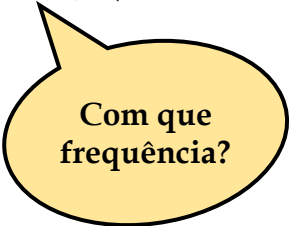
VERBO, Adj. adv. (2 ou + vocábulos), [...] (+ obrigatoriedade)
(intercalado)

Dito isso, passemos à análise das ocorrências:

OCORRÊNCIAS

Desvio

18) “Além disso, o que agrava a situação da mulher é a impunidade dos agressores, que **na maioria das vezes não são presos** [...]” (Prod. text.2, 2015).



Com que frequência?

A pergunta feita após o **Pred. não são presos** permite encontrar a expressão adverbial **na maioria das vezes**. Esta expressão vem **anteposta** ao **Pred.** e é composta por **04** (quatro) vocábulos. Além disso e, talvez o mais importante, é o fato de que, com o uso de **02** (duas) vírgulas, dá-se uma **ênfase/realce** à expressão, o que, por seu turno, favorece também uma melhor leitura do trecho. Nosso aconselhamento, neste caso, é para uma tendência maior à obrigatoriedade ao uso de **02** (duas) vírgulas.

Inserção de vírgulas

18.1) “Além disso, o que agrava a situação da mulher é a impunidade dos agressores, que, **na maioria das vezes, não são presos [...]**” (Prod. text.2, 2015).

Desvio

Desde quando?

19) “Ela está certa, afinal, **desde a pré-História** o homem **é** o possuidor da força física e não a figura feminina” (Prod. text.4, 2015).

A pergunta feita após o núcleo do **Pred. é** permite encontrar a expressão adverbial **desde a pré-história**. Esta expressão vem **anteposta** ao **Pred.** e é composta por 03 (três) vocábulos, sendo um deles uma forma prefixada. O uso de **02** (duas) vírgulas favorece a **ênfase** da expressão.

Inserção de vírgula

19.1) “Ela está certa, afinal, **desde a pré-História**, o homem **é** o possuidor da força física e não a figura feminina” (Prod. text.4, 2015).

Desvio

20) “Haja vista essa realidade caótica, urge destacar a importância da tomada de medidas para minimizar esse fator no Brasil. Dessa forma, o Estado **deve, por meio de medidas socioeducativas (fóruns, palestras...) complementar** as já tomadas (Lei do Feminicídio e Lei Maria da Penha) [...]” (Prod. text.7, 2015).

Por meio de quê?

A pergunta feita após o **Pred. deve complementar** permite encontrar a expressão adverbial **por meio de medidas socioeducativas (fóruns, palestras...)**, a qual se encontra **intercalada** entre os verbos da LV. A preferência por arranjar a expressão como uma **intercalada**, assim como a sua **extensão** (07 (sete)

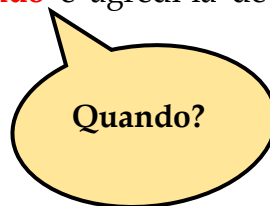
vocábulos), favorece o uso de 02 (duas) vírgulas e não apenas uma, como ocorre no trecho.

Inserção de vírgula

20.1) “Haja vista essa realidade caótica, urge destacar a importância da tomada de medidas para minimizar esse fator no Brasil. Dessa forma, o Estado **deve, por meio de medidas socioeducativas (fóruns, palestras...), complementar** as já tomadas (Lei do Feminicídio e Lei Maria da Penha) [...]” (Prod. text.7, 2015).

Desvio

21) “Isso, porque **quando a vítima faz a denúncia e a polícia não age imediatamente,** o agressor **pode ficar sabendo** e agredi-la de maneira pior” (Prod. text.10, 2015).



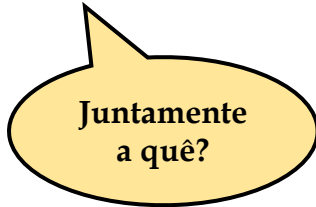
A pergunta feita após a estrutura verbal complexa **pode ficar sabendo** permite encontrar a expressão adverbial **quando a vítima faz a denúncia e a polícia não age imediatamente**. A **anteposição**, assim como a **extensão** (12 (doze) vocábulos) do **Adj. adv.**, leva a uma maior tendência à obrigatoriedade de 02 (duas) vírgulas e não apenas uma, como ocorre no trecho.

Inserção de vírgula

21.1) “Isso, porque, **quando a vítima faz a denúncia e a polícia não age imediatamente,** o agressor **pode ficar sabendo** e agredi-la de maneira pior” (Prod. text.10, 2015).

Desvio

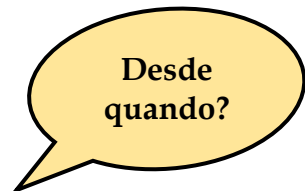
22) “Fica evidente, portanto, que as ONG’s, **juntamente com o Poder Público lutem** pela igualdade de gênero [...]” (Prod. text.12, 2015).



A pergunta feita após o núcleo do **Pred. lutem** permite encontrar a expressão adverbial **juntamente com o poder público**, imediatamente **anteposta** ao núcleo verbal. A **anteposição**, assim como a sua **extensão** (05 (cinco) vocábulos), favorece o uso de 02 (duas) vírgulas e não apenas uma. O critério da **ênfase** pode ser aplicado aqui também.

Inserção de vírgula

22.1) “Fica evidente, portanto, que as ONG’s, **juntamente com o Poder Público, lutem** pela igualdade de gênero [...]” (Prod. text.12, 2015).



Desvio

23) “A mulher, **desde o período colonial brasileiro era** vista como inferior ao homem” (Prod. text.17, 2015).

A pergunta feita após o núcleo do **Pred. era** permite encontrar a expressão adverbial **desde o período colonial brasileiro**, imediatamente **anteposta** ao núcleo verbal. A **anteposição**, assim como a sua **extensão** (05 (cinco) vocábulos), favorece o uso de 02 (duas) vírgulas e não apenas uma.

Inserção de vírgula

23.1) “A mulher, **desde o período colonial brasileiro**, **era** vista como inferior ao homem” (Prod. text.17, 2015).

Desvio

24) “Nesse cenário, o elevado índice reafirma que as mulheres **ao sofrerem a violência**, não **procuram** às delegacias para denunciá-los” (Prod. text.20, 2015).

Quando?

A pergunta feita após o núcleo do **Pred. procuram** permite encontrar a expressão adverbial **ao sofrerem a violência**, **anteposta** ao núcleo verbal. A **anteposição**, assim como a sua **extensão** (04 (quatro) vocábulos), favorece o uso de 02 (duas) vírgulas e não apenas uma.

Inserção de vírgula

24.1) “Nesse cenário, o elevado índice reafirma que as mulheres, **ao sofrerem a violência**, não **procuram** às delegacias para denunciá-los” (Prod. text.20, 2015).

Desvio

25) “[...] a adoção desse mecanismo de proteção em todos os estados, **além de garantir maior segurança a vítima** **incentiva** a delação” (Prod. text.47, 2015).

Além do quê?

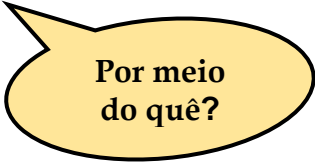
A pergunta feita após o núcleo do **Pred. incentiva** possibilita encontrar a expressão adverbial **além de garantir maior segurança a vítima** como resposta, a qual vem **anteposta** ao núcleo verbal, e tem uma **extensão considerável**, haja vista comportar 07 (sete) vocábulos. Essa expressão apresentou tão somente uma vírgula, antes do vocábulo **além**. Entendemos, aqui também, que o uso de 02 (duas) vírgulas terá, inclusive, repercussão na leitura, de modo a dar mais fluidez ao trecho.

Inserção de vírgula

25.1) “[...] a adoção desse mecanismo de proteção em todos os estados, **além de garantir maior segurança a vítima, incentiva** a delação” (Prod. text.47, 2015).

Desvio

26) “Aliado a isso, a Justiça brasileira, **através da adoção de mecanismos por todo o território** que **garantam** ainda mais a segurança da mulher [...]” (Prod. text.62, 2015).



Por meio
do quê?

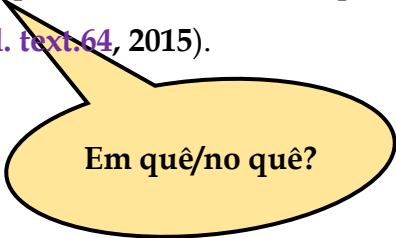
A pergunta feita após o núcleo do **Pred. garantam** permite encontrar a expressão adverbial **através da adoção de mecanismos por todo o território** como resposta, a qual vem, mais uma vez, **anteposta**, e tem uma **extensão também considerável**, uma vez que comporta **09** (nove) vocábulos. Essa expressão apresentou, como na ocorrência anterior, tão somente uma vírgula, antes do vocábulo **através**. Entendemos, no entanto, que, nesta ocorrência, o uso de **02** (duas) vírgulas, para separar a expressão, se faz necessário.

Inserção de vírgula

26.1) “Aliado a isso, a Justiça brasileira, **através da adoção de mecanismos por todo o território**, que **garantam** ainda mais a segurança da mulher [...]” (Prod. text.62, 2015).

Desvio

27) “Simone Bouvoire **em sua célebre frase: “a mulher não nasce mulher, torna-se mulher” defende** que as mulheres lutem pelos seus direitos e pela igualdade de gênero [...]” (Prod. text.64, 2015).



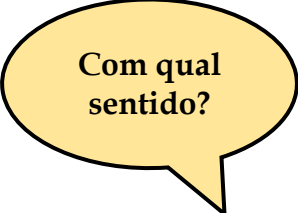
Em quê/no quê?

A pergunta feita após o núcleo do **Pred. defende** permite encontrar uma expressão adverbial **anteposta** ao núcleo verbal, qual seja: **em sua célebre frase: “a mulher não nasce mulher, torna-se mulher”**. O **deslocamento** e a **extensão** dessa expressão (que, diga-se de passagem, apresenta certa complexidade sintática) favorecem o uso de **02** (duas vírgulas) para separar o **Adj. adv.**

Inserção de vírgulas

27.1) “Simone Bouvoire, **em sua célebre frase: “a mulher não nasce mulher, torna-se mulher”**, **defende** que as mulheres lutem pelos seus direitos e pela igualdade de gênero [...]” (**Prod. text.64**, 2015).

OBS.: Nas ocorrências 19, 21, 22, 23, 24, 25 e 26, as **estruturas adverbiais** apresentam apenas **uma vírgula** (antes ou depois delas). Pelos critérios de **deslocamento** (prevalece a **anteposição** tanto nas ocorrências quanto no *corpus* normativo) e de **extensão**, e, levando sempre em conta a síntese da regra que fizemos, as referidas expressões **tendem a uma maior obrigatoriedade** quanto ao uso de **02** (duas vírgulas) e não **01** (uma). Além disso, nessas análises, é sempre importante verificar se o não uso de vírgula(s) terá algum tipo de implicação para a leitura (**realce ou ênfase**), o que, se ocorrer, **pode reforçar o uso delas**.



Com qual sentido?

Desvio

28) “**No sentido de mudar esta realidade violenta** a legislação brasileira **fez** um grande avanço com a criação da Lei Maria da Penha” (**Prod. text.67**, 2015).

A pergunta feita após o núcleo do **Pred. fez** permite encontrar a expressão adverbial **No sentido de mudar esta realidade violenta** como resposta, a qual vem no início do período e é composta por **vários vocábulos** (07 (sete) ao todo). A **inversão** e a **extensão** serão, pois, critérios que levarão a uma **tendência maior à obrigatoriedade** quanto ao uso da vírgula.

Inserção de vírgula

28.1) “**No sentido de mudar esta realidade violenta**, a legislação brasileira **fez** um grande avanço com a criação da Lei Maria da Penha” (**Prod. text.67, 2015**)

Finalizados os comentários às ocorrências referentes ao uso da vírgula, passaremos, na próxima seção, ao tópico gramatical da **colocação pronominal**.

4. COLOCAÇÃO PRONOMINAL

Começaremos nossa discussão com a afirmação, hoje incontestada, de que o português brasileiro é, predominantemente, proclítico. Uma explicação histórica para esse tipo de colocação dos pronomes pode ser encontrada na citação a seguir:

A partir do século XVI, os colonizadores portugueses trouxeram possivelmente para cá a variação clítico-verbo e verbo-clítico, com **tendência à próclise típica do português clássico. Aqui a ordem proclítica parece ter se fixado e generalizado, tornando-se dominante nos contextos que são de ênclise obrigatória no português europeu**, como é o caso de verbo em posição inicial absoluta (Marcotulio et al., 2018, p. 259) (os destaques em negrito são nossos).

A partir da citação acima, temos a ideia de que houve um movimento de continuidade entre o português clássico e o português brasileiro. O resultado é a constatação do caráter proclítico do português daqui. Outras perspectivas teóricas chegam ao mesmo resultado, mas por caminhos e argumentos teóricos diferentes. Uma delas, a adotada por Pagotto (2018), entende que, entre o português clássico e o português brasileiro, houve, na verdade, diferentes mudanças, as quais dizem respeito às regras de movimentação dos clíticos (pronomes), cujo resultado seria basicamente o mesmo para as duas modalidades de língua: a próclise. Assim sendo, “[...] no português clássico, haveria movimento do verbo até T, tendo como consequência uma posição superficial de **próclise**; no português brasileiro atual, nem o clítico nem o verbo se moveriam, e o resultado superficial seria igualmente de **próclise**” (Pagotto, 2018, p. 159) (os destaques em negrito são nossos).

Outro modo de entender a questão leva em conta considerações quanto à tonicidade (fator prosódico) dos pronomes átonos no português brasileiro e no português europeu. Nesta língua, os pronomes seriam átonos, razão pela qual a preferência pela ênclise e, naquela outra, teriam os pronomes passado a semitônicos, o que explicaria a preferência pela próclise. Alguns de nossos bons filólogos/gramáticos e linguistas adotaram, guardadas as diferenças, esse caminho explicativo (cf. Said Ali, 2008 e Melo, 1978). Encontramos na obra (aqui adotada por nós como fonte normativa) de um linguista-gramático um argumento semelhante ao dos dois filólogos mencionados:

A posição proclítica em que ordinariamente são colocados favorece o **relevo fonético desses pronomes, tornando-os semitônicos**. Nas frases coloquiais *Me larga, Te peguei, Se manda daqui* fica nítida a pronúncia dos pronomes. **Não é outra a razão do conhecido hábito brasileiro de ‘começar frase com pronome átono’**, fato que em épocas não tão remotas causava horror aos gramáticos puristas (Azeredo, 2013, p. 259) (os destaques em negrito são nossos e em itálico são do gramático).

Pelo que expusemos, **é a próclise a colocação intuitiva** no português brasileiro. Se os estudos concordam quanto ao caráter proclítico e esse caráter é, inclusive, confirmado nas inúmeras gramáticas normativas (basta ver os inúmeros *fatores de atração* para próclise, sabidamente mais numerosos do que os de ênclise e de mesóclise), qual seria, pois, o problema de fato?

Bem, apesar dessa obviedade, encontra-se aqui e acolá a ideia de que a colocação pronominal “normal” no Brasil é a ênclise. Nada mais falso. Outro problema se refere à mudança de critérios ocorrida do século XVIII (fonético-fonológico) para o século XIX (morfossintático). É este último que vai gerar, segundo Leite (2013), um dos nossos maiores equívocos normativos: a ideia de *fator de atração*.

Sobre a tal “atração vocabular”, Monteiro (1994) assim argumenta:

se de fato determinadas palavras tivessem o poder de atrair o pronome oblíquo, este mudaria de posição toda vez que elas também se deslocassem ou fossem retiradas da frase. Dessa forma, em enunciados como: (257) uma sujeira que *não se pode acreditar* a não ser vendo (208.SP.DID.M.II.); (258) o público *não se interessa* por teatro (234.SP.DID.F.II) **o advérbio de negação não parece atuar como fator favorecedor da próclise, uma vez que, se o retirarmos, os pronomes continuarão no mesmo lugar**. De modo semelhante, em: (259) ele *já se formou* (242.SP.DID.F.III.) **se deslocarmos o advérbio para depois do verbo, o pronome oblíquo não passará só por isso a ser enclítico**. (Monteiro, 1994, p. 188) (os destaques em itálico são do autor e os negritos são nossos).

Também contrário a essa teoria da “atração vocabular”, podemos mencionar Melo (1978), quando afirma:

uma palavra não pode atrair outra, porque, uma vez pronunciada, deixa de existir, ao passo que a outra, a supostamente atraída, ainda não existe. Isto, sem considerar que palavra é acidente de acidente, momentâneo resultado da passagem do ar pelos órgãos articuladores em determinada momentânea posição. (Melo, 1978, p. 242).

Diante de um tema tão polêmico, tentaremos uma saída diferente na exposição didática das regras, qual seja:

Vamos evitar, a todo custo, o argumento da **atração lexical**, ou seja, os tais **fatores de atração para próclise**.

Para tanto, vamos nos deter, conseqüentemente, naquelas regras de **ênclise** que parecem ser categóricas. Procedendo assim, raciocinamos na seguinte direção:

Se o/a aluno/a tiver conhecimento preciso dos **casos obrigatórios de ênclise e também dos facultativos de ênclise e de próclise**, ele/ela concluirá que, não sendo um caso obrigatório de ênclise, a próclise é a colocação normal e preferida.

Para chegarmos ao objetivo almejado, o de evitar os tais fatores de atração, temos de ter clareza, pois, sobre quais seriam os casos categóricos de ênclise. Antes, no entanto, vejamos a seguinte síntese:

- I. a **próclise** é a **colocação normal**;
- II. a **ênclise** é a **colocação atípica** e, portanto, seus casos precisam ser especificados;
- III. a **mesóclise** é uma **colocação arcaica** e, portanto, deve ser evitada;

IV. quando houver conflito entre regras tradicionais e usos contemporâneos, cabe ao escritor decidir se quer ser mais conservador (ênclise e mesóclise) ou menos conservador (próclise).

(Vieira e Faraco, 2023, p. 337) (os destaques em negrito são nossos).

Nossa tentativa agora é buscar o que há de comum nas regras sobre a ênclise, no sentido de, inicialmente, tentar perceber o que é categórico e o que está no campo da possibilidade. Para tanto e aproveitando os resultados de Vieira e Faraco (2023), temos os seguintes casos de ênclise facultativa e obrigatória:

Quadro 4 - Casos de ênclise facultativa e obrigatória

ÊNCLISE	CONTEXTO SINTÁTICO
FACULTATIVA	Com sujeito explícito (“Ele nos oferece os resultados de toda uma vida dedicada às diversas questões de linguagem” ou “Ele oferece- nos os resultados de toda uma vida dedicada às diversas questões de linguagem”) (Vieira e Faraco, 2023, p. 343) (os destaques em negrito são nossos).
FACULTATIVA	Infinitivo regido por preposição (com exceção do pronome “o” e flexões) (“As palavras acessórias passam a não se parecer mais com as palavras principais” ou “As palavras acessórias passam a não parecer- se mais com as palavras principais”) (Vieira e Faraco, 2023, p. 343) (os destaques em negrito são nossos).
FACULTATIVA	Orações coordenadas por conectivos (<i>e, mas, pois, logo</i> , entre outros) (“A língua real e língua ideal não são compartimentos estanques e se influenciam mutuamente” ou ““A língua real e língua ideal não são compartimentos estanques e influenciam- se mutuamente””) (Vieira e Faraco, 2023, p. 238) (os destaques em negrito são nossos).
OBRIGATÓRIA	Infinitivo regido por preposição A (com os pronomes <i>o, os, a, as</i>) (“Aconteceu uma mudança no caráter do latim, uma vez que a intelectualidade transeuropeia começa a valorá-lo ” (Vieira e Faraco, 2023, p. 344) (os destaques em negrito são nossos).

OBRIGATÓRIA	Início de período (“Denomino-as de diretrizes epistemológicas da gramática tradicional” (Vieira e Faraco, 2023, p. 344).
--------------------	---

Fonte: Organizado pelo autor deste livro a partir de Vieira e Faraco (2023).

A fim de comparar o estatuto de **obrigatoriedade** encontrado para as duas regras acima mencionadas por Vieira e Faraco (2022), seguem, abaixo, os enunciados extraídos de algumas gramáticas que nos serviram de fonte normativa neste livro.

Quadro 5 - Ênclise em início de período

Gramática	GNLP	MGP	NGPC	GHLP
Ênclise em início de período	“Quando o verbo abrir o período [...]” (Rocha Lima, 2024, p. 543).	“Não se inicia período por pronome átomo” (Bechara, 2019, p. 618).	“Sendo o pronome átomo objeto direto ou indireto do verbo, a sua posição lógica, normal, é a ÊNCLISE” (Cunha e Cintra, 2008, p. 323).	“A adoção da ênclise do pronome em certas situações de fala ou em certos textos (<i>Refiro-me, Envio-te, Retire-se</i>) é um traço do formalismo exigido pelos princípios do respectivo contrato de comunicação” (Azeredo, 2013, p. 259).

Fonte: Organizado pelo autor deste livro a partir das fontes consultadas.

Vê-se, a partir da comparação, que uma regra categórica de colocação pronominal em início de período, para textos escritos muito monitorados, é, de fato, a **Ênclise**.

Sobre a outra regra obrigatória do quadro 4, vejamos o que se pode encontrar sobre ela nas gramáticas.

Quadro 6 - Ênclise com pronomes contraídos

Gramática	GNLP	MGP	NGPC	GHLP
Ênclise com pronomes contraídos	Nesta gramática, fala-se em caso facultativo com infinitivo preposicionado (o exemplo é com a preposição “para”. Para o gramático, a ênclise é “de rigor” quando for <i>o(s)</i> ou <i>a(s)</i> e o infinitivo vier regido de preposição <i>a</i> . (Rocha Lima, 2024, p. 546).	Nesta gramática, fala-se em caso facultativo com infinitivo preposicionado (o exemplo é com a preposição “de”). Nada se fala sobre a posição dos pronomes <i>o</i> , <i>os</i> , <i>a</i> , <i>as</i> . (Bechara, 2019, p. 620).	“Com os INFINITIVOS soltos, mesmo quando modificados por negação, é lícita a PRÓCLISE ou a ÊNCLISE, embora haja acentuada tendência para esta última colocação pronominal” e “A ÊNCLISE é mesmo de rigor quando o pronome tem a forma <i>o</i> (principalment e no feminino) e o INFINITIVO vem regido da preposição <i>a</i> .” (Cunha e Cintra, 2008, p. 325 e 326)”	“As formas <i>-lo</i> , <i>-la</i> , <i>-los</i> , <i>-las</i> , variantes de <i>o/a/os/as</i> , são necessariamente enclíticas ao infinitivo e às formas terminadas em <i>-s</i> e <i>-z</i> (perder + <i>o</i> > perdê-lo, dizes + <i>o</i> > dizê-lo, fez + <i>o</i> > fê-lo)” e “As formas <i>-no</i> , <i>-na</i> , <i>-nos</i> , <i>-nas</i> , também variantes de <i>o</i> , <i>a</i> , <i>os</i> , <i>as</i> e exclusivas dos registros formais, são necessariamente enclíticas às formas verbais terminadas por vogal ou ditongo nasal.” (Azeredo, 2013, p. 261).

Fonte: Organizado pelo autor deste livro a partir das fontes consultadas.

A partir da comparação da proposta de Vieira e Faraco (2023) e das regras encontradas nos quadros 5 e 6, podemos esquematizar as seguintes **regras obrigatórias de ênclise** para textos escritos muito monitorados:

REGRA OBRIGATÓRIA 1

VERBO-pronomes oblíquos variados (inclusive algumas formas variantes).
(início de período)

Exemplos:

DISSE-lhe tudo.

CONSTATOU-se a inclusão do nome dele na lista de espera.

DISSERAM-nos inverdades.

FIZERAM-na de boba.

REGRA OBRIGATÓRIA 2

VERBO NO INFINITIVO ANTECEDIDO PELA PREPOSIÇÃO “A”-
pronomes oblíquos em suas formas variantes: lo, la, los, las.

Exemplo:

O/A professor/a está apto/a **A PREPARÁ-lo/la/los/las** para o exame.

Sobre os casos facultativos (**próclise e ênclise**), propomos, a partir de Vieira e Faraco (2023) e das outras fontes normativas já utilizadas neste livro, os seguintes esquemas:

REGRA FACULTATIVA 1

Sujeito explícito **pronomes oblíquos** **VERBO**. Ou

Sujeito explícito **VERBO-pronomes oblíquos**.

Exemplos:

O acusado **se fez** presente no fórum. Ou

O acusado **fez-se** presente no fórum.

REGRA FACULTATIVA 2

Pronomes oblíquos **VERBO NO INFINITIVO ANTECEDIDO POR PREPOSIÇÃO** (exceto o pronome “o” e flexões). Ou

VERBO NO INFINITIVO ANTECEDIDO POR PREPOSIÇÃO-pronomes oblíquos (exceto o pronome “o” e flexões).

Exemplos:

Tudo **passa a se parecer** com nada. Ou

Tudo **passa a parecer-se** com nada.

REGRA FACULTATIVA 3

ORAÇÃO COORDENADA 1 **conectivo** (mas, e, logo, pois etc.) **pronomes oblíquos** **VERBO DA ORAÇÃO COORDENADA 2**. Ou

ORAÇÃO COORDENADA 1 **conectivo** (mas, e, logo, pois etc.) **VERBO DA ORAÇÃO COORDENADA 2-pronomes oblíquos**.

Exemplos:

As pessoas mudam, mas se mantêm com características do passado. Ou

As pessoas mudam, mas mantêm-se com características do passado.

REGRA FACULTATIVA 4

ESTRUTURAS SINTÁTICAS VARIADAS (adjs. advs./orações adverbiais, conectores, orações reduzidas etc.) SEGUIDAS DE VÍRGULA, pronomes oblíquos VERBO. Ou

ESTRUTURAS SINTÁTICAS VARIADAS (adjs. advs./orações adverbiais, conectores, orações reduzidas etc.) SEGUIDAS DE VÍRGULA, VERBO-pronomes oblíquos.

Exemplos:

Depois do almoço, se deitou. Ou

Depois do almoço, deitou-se.

Acabada a refeição, dirigiu-se ao dormitório.

Acabada a refeição, se dirigiu ao dormitório.

Sobre o esquema 4 acima, encontramos, no guia normativo de colocação pronominal, proposto por Vieira e Faraco (2023), na GPBE, para os casos compreendidos na regra geral, a orientação da colocação em **próclise**. Dentre esses casos, citamos o seguinte exemplo dos autores: “em primeiro lugar, **nos** afastamos de” (Vieira e Faraco, 2023, p. 348, o destaque em negrito é dos linguistas). Em Bechara (2019), em sua MGP, temos o seguinte enunciado para a regra que compreende o contexto com pausa aqui aludido: “**Se houver pausa**, o pronome pode vir **antes ou depois do verbo**” (Bechara, 2019, p. 619, os destaques em negrito são nossos). Em Cunha e Cintra (2008), em sua NGPC, mencionando exatamente contextos com pausa, admitem, como possibilidade, o uso da ênclise. A abonação trazida pelos dois gramáticos é de Ferreira de Castro: “**Pouco depois**,

detiveram-se de novo (Cunha e Cintra, 2008, p. 327, o destaque em negrito é dos gramáticos). Rocha Lima (2024), em sua **GNLP**, só admite, para contextos com pausa, a ênclise. Para ilustrar, ele traz o exemplo a seguir: “Aqui, / não há preconceitos filosóficos; aqui, / não há distinções religiosas; aqui, / não há desigualdades raciais; *aqui, / estuda-se*/ [...]” (Rocha Lima, 2024, p. 546, o destaque em itálico é do gramático).

Sintetizando, temos uma fonte, a de Vieira e Faraco (2023), que pelos argumentos e pelos *exemplos/abonações* vai na direção do uso proclítico. Bechara (2019) faculta tanto a próclise quanto a ênclise. Cunha e Cintra (2008) atestam a possibilidade da ênclise, ou seja, se esta colocação é possível, a proclítica também o é. Por fim, Rocha Lima (2024) admite a ênclise como a única possibilidade. Sendo assim, não nos parece forçoso afirmar que se trata, pois, de um caso FACULTATIVO, como sugerimos no esquema 4 acima.

Um último comentário ao esquema 4:

Se o contexto com pausa envolver um verbo no gerúndio que esteja abrindo uma oração, ainda que se admita próclise e a ênclise, **parecer haver uma tendência maior a esta última colocação**, sobretudo se o pronome envolvido for o *se*. No que diz respeito a este caso, Bechara (2019) só admite a **ênclise**. Rocha Lima (2024) afirma que, com gerúndio, a regra geral é a **ênclise**. Vieira e Faraco (2023) trazem, como regra geral de **próclise**, a colocação com o verbo no gerúndio. Se, no entanto, o gerúndio for antecedido pela preposição *em*, deve-se utilizar a **próclise**, conforme algumas das fontes já citadas.

No *corpus* analisado, o qual compreende 72 (setenta e duas) produções textuais, não foi encontrado nenhum desvio que infrinja qualquer uma das **duas regras obrigatórias**. Esse dado é importante porque, além de evidenciar a ausência de desvio no *corpus* quanto a essas duas regras, também possibilita a seguinte orientação pedagógica:

Se o/a escrevente não infringir nenhuma das duas regras obrigatórias, **o/a professor/a deve ter a máxima prudência quando da correção dos trechos que envolvem a colocação de pronomes oblíquos átonos.**

A partir de agora contemplaremos os esquemas mencionados que permitem o uso facultativo tanto da próclise quanto da ênclise.

OCORRÊNCIAS

1) PRÓCLISE OU ÊNCLISE

- 1) “Elas **se fundamentam** no princípio da equiparidade [...]” (Prod. text.3, 2015).
- 2) “Assim, medidas **tornam-se** necessárias para reduzir a violência contra a mulher [...]” (Prod. text.8, 2015).
- 3) “[...] os países desenvolvidos **se livraram** desse legado de desigualdade [...]” (Prod. text.9, 2015).
- 4) “[...] muitas mulheres **sentem-se** subordinadas a seus maridos ou companheiros [...]” (Prod. text.12, 2015).
- 5) “O Brasil **se construiu** sob o patriarcalismo [...]” (Prod. text.15, 2015).
- 6) “Essa ampliação **se faz** necessária [...]” (Prod. text.16, 2015).
- 7) “O aspecto espacial **se reflete** na ineficácia [...]” (Prod. text.16, 2015).
- 8). “[...] o machismo e o patriarcalismo **se perpetuaram** na sociedade [...]” (Prod. text.17, 2015).
- 9). “Ademais, a omissão **torna-se** maior [...]” (Prod. text.18, 2015).
- 10) “[...] as mulheres **sentem-se** ameaçadas [...]” (Prod. text.18, 2015).

- 11) “[...] **sociedade se originou** a partir de modelos europeus [...]” (Prod. text.19, 2015).
- 12) “[...] o aparato social que **elas** possam recorrer caso **sintam-se** agredidas (prisões dos agressores e ajuda social)” (Prod. text.49, 2015).
- 13) “[...] **tal prática** ainda **mantêm-se** presente no país devido à impunidade dos agressores e a uma sociedade de comportamento machista, em geral” (Prod. text.57, 2015).
- 14) “Diante de ameaças, **a vítima mantém-se** calada, temendo pela família que se desestruturaria ou por futuras agressões” (Prod. text.65, 2015).
- 15) “[...] **grande parte** disso **deve-se**, principalmente, as raízes culturais brasileiras e a ineficiência do sistema judiciário” (Prod. text.68, 2015).

Nas quinze ocorrências acima, que são apenas uma amostra, dada a quantidade extensa de ocorrências análogas, devemos observar, primeiramente, a partir do que já se discutiu na parte teórica, se há algum **caso obrigatório** de ênclise, **o que não se verificou**. No caso deste grupo, o melhor enquadramento, já que não se trata de caso obrigatório, é o de entendê-lo como pertencente ao esquema da **REGRA FACULTATIVA 1**, que é a do **SUJEITO EXPLÍCITO**.

É possível perceber que os/as escreventes optam tanto pela colocação proclítica quanto pela enclítica, o que está absolutamente de acordo com a doutrina normativa por nós consultada.

Nestes casos, não cabe ao/à professor/a corrigir qualquer uma das duas opções.

A escolha de uma ou de outra colocação depende, por óbvio, de fatores de ordem diversa. No caso da opção pela **próclise**, o fator intuitivo prevalece, uma vez que este tipo de colocação é a que os/as falantes têm acesso desde cedo no processo de aquisição de nossa língua materna. No caso da opção pela **ênclise**, o

fator sobrelevante parece ser o sociocomunicativo (cf. Azeredo, 2013), o que significa dizer que, em contextos de maior formalismo, para o qual a escola contribui significativamente, há a preferência pelo uso mais conservador (Cf. Vieira e Faraco, 2023), que é justamente o **enclítico**.

Passemos ao segundo esquema das regras facultativas.

Sobre este caso, podemos dizer que, no *corpus* analisado, não houve ocorrências que se enquadrassem no esquema aludido.

Para o terceiro esquema, que se refere ao uso de **CONNECTIVOS**, temos uma frequência baixa de ocorrências.

2) PRÓCLISE OU ÊNCLISE

16) “[...] considerando que os criminosos têm conhecimento da lei, **mas julgam-na** como inoperante [...]” (Prod. text.11, 2015).

17) “[...], **pois sentem-se inseguras** [...]” (Prod. text.14, 2015).

Em 16 e 17, como se trata de uso facultativo, poderíamos ter:

16.1) “[...] considerando que os criminosos têm conhecimento da lei, **mas a julgam** como inoperante [...]” (Prod. text.11, 2015).

17.1) “[...], **pois se sentem** inseguras [...]” (Prod. text.14, 2015).

Passemos ao quarto e último esquema das regras facultativas.

Neste grupo, temos uma quantidade considerável de ocorrências, que não estão todas listadas, dado o grande volume catalogado.

3) PRÓCLISE OU ÊNCLISE (MAIOR TENDÊNCIA À ÊNCLISE)

18) “Nesse sentido, **verifica-se** que a persistência da violência contra a mulher [...]” (Prod. text.4, 2015).

19) “Diante desse cenário, **precisa-se**, pois, de dois agentes sociais em ação [...]” (Prod. text.4, 2015).

20) “Dessa forma, **faz-se** necessário analisar as causas dessa situação [...]” (Prod. text.5, 2015).

21) “Diante disso, **faz-se** necessária a ação do Estado [...]” (Prod. text.5, 2015).

22) “Desde a pré-história, **observa-se** a diferença de gênero [...]” (Prod. text.6, 2015).

- 23) “Devido, sobretudo, a esse pensamento antiquado, **observa-se** o crescente número de casos de violência contra a mulher [...]” (Prod. text.6, 2015).
- 24) “Nesses moldes, **tem-se** como raiz do problema a cultura patriarcal do Brasil [...]” (Prod. text.7, 2015).
- 25) “No que tange à realidade brasileira, no entanto, **nota-se**, lentamente, que essa cultura vem perdendo força [...]” (Prod. text.7, 2015).
- 26) “Nesse contexto, **sabe-se** que a cultura grega foi de suma importância para a construção da cultura ocidental [...]” (Prod. text.9, 2015).
- 27) “Entretanto, ainda no século XXI, **observa-se** uma persistência no ato violento [...]” (Prod. text.11, 2015).
- 28) “Através dessa mudança, **notou-se** a manifestação de um pensamento [...]” (Prod. text.11, 2015).
- 29) “Com isso, **faz-se** necessário a confecção do pensamento [...]” (Prod. text.11, 2015).
- 30) “Associado ao aspecto histórico, **observa-se** a resistência dos agressores às normas [...]” (Prod. text.11, 2015).
- 31) “Diante disso, **salientam-se** o caráter patriarcal da sociedade como causa dessa violência e as consequências que afetam as condições de vida da mulher [...]” (Prod. text.13, 2015).
- 32) “Afim, **constata-se** no estado do Piauí a menor ocorrência [...]” (Prod. text.13, 2015).
- 33) “Como prova, **tem-se** a música [...]” (Prod. text.13, 2015).
- 34) “[...] e, muitas vezes, **estimula-o** a praticar esse crime novamente” (Prod. text.14, 2015).
- 35) “Assim, **nota-se** o quão enraizado está o machismo na cultura brasileira [...]” (Prod. text.15, 2015).
- 36) “Nesse cenário, **vê-se** urgente a criação de medidas [...]” (Prod. text.16, 2015).

- 37) “[...] **politicamente**, **nota-se** a existência de um patriarcalismo excessivo [...]” (Prod. text.18, 2015).
- 38) “**Diante disso**, **criaram-se** leis para evitar e/ou diminuir [...]” (Prod. text.18, 2015).
- 39) “**Primeiramente**, **sabe-se** que um dos entraves para solucionar a questão [...]” (Prod. text.18, 2015).
- 40) “**Todavia**, **soma-se** ao dilema, ainda, a questão cultural do Brasil [...]” (Prod. text.19, 2015).
- 41) “**Assim**, **constrói-se** um cenário de violência [...]” (Prod. text.19, 2015).
- 42) “**No período colonial**, **estabeleceu-se** uma sociedade marcada pelo patriarcalismo [...]” (Prod. text.21, 2015).

De 18 a 42, temos ocorrências que ilustram o quarto caso das regras facultativas, qual seja: o que envolve **CONTEXTO COM PAUSA**, sobretudo **vírgula**, antes da qual podem ocorrer variadas estruturas sintáticas. Um primeiro ponto a observar é que, ainda que seja, como vimos, uma **regra facultativa**, há uma **preferência**, no *corpus*, **quanto ao uso da ênclise**, principalmente quando o pronome selecionado é o **se** (só na ocorrência 34, temos um outro pronome, a saber: **o**). Antes de buscamos uma explicação para essa preferência, lembremos que **somente uma fonte** (Rocha Lima, 2024), entre as que consultamos, é **categórica quanto ao uso exclusivo da ênclise**. Bem, se as fontes tendem mais a admitir o duplo uso (próclise e ênclise), qual seria a razão para uma ampla preferência pela ênclise como nos trechos acima?

Uma resposta possível para esta pergunta pode ser delineada a partir da ideia de **fator sociocomunicativo**, já mencionado anteriormente. Para explicar a recorrência de ênclise em estruturas com **se** indeterminador do sujeito ou com **se** apassivador, Azeredo (2013, p. 263, os destaques em negrito são do gramático) menciona os seguintes exemplos da comunicação cotidiana: “**Aceita-se** aterro. **Vende-se** ovos. **Troca-se** bateria de relógio”. Segundo ele, estruturas indeterminadas e apassivadas (não vamos entrar na polêmica conhecida na literatura da área sobre o **se** apassivador) conferem “*um certo distanciamento e neutralidade à enunciação*” (Azeredo, 2013, p. 263, os destaques em itálico são

nossos). Trata-se, no caso destes exemplos, de “fórmulas estereotipadas” (nas exatas palavras do autor), ou seja, já consagradas com o uso enclítico.

Parece-nos razoável admitir que parece agir nas ocorrências acima esse mesmo fator comunicativo (*distanciamento* e *neutralidade*), no sentido de analogamente favorecer a ênclise, já que as estruturas encontradas nas ocorrências envolvem o **se** indeterminador (menor quantidade) e o **se** apassivador (maior quantidade). Some-se a isso o fato de a ênclise ser a opção mais conservadora (Cf. Vieira e Faraco, 2023), a qual, por hipótese, **pode ser aquela preferida nas lições normativas incutidas no universo escolar, sobretudo se se tem em mente que se trata de produções textuais de alunos/as com um percurso considerável de práticas de escrita e de refacção textual.**

Ainda sobre contextos com pausa (vírgula), só que com o aparecimento de verbo no **gerúndio** a abrir a oração, vimos que, normativamente, Bechara (2019) só admite a **ênclise** e Rocha Lima (2024) dá, como regra geral, a **ênclise**, o que se confirma com as ocorrências a seguir.

4) PRÓCLISE OU ÊNCLISE (MAIOR TENDÊNCIA À OBRIGATORIEDADE DE ÊNCLISE)

43) “[...], **tornando-se** um grande entrave para redução da violência à mulher [...]” (Prod. text.9, 2015).

44) “[...], **tornando-se** futuros agressores [...]” (Prod. text.1, 2015).

45) “[...], **tratando-o** como frágil [...]” (Prod. text.3, 2015).

46) “[...], **tornando-os** mais aptos a reconhecer e a agir de maneira otimizada [...]” (Prod. text.8, 2015).

47) “[...], **otimizando-as** e ampliando sua atuação [...]” (Prod. text.11, 2015).

48) “[...], **impondo-as** um papel social [...]” (Prod. text.17, 2015).

Ainda que se admita, como possibilidade, a próclise nos casos de 43 a 48, algumas fontes normativas (Bechara (2019) e Rocha Lima (2024)) e as próprias ocorrências parecem indicar uma maior tendência a um uso **enclítico**. A **próclise** se impõe, no entanto, se, ao verbo no gerúndio, vier antecedida a preposição **em**.

Para os casos de mesóclise, catalogamos as ocorrências a seguir.

5) MESÓCLISE

49) “Por meio de medidas como essas, as mulheres **tornar-se-ão** menos vulneráveis às agressões” (Prod. text.14, 2015).

50) “Com isso, **formar-se-á** um Brasil mais pacífico e que valoriza a mulher” (Prod. text.17, 2015).

51) “Com isso, **formar-se-á** uma sociedade mais igualitária e que respeita as diferenças, especialmente as de gênero” (Prod. text.26, 2015).

Apenas três ocorrências foram encontradas em nosso *corpus* para a colocação mesoclítica, o que evidencia sua baixa frequência. Levando em conta o princípio formulado por Vieira e Faraco (2023), o qual repetimos aqui: “a mesóclise é uma colocação arcaica e, portanto, deve ser evitada”, sugerimos, para as três ocorrências, a adoção do uso proclítico. Assim, teremos:

49.1) “Por meio de medidas como essas, as mulheres **se tornarão** menos vulneráveis às agressões” (Prod. text.14, 2015).

50.1) “Com isso, **se formar**á um Brasil mais pacífico e que valoriza a mulher” (Prod. text.17, 2015).

51.1) “Com isso, **se formar**á uma sociedade mais igualitária e que respeita as diferenças, especialmente as de gênero” (Prod. text.26, 2015).

Ainda que a mesóclise seja cada vez mais rara e que seu uso possa conferir certo pedantismo na escrita, ela não deixa de ser uma opção caso o/a escrevente queira, conscientemente, aderir a uma construção ultraformal.

OBS.: Pelo que expusemos, a **colocação normal no Brasil é a próclise**, razão pela qual nos concentramos, acima, somente nos casos de ênclise, para verificar, nas ocorrências catalogadas, quais eram obrigatórias, e, nos casos de mesóclise, para sugerir a adoção da colocação proclítica, ainda que admitindo a mesóclise como uma alternativa ultraformal na escrita muito monitorada. Nos casos facultativos entre próclise e ênclise, se deve ter claro que a escolha da primeira colocação confere um tom menos conservador, haja vista ser a colocação mais regular e intuitiva no Brasil, e a opção pela segunda, por seu turno, confere um tom mais conservador à escrita. Por fim, essa nossa sugestão metodológica, a de iniciar as considerações sobre colocação pronominal pelos casos obrigatórios de ênclise, para, sem seguida, verificar os casos facultativos, nos faz evitar o equívoco teórico dos tais **fatores de atração** que só sobrecarregam os/as alunos/as e induzem à procura de erros (muitas vezes inexistentes) de colocação pronominal nas produções textuais.

Na sequência, passamos ao **quadro 7**, no qual constam as regras concernentes à colocação dos pronomes átonos em LV e em TC. Dada a extensão

das seções que trazem as regras para LV e TC, decidimos contemplar apenas três gramáticas, a fim de balizar a discussão.

Quadro 7 - Colocação pronominal em LV e em TC

REGRA	GRAMÁTICAS
“COM AS LOCUÇÕES VERBAIS” AUXILIAR + INFINITIVO: Há quatro possibilidades: a) Ênclise ao infinitivo: O presidente quer falar-lhe ainda hoje. b) Ênclise ao auxiliar: O presidente quer-lhe falar ainda hoje. c) Próclise ao auxiliar: O presidente lhe quer falar ainda hoje. d) Próclise ou ênclise ao infinitivo precedido de preposição: Jamais deixei de ajudar-te. ou Jamais deixei de te ajudar. Começou a ensinar-lhe português. ou Começou a lhe ensinar português. AUXILIAR + GERÚNDIO: São três as posições:	GNLP

a) Ênclise ao gerúndio:

As visitas **foram retirando-se**.

b) Ênclise ao auxiliar:

As visitas **foram-se retirando**.

c) Próclise ao auxiliar:

As visitas **se foram retirando**.

AUXILIAR + PARTICÍPIO:

a) Ênclise ao auxiliar:

Os alunos **tinham-se levantado**.

b) Próclise ao auxiliar:

Os alunos **se tinham levantado**

INTERPOSIÇÃO DO PRONOME ÁTONO

A interposição do pronome átono nas locuções verbais, sem se ligar por hífen ao auxiliar, é **sintaxe brasileira** que se consagrou na língua literária, a partir (ao que parece) do Romantismo:

“O morcego **vem te chupar** o sangue.” (JOSÉ DE ALENCAR)

“(…) **estava se distanciando** da outra...” (VISCONDE DE TAUNAY)

“**Vais te perder!**” (OLAVO BILAC)

“E **foi nos mostrar** um álbum de pintura inglesa...” (RACHEL DE QUEIROZ)

“Estou me afogando...” (CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE) “Como teria se comportado aquela alma de passarinho diante do mistério da morte?” (RACHEL DE QUEIROZ) “Vivia sozinho, não quisera se casar.” (JOSÉ LINS DO REGO)”. (Rocha Lima, 2024, p. 547 a 549) (os destaques em negrito são nossos).	
“EM RELAÇÃO A UMA LOCUÇÃO VERBAL” Temos de considerar dois casos: infinitivo: <i>quero falar</i> a) auxiliar + ou gerúndio: <i>estou falando</i> Se os princípios já expostos não forem contrariados, o pronome átono poderá aparecer: 1) Proclítico ao auxiliar: Eu <i>lhe</i> quero falar. Eu <i>lhe</i> estou falando. 2) Enclítico ao auxiliar (ligado por hífen). Eu quero-<i>lhe</i> falar. Eu estou-<i>lhe</i> falando (...) e a conversação de Adrião <i>foi-a</i> lentamente acostumado à sua presença [EQ.4, 56]. 3) Enclítico ao verbo principal (ligado por hífen): Eu quero falar-<i>lhe</i> Eu estou falando-<i>lhe</i> (mais raro)	MGP

OBSERVAÇÕES:

1ª) Com maior frequência ocorre entre brasileiros, na linguagem falada ou escrita, o pronome átono proclítico ao verbo principal, sem hífen:

Eu quero *lhe* falar

Eu estou *lhe* falando

A Gramática clássica, com certo exagero, ainda não aceitou tal maneira de colocar o pronome átono, salvo se o infinitivo está precedido de preposição: *Começou a lhe falar* ou *a falar-lhe*.

2ª) Com o infinitivo podem-se contrariar os princípios 2 e 3 anteriormente formulados:

Eu não quero falar-*lhe*

Espero que não queira falar-*lhe*

3ª) Nas construções com o verbo *haver* do tipo *há-se de + infinitivo* ou *há de se + infinitivo*, esta última é mais corrente e a primeira, mais comum em Portugal, aparece apenas como reminiscência literária:

“(...) e *hão-me* ainda a face

De encobrir ervançais, para não *ver-te*” [AO *apud* SS.1, § 524, 3, obs.].

b) Auxiliar + particípio: *tenho falado*...

Não contrariando os princípios iniciais, o pronome átono pode vir:

1) Proclítico ao auxiliar:

Eu *lhe* tenho falado.

2) Enclítico ao auxiliar (ligado por hífen): Eu tenho-<i>lhe</i> falado. Jamais se pospõe pronome átono a particípio. Entre brasileiros também ocorre a próclise ao particípio: Eu tenho <i>lhe</i> falado. Explicação da colocação dos pronomes átonos no Brasil – Nos princípios anteriormente comentados, vimos certas tendências brasileiras que nem sempre a Gramática agasalha como dignas de imitação, presa que está a um critério de autoridade que a linguística moderna pede seja revisto” (Bechara, 2019, p. 620, 621 e 622).	
“PRONOMES ÁTONOS ATRELADOS ÀS SEQUÊNCIAS DE VERBO FINITO + INFINITO, GERÚNDIO OU PARTICÍPIO” Distinguiremos quatro casos: 1) As formas átonas <i>me, te, lhe, se, nos, lhes</i>, complementos do verbo, ocorrem normalmente proclíticas ao verbo principal, que pode ser um infinitivo, um gerúndio ou um particípio: • Eles vão se arrepender. • Nós devíamos nos prevenir. • Passei a me interessar pela música barroca. • Vocês não podem me acusar. • Ele veio se arrastando. • Estamos nos preparando para o torneio. • Eles tinham se preparado para o torneio.	GHP

- Temos **nos** visto pouco ultimamente.
- “Cada aspecto da vida privada das famílias devia **se** processar em seu espaço correto...” [SEVCENKO, 1998: 177]
- “Não podemos **nos** contentar em ser escolhidos como plataforma de exportação de grandes multinacionais.” [Jornal do Brasil, 12/12/1999]

A ênclise ao gerúndio ou ao infinitivo conota um maior formalismo de expressão:

- Ele veio arrastando-**se**.
- Passei a interessar-**me** pela música barroca.
- Vocês não podem acusar-**me**.
- “Os resultados das reformas de Antônio Prado acabaram assemelhando-**se** aos obtidos na mesma década no Rio de Janeiro.” [SEVCENKO, 1998: 179]

Nas formas compostas do verbo, esses pronomes podem estar proclíticos ao verbo principal no particípio, colocação usual em todas as variedades do português do Brasil (*Tinham me convidado / Ele tem se dedicado*). Nos registros mais formais, e em especial na variedade escrita, marca-se com hífen a ênclise do pronome ao verbo auxiliar (*Tinham-me convidado / Ele tem-se dedicado*). A próclise ao verbo auxiliar é restrita aos usos formais da língua, com presença ainda marcante na escrita. Autores que transitam com grande versatilidade pelos muitos registros linguísticos servem-se às vezes dessa colocação para produzir efeito irônico com a camuflagem de estilo solene, como na seguinte passagem de uma crônica de João Ubaldo Ribeiro:

• “O telefone, se bem que eu costume fugir dele para poder trabalhar, também me tem rendido momentos singulares.” [O Globo, 5/12/1999] 2) As formas <i>o, a, os, as</i>, típicas dos registros formais, ocorrem proclíticas ao verbo em forma finita, se este não vier seguido de preposição: • Nós a devíamos prevenir. • Nós a devíamos ter prevenido. • Vocês não o podem acusar. • Eu os estou preparando para o torneio. • Nós não as tínhamos convidado. • “O autor (Neil Postman) sustenta que assim como a prensa tipográfica criou a infância, a mídia eletrônica a está destruindo.” [Regina Zappa. <i>Jornal do Brasil</i>, 4/12/1999] • “A morte desta semana em Brasília foi de um homem que brigava pelo seu emprego. Um emprego garantido a teria evitado.” [VERISSIMO, L. F. <i>O Globo</i>, 5/12/199] Ou enclíticas ao gerúndio: • Eu estou preparando-os para o torneio. 3) As formas <i>-lo, -la, -los, -las</i>, variantes das precedentes, são necessariamente enclíticas ao infinitivo: • Eu vou convidá-lo. • Nós não podemos acusá-la sem provas. • Nós devíamos tê-la prevenido. • Temos de vendê-lo urgentemente. • Devíamos reparti-las com os empregados.	
--	--

- Passei a admirá-lo ainda mais.

[...]

Esse fator sociocomunicativo explica a ostensiva ocorrência da ênclise. Por outro lado, se o pronome *se*, quer na função indeterminadora do sujeito, quer no papel de pronome apassivador, vem integrado numa sequência de verbo finito + forma verbal no infinitivo, gerúndio ou particípio, é ao redor do verbo finito que o pronome *se* coloca preferencialmente, ora proclítico ora enclítico, segundo as regras que enunciamos para a forma verbal simples:

- Devia-se esperar que a chuva passasse.
- Não se deve jogar lixo na via pública.
- Começou-se a plantar soja aqui no início da década.
- Tinha-se publicado o edital em vários jornais.
- Estava-se discutindo futebol naquela hora” (Azeredo, 2013, p. 262 a 264).

Fonte: Organizado pelo autor deste livro a partir das fontes consultadas.

A questão que se impõe quando da análise de regras constantes no quadro acima é buscar captar se, no *corpus* normativo eleito, a regra de colocação em LV e em TC, a qual é característica do **PB** (esquema 4, abaixo), já está devidamente referendada e por quais caminhos isso é feito. Para uma melhor visualização, esquematizamos as possibilidades de colocação do seguinte modo:

- 1) **V.A-Pron. + V.P.** (ÊNCLISE AO AUXILIAR)
- 2) **V.A. + V.P-Pron.** (ÊNCLISE AO PRINCIPAL)
- 3) **Pron.V.A. + V.P.** (PRÓCLISE AO AUXILIAR)
- 4) **V.A + Pron.V.P.** (PRÓCLISE AO PRINCIPAL)

Na **GNLP**, de Rocha Lima (2024), estão contempladas as quatro possibilidades acima esquematizadas. O gramático detalha os contextos de colocação em que o verbo principal pode ser um infinitivo, um gerúndio ou um particípio. Neste momento, o gramático se vale de *exemplos* forjados por ele mesmo. A partir do tópico **INTERPOSIÇÃO DO PRONOME ÁTONO**, passa a discutir o que ele chama de **sintaxe brasileira** (**esquema 4**, acima), que, segundo ele, consagrou-se na língua literária. Interessante, neste caso, é que o autor traz *abonações* de autores diversos, as quais referendam o uso brasileiro. Este uso “à brasileira”, não temos dúvida, pode ser fartamente comprovado também em *corpus* de língua escrita culta contemporânea.

Na **MGP**, assim como na **GNLP**, os quatro arranjos dos esquemas acima estão contemplados. Na gramática de Bechara (2019), há menção a usos brasileiros em várias oportunidades. Sobre isso, é interessante observar que o gramático alega que uma tal gramática clássica não acolheu ainda os usos brasileiros e, ainda quanto a este ponto, apela para que a linguística reveja os critérios de autoridade dessa tal gramática.

Em suma, o que gramáticos como Rocha Lima e Bechara fazem quando mencionam, respectivamente, “sintaxe brasileira” e “entre brasileiros, na linguagem falada ou escrita”, é já acomodar, ainda que por caminhos retóricos diferentes, um fato sintático do **PB**: o pronome proclítico ao verbo principal.

Observando uma das gramáticas mais recentes do nosso *corpus*, que é da lavra de um linguista, temos não mais uma *retórica de processo de acomodação* encontrada em algumas das gramáticas acima analisadas, ainda que de diferentes maneiras. Estamos nos referindo à **GHLP**, sobre a qual passamos a discorrer abaixo.

Na **GHLP**, Azeredo (2013) começa trazendo 8 *exemplos* e 2 *abonações* em que ocorrem tanto LV (maior número), quanto TC (menor número). Nesses 10 casos, só ocorre a colocação “à brasileira” (**V.A + Pron.V.P.**). Na sequência, trata dos casos de ênclise ao infinitivo e ao gerúndio, uso que, segundo ele, confere “maior formalismo de expressão” (**V.A.+ V.P-Pron.**). Após isso, aborda mais pontualmente a colocação em TC e afirma que o verbo proclítico ao particípio (**V.A + Pron.V.P.**) é uma “colocação usual em todas as variedades do português do Brasil”. Ainda quanto a este uso, o linguista faz importantes observações quanto ao registro: 1) a ênclise ao auxiliar (**V.A-Pron. + V.P.**) seria encontrada em registros mais formais “em especial na variedade escrita” e 2) a próclise ao auxiliar (**Pron.V.A. + V.P.**) “é restrita aos usos formais da língua, com presença

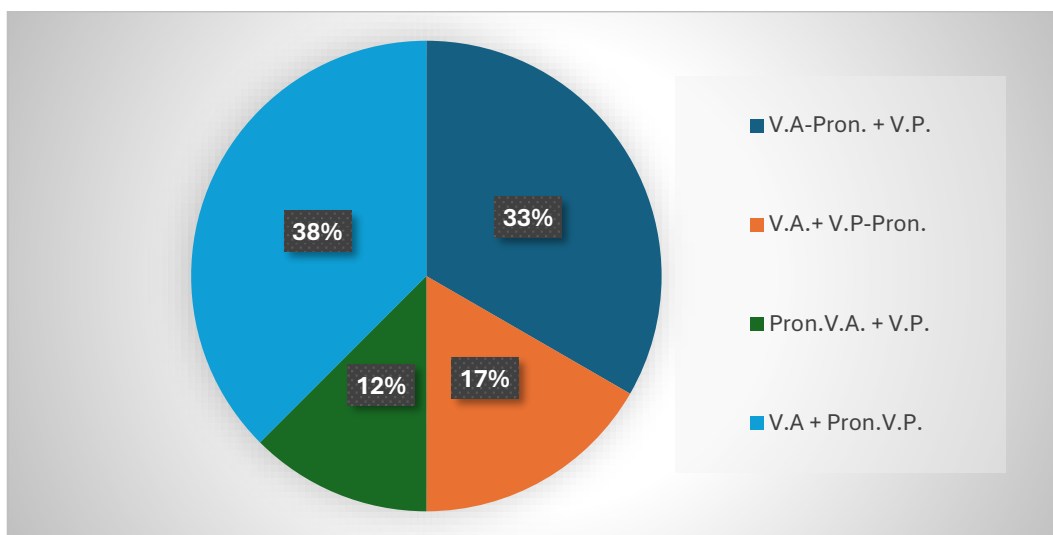
ainda marcante na escrita”. Essa descrição detalhada contempla todos os arranjos mencionados nos esquemas por nós propostos e algumas variações interessantes percebidas pelo linguista: uma delas diz respeito ao uso dos pronomes *o, a, os, as*, os quais, com maior frequência, são colocados conforme o esquema: **Pron.V.A. + V.P.**, com a possibilidade de serem dispostos encliticamente ao verbo principal no gerúndio **V.A.+ V.P-Pron.** (se os pronomes citados tomarem as formas *-lo, -la, -los, -las*, Azeredo fala em termos de necessidade de ênclise ao principal).

Como uma orientação pedagógica fundamental sobre colocação pronominal em LV e TC, enfatizamos o seguinte:

A colocação “à brasileira” (**V.A + Pron.V.P.**), por estar presente num *corpus* normativo, que vai da década de 1950 do século passado ao século XXI, não pode ser mais, sob nenhuma hipótese, objeto de correção pelo/pela professor/a de Língua Portuguesa. Essa autorização dada pelo *corpus* normativo mais tradicional está também referendada por Vieira e Faraco (2023), em obra gramatical bastante recente, cujo compromisso de base é com o português brasileiro escrito culto.

Antes de passarmos efetivamente às ocorrências, gostaríamos de dizer uma palavrinha sobre o total delas e as respectivas quantidades por arranjo de colocação pronominal. Quanto ao total geral, catalogamos **24 ocorrências**. Quando aos arranjos, temos: 1) **V.A-Pron. + V.P.** (08 ocorrências); 2) **V.A.+ V.P-Pron.** (04 ocorrências); 3) **Pron.V.A. + V.P.** (03 ocorrências) e 4) **V.A + Pron.V.P.** (09 ocorrências).

Gráfico 3 - Percentuais relativos aos grupos de **Colocação Pronominal** em LV e TC nas produções textuais



Fonte: Elaborado pelo autor.

No **gráfico 3**, fica evidente a preferência pela estrutura característica do PB, qual seja: **V.A + Pron.V.P.**, com 38%. Esta estrutura é a intuitiva para o usuário nativo do PB. A segunda mais frequente é a **V.A-Pron. + V.P.**, com 33% e a terceira, **V.A.+ V.P-Pron.**, com 17%. Deve-se considerar, nestes últimos dois casos, o papel da escola na assimilação das respectivas regras, já que se trata de produções textuais de alunos/as do 3º ano do Ensino Médio, ou seja, com um longo percurso escolar. Por fim, a estrutura menos usual no *corpus* analisado é a **Pron.V.A. + V.P.**, com 12%. Acreditamos que uma análise exaustiva com *corpus* muito monitorado de língua escrita culta tenderá a confirmar os dados aqui apresentados.

6) LV e TC

V.A-Pron. + V.P. (ÊNCLISE AO AUXILIAR)

51) “Por outro lado, **precisa-se melhorar** o que já está sendo feito, isto é, aumentar o rigor das leis existentes, aumentando as penas aplicadas; e divulgar mais os

números de denúncias, o que também pode ser feito pela própria população” (Prod. text.3, 2015).

52) “Nesse contexto, **pode-se destacar** a impunidade dos agressores como um agravante da situação” (Prod. text.8, 2015).

53) “Inicialmente, **deve-se avaliar** a construção e a manutenção do machismo no país” (Prod. text.15, 2015).

54) “Primeiramente, **deve-se considerar** a permanência da visão patriarcal por alguns membros da sociedade” (Prod. text.21, 2015).

55) “Primeiramente, **deve-se destacar** que desde o Período Colonial, o Brasil seguia um modelo de sociedade patriarcal e machista, onde o único dever da mulher era cuidar da casa e dos filhos, sendo inteiramente dependente do seu marido” (Prod. text.36, 2015).

56) “Primeiro, a sociedade brasileira **deve-se mostrar** vigilante e buscar denunciar todos os casos que possui conhecimento, exercendo sua cidadania” (Prod. text.38, 2015).

57) “Entretanto, **deve-se considerar** ainda que, mesmo com a existência da Delegacia da Mulher nas principais cidades do país, muitas mulheres não denunciam os seus agressores por medo” (Prod. text.65, 2015).

58) “E, por fim, **deve-se criar** mais juizados e varas e aumentar as punições defendendo a mulher” (Prod. text.68, 2015).

OBS.: As ocorrências 52 a 58, **que são de alunos/as diferentes**, seguem a seguinte estrutura, encontrada no DUPB (Borba, p. 503 e 1223, respectivamente): 1) **dever [Modalizador] [~ + verbo no infinitivo]** e 2) **poder [Modalizador] [~ + verbo no infinitivo]**. São, pois, construções cujo verbo auxiliar é modalizador e elas tanto ocorrem em contextos em que as locuções estão (ocorrência 56) ou não (as demais) precedidas de material linguístico. A preferência pela ênclise ao verbo auxiliar confere um maior formalismo às construções, além de sociocomunicativamente um maior afastamento e neutralidade. Essa mesma observação pode ser aproveitada para as ocorrências abaixo, nas quais o pronome está enclítico ao verbo principal.

V.A.+ V.P-Pron. (ÊNCLISE AO PRINCIPAL)

59) “Essa distinção de tarefas, ao longo dos anos, foi colocando o sexo feminino como inferior e, por conta da hierarquia social formulada, a prática de violência contra a mulher **foi tornando-se** ordinária no contexto brasileiro” (Prod. text.34, 2015).

60) “Desse modo, eles acabam se impondo sobre as mulheres, que, muitas vezes, não denunciam, pois **temem perdê-los** – principalmente, quando são seus companheiros” (Prod. text.39, 2015).

61) “Por sua vez, a sociedade **deve organizar-se** em associações e centros de convenções, com o objetivo de estabelecer discussões pautadas no respeito às mulheres” (Prod. text.70, 2015).

62) “De acordo com o historiador Sérgio Buarque de Holanda, a sociedade brasileira ainda possui muitos traços herdados desde o período colonial, dentre

os quais se destaca a ideia de que as mulheres, por serem objeto de posse masculina, devem ser submissas aos homens, e estes supostamente, **podem agredi-las** em caso de desobediência” (Prod. text.71, 2015).

Pron.V.A. + V.P. (PRÓCLISE AO AUXILIAR)

63) “Entretanto, apesar de no Brasil as pessoas do sexo feminino serem amparadas pelos aparatos legais, pouco **se tem feito** para reduzir a causa desse problema” (Prod. text.22, 2015).

64) “Em oposição ao equilíbrio entre os poderes executivo, judiciário e legislativo, o último destaca-se, pois culturalmente **se procura resolver** os problemas apenas através da sanção de novas leis, sem empenhar-se na aplicação delas” (Prod. text.33, 2015).

65) Por estar cristalizada no plano cultural, essa mentalidade só poderá ser mudada por meio de uma reestruturação dos valores do povo brasileiro, que ainda não foi atingida, embora **se tenha avançado** na questão legislativa com a Lei Maria da Penha e a Lei do Feminicídio (Prod. text.55, 2015).

V.A + Pron.V.P. (PRÓCLISE AO PRINCIPAL)

66) “Nas últimas décadas, o Estado brasileiro **vêm se empenhando** cada vez mais para combater a violência contra a mulher no país” (Prod. text.24, 2015).

67) “Diante disso, a sociedade e o governo **devem se mobilizar** para a adoção de medidas eficazes para o problema exposto” (Prod. text.24, 2015).

68) “Para que as medidas adotadas pelo Estado sejam eficazes, as mulheres **devem se conscientizar** dos seus direitos, não importa o agressor, por meio da pressão popular para a divulgação de campanhas com esse fim, números para

denúncia, expansão do “botão do pânico” para todo o território nacional, acabando, dessa forma, com as limitações na fiscalização, visto que o Estado estará presente no meio doméstico” (Prod. text.24, 2015).

69) “O Brasil **tem se esforçado** para cumpri-los, mas ainda encontra muita dificuldade em alguns” (Prod. text.33, 2015).

70) “No Brasil, a violência contra a mulher é um dilema que **vem se tornando** bastante persistente nos últimos anos” (Prod. text.36, 2015).

71) “Desse modo, eles **acabam se impondo** sobre as mulheres, que, muitas vezes, não denunciam, pois temem perdê-los – principalmente, quando são seus companheiros” (Prod. text.39, 2015).

72) “Concomitantemente, as mulheres **devem se mobilizar**, por meio de passeatas e de protestos, exigindo seus direitos e estimulando a denúncia das vítimas” (Prod. text.39, 2015).

73) “Essa situação é lamentável, pois, como estatísticas provam, casos de mortes devido a esse tipo de violência são constantes, então essas vítimas estão em constante perigo no local onde **deveriam se sentir** mais seguras, suas próprias casas” (Prod. text.43, 2015).

74) “Portanto, para mudar esse quadro, é necessário que as mulheres **continuem se mobilizando** nas ruas e nos meios de comunicação, como a televisão e a internet, a exemplo do movimento feminista, para diminuir as heranças culturais machistas e buscando a plena efetivação dos seus direitos” (Prod. text.52, 2015).

No que diz respeito às ocorrências agrupadas nos quatro esquemas acima, **é importante dizer que não cabe tratá-las como erros ou inadequações**. Todos os casos são possibilidades de que dispõe quem escreve e algumas delas são mais conservadoras (1. **V.A-Pron.** + **V.P.**; 2. **V.A.**+ **V.P-Pron.** e 3. **Pron.V.A.** + **V.P.**) e outra mais intuitiva e menos conservadora (4. **V.A** + **Pron.V.P.**).

Na próxima seção, abordaremos o último tópico gramatical deste livro: **concordância verbal e nominal**.

5. CONCORDÂNCIA VERBAL E NOMINAL

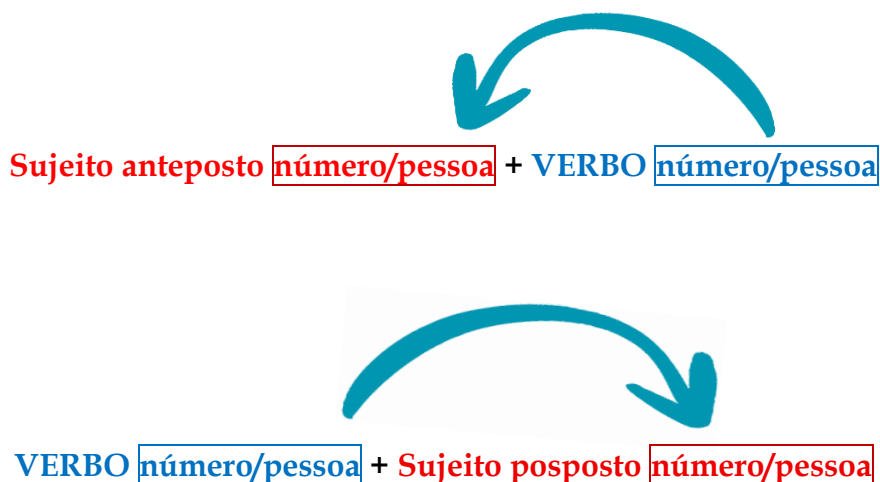
As relações de concordância estabelecidas entre o **Verbo** (sintaticamente, **Pred.**) e seu respectivo **Núcleo substantivo** (sintaticamente, **Suj.**) (**concordância verbal**) podem ser captadas por meio da **mesma técnica** por nós aplicada aos casos de separação por vírgula entre **Suj.** e **Pred.** Esse simples procedimento permite resolver a maior parte dos problemas de concordância verbal, razão pela qual não precisaremos recorrer à comparação de regras das gramáticas selecionadas neste livro.

No caso da **concordância nominal**, a concordância se dá, em regra, entre o **Núcleo substantivo** e **algumas classes gramaticais** que podem ocorrer antes ou depois desse núcleo. Neste caso, trata-se de relações mais perceptíveis e mais fáceis de serem resolvidas.

Vejamos, pois, para os casos de concordância verbal, a aplicação da técnica com o auxílio de alguns esquemas.

OCORRÊNCIAS

Esquemas básicos de concordância verbal (regra geral)

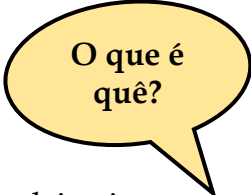


Com a técnica de identificação de sintagmas (aqui simplificada como técnica dos balões de perguntas e de respostas), fica mais fácil de visualizar os

dois esquemas de concordância verbal acima propostos. De posse dessa técnica simples de análise, é possível resolver a maior parte dos desvios de concordância verbal de modo geral e, de modo específico, os desvios encontrados no *corpus*.

Desvios de concordância verbal quanto à regra geral

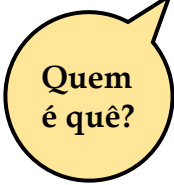
Sujeito anteposto



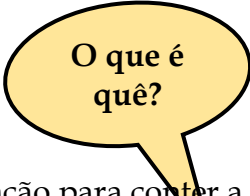
O que é
quê?

1) “[...] **a má efetivação** das leis vigentes **contribuem** para a permanência [...]” (Prod. text.9, 2015).

2) “[...] **o Estado** deve agir, através da gratificação da polícia, para que ao receber a denúncia, **ajam** imediatamente [...]” (Prod. text.10, 2015).



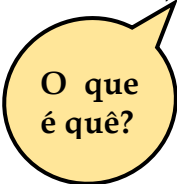
Quem
é quê?



O que é
quê?

3) “Nesse contexto, apesar de toda a mobilização para conter a violência contra a mulher, ainda nota-se altos índices desses **casos, que [casos]** **deve ser visto** pelas autoridades como falta de impunidade, considerando que os criminosos têm conhecimento da lei, mas julgam-na como inoperante [...]” (Prod. text.11, 2015).

4) “[...] **a manutenção** de uma cultura machista, aliada à perda gradual de efeito das leis contra tal abuso, **contribuem** para essa situação [...]” (Prod. text.15, 2015).



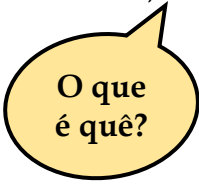
O que
é quê?

5) “[...] **a falta de medidas** do governo para coibir esse problema cultural, como também o fato de serem consideradas o sexo frágil, além da prática do machismo na sociedade, **favorecem** [...]” (Prod. text.20, 2015).



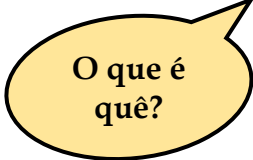
O que
é quê?

6) “[...], **o patriarcalismo**, que veio dos resquícios coloniais presentes na sociedade, **contribuem** com a persistência da violência [...]” (Prod. text.23, 2015).



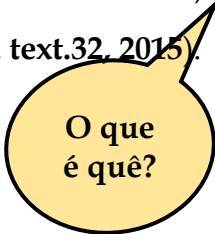
O que
é quê?

7) “[...] **a lei do feminicídio**, em parceria com os demais, **reduzam** o índice de violência [...]” (Prod. text.30, 2015).



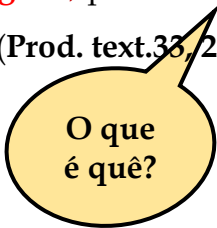
O que é
quê?

8) “[...] **a escola**, como importante instrumento de ensino, **conscientizem** os alunos sobre a igualdade de gênero [...]” (Prod. text.32, 2015).



O que
é quê?

9) “[...] **o sexo feminino é subjugado**, pois não **podiam** frequentar escolas nem **possuíam** direitos políticos [...]” (Prod. text.33, 2015).



O que
é quê?

10) “[...] **a persistência** desses tipos de agressões **devem ser entendidas** como uma questão cultural [...]” (Prod. text.45, 2015).

O que é quê?

11) “**Esse pensamento**, aliado à ineficácia do Estado em aplicar as leis, à falta de informação, ao medo e à vergonha que muitas mulheres têm de denunciar seus agressores, **acarretam** na persistência dos altos índices de violência [...]” (Prod. text.61, 2015).

O que é quê?

As ocorrências de 1 a 11 acima e as que envolvem o verbo **ter** e afins (de 12 a 18), mais abaixo, se enquadram na regra geral, especificamente no esquema mais básico:

Sujeito anteposto número/pessoa + VERBO número/pessoa

Vê-se, pois, que, no *corpus*, **a maior quantidade de ocorrências** com desvio pode ser facilmente resolvida com a **técnica de perguntas e respostas**, a partir da qual é possível encontrar, sem mais dificuldades, os sintagmas que funcionam como sujeito (em vermelho) em cada ocorrência. Analisando o grupo como um todo, é possível destacar alguns pontos:

- a) Há casos em que **Suj.** e **Pred.** estão razoavelmente próximos e, mesmo assim, ocorre desvio de concordância. Isso pode acontecer em razão de existirem estruturas sintáticas contíguas ao verbo que estão, por

exemplo, no plural, o que induzirá a uma concordância também no plural, ainda que o **Suj.** esteja no singular. (*vide* ocorrências 1; 7 e 10);

b) Há casos também em que, ainda que o **Suj.** esteja sintaticamente no singular, por uma possível interpretação semântica dele como que expressando uma certa noção de ‘grupo’, opta-se pelo plural. (*vide* ocorrências 8 e 9);

c) Há, nas demais ocorrências, um distanciamento sintático mais considerável entre **Suj.** e **Pred.**, o que atrapalha a percepção de que existe um vínculo sintático entre esses termos oracionais, o qual pode ser afetado, ainda, por estruturas sintáticas variadas e valores semânticos que podem induzir, por sua vez, ao plural, ainda que o **Suj.** esteja no singular.

Correção dos desvios

1.1) “[...] **a má efetivação** das leis vigentes **contribui** para a permanência [...]” (Prod. text.9, 2015).

2.1) “[...] o Estado deve agir, através da gratificação da polícia, para que **[ela]**, ao receber a denúncia, **aja** imediatamente [...]” (Prod. text.10, 2015).

3.1) “Nesse contexto, apesar de toda a mobilização para conter a violência contra a mulher, ainda nota-se altos índices desses **casos, que [casos] devem ser vistos** pelas autoridades como falta de impunidade, considerando que os criminosos têm conhecimento da lei, mas julgam-na como inoperante [...]” (Prod. text.11, 2015).

4.1) “[...] **a manutenção** de uma cultura machista, aliada à perda gradual de efeito das leis contra tal abuso, **contribui** para essa situação [...]” (Prod. text.15, 2015).

5.1) “[...] **a falta de medidas** do governo para coibir esse problema cultural, como também o fato de serem consideradas o sexo frágil, além da prática do machismo na sociedade, **favorece** [...]” (Prod. text.20, 2015).

6.1) “[...], **o patriarcalismo**, que veio dos resquícios coloniais presentes na sociedade, **contribui** com a persistência da violência [...]” (Prod. text.23, 2015).

7.1) “[...] **a lei do feminicídio**, em parceria com os demais, **reduza** o índice de violência [...]” (Prod. text.30, 2015).

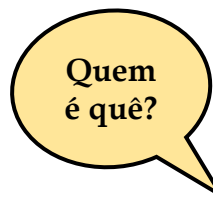
8.1) “[...] **a escola**, como importante instrumento de ensino, **conscientize** os alunos sobre a igualdade de gênero [...]” (Prod. text.32, 2015).

9.1) “[...] **o sexo feminino é subjugado**, pois não **podia** frequentar escolas nem possuía direitos políticos [...]” (Prod. text.33, 2015).

10.1) “[...] **a persistência** desses tipos de agressões **deve ser entendida** como uma questão cultural [...]” (Prod. text.45, 2015).

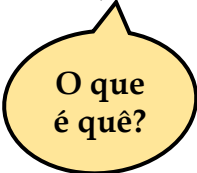
11.1) “**Esse pensamento**, aliado à ineficácia do Estado em aplicar as leis, à falta de informação, ao medo e à vergonha que muitas mulheres têm de denunciar seus agressores, **acarreta** a persistência dos altos índices de violência [...]” (Prod. text.61, 2015).

Sujeito anteposto com verbo **ter e afins** (**manter, ater, reter, conter, ver, rever, antever etc.**)

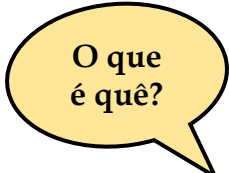


12) “Todavia, a garantia de direitos e da posição que **esse grupo têm**, não foi acompanhada pela desconstrução do machismo [...]” (Prod. text.17, 2015).

13) “[...] **a lei Maria da Penha**, também criada para coibir a violência contra a mulher, **têm** mostrado resultados [...]” (Prod. text.17, 2015).

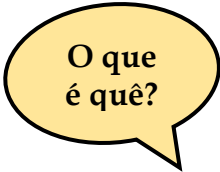


O que
é quê?



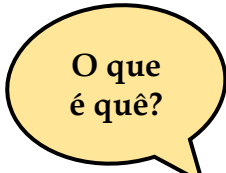
O que
é quê?

14) “[...] **o Estado têm** buscado modificar essa triste realidade [...]” (Prod. text.17, 2015).



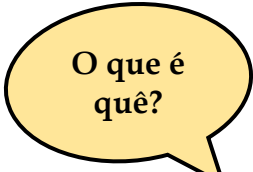
O que
é quê?

15) “[...] **todos os cidadãos tem**, entre outras garantias, o direito a educação, a saúde, a segurança [...]” (Prod. text.22, 2015).



O que
é quê?

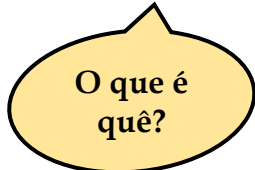
16) “[...], **o Estado brasileiro vêm** empenhando cada vez mais para combater a violência [...]” (Prod. text.24, 2015).



O que é
quê?

17) “[..] **tal prática ainda mantêm-se presente no país** devido à impunidade dos agressores e à uma sociedade de comportamento machista, em geral” (Prod. text.57, 2015).

18) “[...] **os índices** de violência contra mulher, apesar do Brasil ter buscado reduzir os casos de violência com a aplicação de diversas leis, continuam elevado e **tem** crescido a cada ano” (Prod. text.64, 2015).



As ocorrências de 12 a 18, como se adiantou, podem ser analisadas a partir do esquema da regra geral. Mais do que a identificação dos termos sintáticos básicos, parece haver uma certa falta de domínio no emprego de acentos no verbo **ter**, principalmente, e outros análogos, quando esses verbos têm **Suj.** no **plural** (momento em que devem ser grafados com **acento circunflexo**) ou quando eles têm **Suj.** no **singular** (momento em que ou **não devem receber acento** ou **devem receber acento agudo**, conforme o verbo).

Correção dos desvios

12.1) “Todavia, a garantia de direitos e da posição que **esse grupo tem** não foi acompanhada pela desconstrução do machismo [...]” (Prod. text.17, 2015).

13.1) “[...] **a lei Maria da Penha**, também criada para coibir a violência contra a mulher, **tem** mostrado resultados [...]” (Prod. text.17, 2015).

14.1) “[...] **o Estado tem** buscado modificar essa triste realidade [...]” (Prod. text.17, 2015).

15.1) “[...] **todos os cidadãos têm**, entre outras garantias, o direito à educação, à saúde, à segurança [...]” (Prod. text.22, 2015).

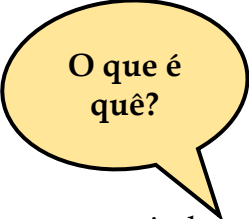
16.1) “[...] **o Estado brasileiro vem** empenhando cada vez mais para combater a violência [...]” (Prod. text.24, 2015).

17.1) “[...] **tal prática ainda mantém-se presente no país** devido à impunidade dos agressores e a uma sociedade de comportamento machista, em geral” (Prod. text.57, 2015).

18.1) “[...] **os índices** de violência contra mulher, apesar do Brasil ter buscado reduzir os casos de violência com a aplicação de diversas leis, continuam elevado e **têm** crescido a cada ano” (Prod. text.64, 2015).

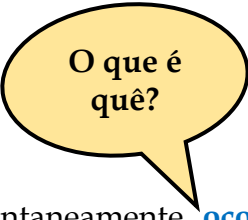
Sujeito posposto

VERBO número/pessoa + Sujeito posposto número/pessoa



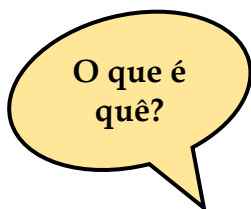
O que é
quê?

19) “Entretanto, ainda **ocorre vários casos** de violência contra a mulher” (Prod. text.20, 2015).



O que é
quê?

20) “[...] momentaneamente **ocorre melhorias** na conjuntura social” (Prod. text.46, 2015).



21) “[...] onde **predominou os latifúndios** de cana e de pecuária [...]” (Prod. text.49, 2015).

Em 19, 20 e 21, temos os sintagmas que funcionam como **Suj.** pospostos ao verbo. Em casos como estes, o recurso à técnica de perguntas e respostas é absolutamente necessário, dado o conhecido mecanismo sintático de se colocar no **singular** o verbo quando o sujeito lhe vem posposto.

Correção dos desvios

19.1) “Entretanto, ainda **ocorrem vários casos** de violência contra a mulher” (Prod. text.20, 2015).

20.1) “[...] momentaneamente **ocorrem melhorias** na conjuntura social” (Prod. text.46, 2015).

21.1) “[...] onde **predominaram os latifúndios** de cana e de pecuária [...]” (Prod. text.49, 2015).

Caso especial de concordância: verbo *haver* impessoal

22) “[...] **houveram** 237 mil relatos de violência [...]” (Prod. text.27, 2015).

23) “[...] **devem haver** palestras socioeducativas nas escolas [...]” (Prod. text.40, 2015).

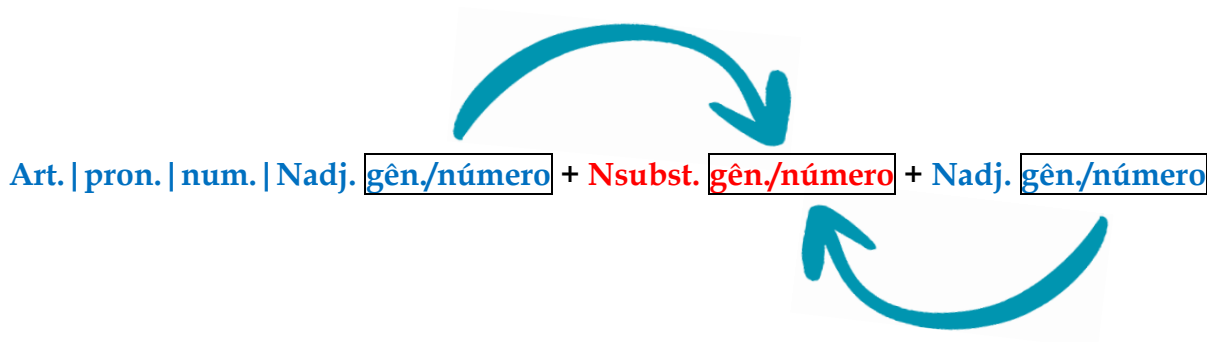
Em 22 e 23, temos um uso que não se enquadra na regra geral, porquanto se trata de utilização do verbo **haver** como impessoal, o que significa dizer que o **Suj.** é indeterminado, o que, por seu turno, impõe o verbo no **singular**. As estruturas **237 mil relatos**, em 22, e **palestras socioeducativas**, em 23, não são sujeitos e, sim, complementos verbais, especificamente objetos diretos. Por fim, em 23, a impessoalidade se estende ao auxiliar **dever**.

Correção dos desvios

22.1) “[...] **houve** 237 mil relatos de violência [...]” (Prod. text.27, 2015).

23.1) “[...] **deve haver** palestras socioeducativas nas escolas [...]” (Prod. text.40, 2015).

Esquema básico de concordância nominal



24) “Com isso, **faz-se necessário a confecção** do pensamento [...]” (Prod. text.11, 2015).

25) “Dessa forma, **é necessário incrementos** na questão jurídica [...]” (Prod. text.19, 2015).

- 26) “**É necessário**, portanto, **a adoção** de medidas que minimizem [...]” (Prod. text.47, 2015).
- 27) “[...] **é necessário**, além da instituição de leis, **medidas socioeducativas**” (Prod. text.49, 2015).
- 28) “[...] **é necessário uma maior expansão** de delegacias das mulheres [...]” (Prod. text.57, 2015).
- 29) “[...] **os homens** eram os patriarcas, **voltado** ao trabalho [...]” (Prod. text.59, 2015).
- 30) “[...] **sendo necessário a implantação** de uma nova [...]” (Prod. text.59, 2015).
- 31) “[...] **os índices** de violência contra mulher, apesar do Brasil ter buscado reduzir os casos de violência com a aplicação de diversas leis, continuam **elevado** e têm crescido a cada ano” (Prod. text.64, 2015).

Nas ocorrências 25 e 27, em cuja estrutura, temos o verbo **ser** + **Nadj.** (**necessário**) + **Nsubst.**, não há desvios de fato, uma vez que não ocorre, antes do núcleo do sujeito posposto, artigo ou pronome, o que confere, semanticamente, a essas duas estruturas uma significação mais generalista. A catalogação delas teve a intenção de mostrar essa possibilidade de uso, que está de acordo com a melhor doutrina normativa.

Nas demais ocorrências, temos, basicamente, as seguintes estruturas: 1) verbo **ser/Verbo pronominal** + **Nadj.** (**necessário**) + **Art. ou Pron.** + **Nsubst.** (*vide* as ocorrências 24, 26, 28 e 30) e 2) **Suj.** + **Nadj.** (*vide* as ocorrências 29 e 31). Vê-se que a estruturas esquematizadas em 1), uma vez que envolvem o **Nadj.** (**necessário**) e porque ocorrem na escrita de alunos/as variados/as, **podem ser insistentemente discutidas em sala de aula**. Em todas elas, a aplicação do esquema que abre esta seção é suficiente para corrigir os desvios.

Correção dos desvios

24.1) “Com isso, **faz-se necessária a confecção** do pensamento [...]” (Prod. text.11, 2015).

26.1) “**É necessária**, portanto, **a adoção** de medidas que minimizem [...]” (Prod. text.47, 2015).

28.1) “[...] **é necessária uma maior expansão** de delegacias das mulheres [...]” (Prod. text.57, 2015).

29.1) “[...] **os homens** eram os patriarcas, **voltados** ao trabalho [...]” (Prod. text.59, 2015).

30.1) “[...] **sendo necessária a implantação** de uma nova [...]” (Prod. text.59, 2015).

31.1) “[...] **os índices** de violência contra mulher, apesar do Brasil ter buscado reduzir os casos de violência com a aplicação de diversas leis, continuam **elevados** e têm crescido a cada ano” (Prod. text.64, 2015).

Encerramos este livro com o desejo de que nossa sugestão metodológica (trabalho com seleção e organização de dados de língua escrita culta, com o fim de orientar o que efetivamente deve ser abordado em sala de aula) e nosso caminho teórico (comparação de boas fontes normativas, com o objetivo de procurar algum consenso normativo), além, é claro, da utilização de outras fontes de eminentes linguistas, filólogos e gramáticos para fins variados ao longo da obra, possam ser úteis aos/às professores/professoras que queiram aderir a esta nossa proposta, que é apenas uma dentre tantas possíveis.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Irandé. **Gramática contextualizada: limpando “o pó das ideias simples”**. São Paulo: Parábola, 2014.

AZEREDO, José Carlos de. **Gramática Houaiss da língua portuguesa**. São Paulo: Publifolha, 2013.

BECHARA, Evanildo. **Lições de português pela análise sintática**. 19. ed. rev., ampl. com exercícios resolvidos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 39. ed. rev., ampl. e atual. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

BORBA, Francisco S. **Dicionário de usos do português do Brasil**. São Paulo: Editora Ática, 2002.

BORGES NETO, J. **História da gramática**. Curitiba: editora da UFPR, 2022.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.

ELIA, Sílvio. Sujeito regido de preposição. *In: Na ponta da língua*. Sílvio Elia (org.) [et al.] – Rio de Janeiro: Linceu Literário Português: Lucerna, 1998.

FARACO, C. A. **Gramática e ensino**. Diadorim (Rio de Janeiro), v. 19.2, p. 11-26, 2017.

FARACO, Carlos Alberto. **Por que precisamos de (novas) gramáticas normativas?** HGEL – Historiografia, Gramática e Ensino de Línguas (Site do Grupo de Pesquisa). Postado em 13/05/2020. Disponível em: <https://www.facebook.com/HGEL-HistoriografiaGram%C3%A1tica-e-Ensino-de-L%C3%ADnguas-103863294664882>. Acesso em 25/05/2020.

FARACO, Carlos Alberto; VIEIRA, Francisco Eduardo (org.). **Gramáticas brasileiras: com a palavra, os leitores**. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2016.

FERREIRA., Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio da língua portuguesa**. Coordenação Maria Baird Ferreira, Margarida dos Anjos. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

KENEDY, Eduardo; OTHERO, Gabriel de Ávila. **Para conhecer sintaxe**; coordenação de Renato Miguel Basso e Izete Lehmkuhl Coelho. – São Paulo: Contexto, 2018.

LEITE, Marli Quadros. A gramatização da colocação dos pronomes átonos em gramáticas portuguesas e brasileiras. **Revista Todas as Letras V**, v. 15, n. 2, 2013.

LUFT, Celso Pedro. **A vírgula**. São Paulo: Editora Ática, 1998.

LUFT, Celso Pedro. **Decifrando a Crase**: o domínio do acentuado; supervisão Lya Luft; coordenação Marcelo Módolo. São Paulo: Globo, 2005.

LUFT, Celso Pedro. **Dicionário prático de regência nominal**. 5. ed. São Paulo: Ática, 2010a.

LUFT, Celso Pedro. **Dicionário prático de regência verbal**. 9. ed. São Paulo: Ática, 2010b.

MARCOTULIO, Leonardo Lennertz ... [et al.]. **Filologia, história e língua**: olhares sobre o português medieval. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2018.

MELO, Gladstone Chaves de. **Gramática fundamental da língua portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1978.

MONTEIRO, José Lemos. **Pronomes pessoais**: subsídios para uma gramática do português do Brasil. Fortaleza: Edições UFC, 1994.

OLIVEIRA, Roberta Pires de; QUAREZEMIN, Sandra. **Gramáticas na escola**. Petrópolis: Vozes, 2016.

PAGOTTO, E. G. Clíticos, mudança e seleção natural. *In*: Mary A. Kato; Ian Roberts. (org.). **Português Brasileiro**: uma viagem diacrônica. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2018, v. 1, p. 143-160.

PERINI, Mário A. **Gramática descritiva do português brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 2016.

ROCHA Lima, Carlos Henrique da. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 53. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2024.

SAID ALI, Manuel. **Dificuldades da língua portuguesa**. 7. ed. Rio de Janeiro: ABL: Biblioteca Nacional, 2008.

VIEIRA, Francisco Eduardo. **A gramática tradicional: história crítica**. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2018.

VIEIRA, Francisco Eduardo; FARACO, Carlos Alberto. **Escrever na universidade: fundamentos**. 1.ed. São Paulo: Parábola, 2019a.

VIEIRA, Francisco Eduardo; FARACO, Carlos Alberto. **Escrever na universidade: texto e discurso**. 1.ed. São Paulo: Parábola, 2019b.

VIEIRA, Francisco Eduardo; FARACO, Carlos Alberto. **Escrever na universidade: gramática do período e da coordenação**. 1.ed. São Paulo: Parábola, 2020.

VIEIRA, Francisco Eduardo; FARACO, Carlos Alberto. **Escrever na universidade: gramática da subordinação**. 1.ed. São Paulo: Parábola, 2021.

VIEIRA, Francisco Eduardo; FARACO, Carlos Alberto. **Escrever na universidade: gramática da norma de referência**. São Paulo: Parábola, 2022.

VIEIRA, Francisco Eduardo; FARACO, Carlos Alberto. **Gramática do português brasileiro escrito**. 1.ed. São Paulo: Parábola, 2023.

VIEIRA, Silvia Rodrigues; LIMA, Monique Débora (org.). **Variação, gêneros textuais e ensino de Português: da norma culta à norma-padrão**. Rio de Janeiro: Letras UFRJ, 2019.

WELKER, Hebert Andreas. **Dicionários: uma pequena introdução à lexicografia**. 2. ed. revista e ampliada. Brasília: Thesaurus, 2004.

UFPI 55 Anos



“No trabalho de Marcelo agora entregue aos leitores, há a voz não apenas de um autor, mas sobretudo a de um educador e professor que percebeu ser a linguagem um fluxo contínuo de saberes, em que os alunos podem ser capazes de reconhecer sua língua como instrumento de acesso a meios de comunicação, a atividades culturais e ao amplo exercício da cidadania. Encerra-se, assim, como ideal, um complexo ciclo que deve ter como objetivo, mais que tudo, a formação de indivíduos que vejam o mundo como parte de sua própria constituição como ser humano e membro de uma sociedade”.

Ronaldo de Oliveira Batista
(Universidade Mackenzie; CNPq)

